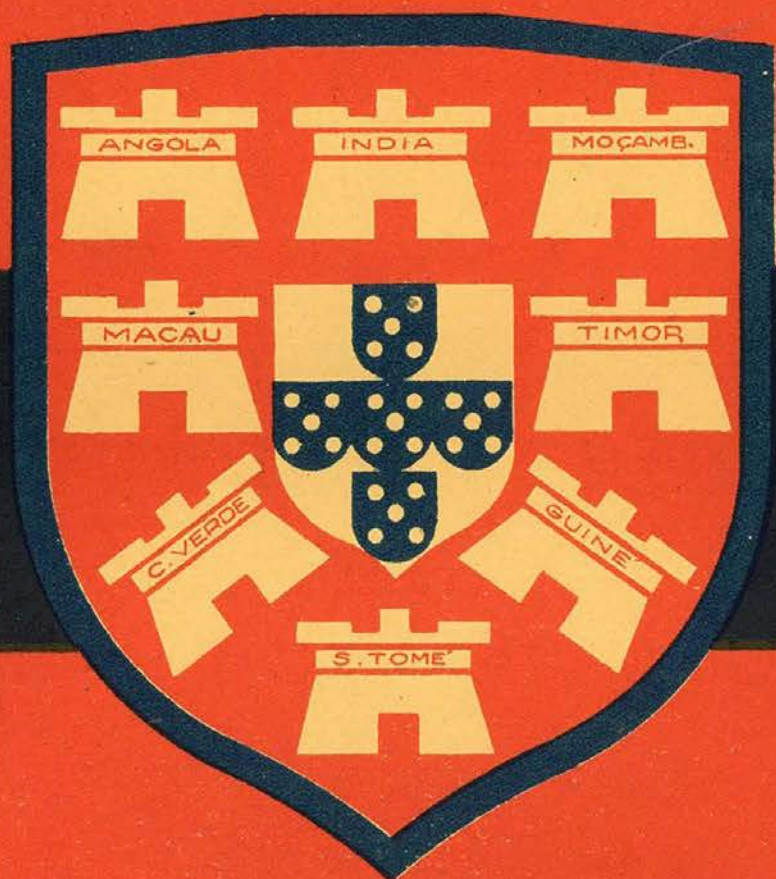


PELA RAÇA PELA LÍNGUA



Nº12

BOLETIM DE SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DE RIO DE JANEIRO

Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

CAPAS E SOBRETUDOS
COBERTORES E PIJAMAS PURA LÃ

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 22 - 9702



Distribuidores: QUINTINO PINHEIRO
& CIA. - RUA DA CARIOCA, 33

CARTONAGEM LUSO-AMERICANA L.^{DA}

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA
ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVÁLIDOS, 137 - TEL. 22-3815

RIO DE JANEIRO

Rev. JFH

Compra

21. ABR. 2009



"As idéas não se vendem, dão-se" — TRÓFILO BRAGA

Distribuído gratuitamente

N.º 12
Terceira Série

COMISSÃO DIRECTIVA
 António de Sousa Amorim (Redactor) — Alamiro Andrade
 e Francisco das Dôres Gonçalves

Janeiro a Março
1 9 3 5

PAULO DIAS



TODOS os povos civilizados alimentam com entusiasmo e conservam sempre bem vivo o culto dos seus Maiores, como fonte perene de confiança, de estímulo e devoção patriótica aos presentes e às gèrações novas e vindouras. São escolas, museus, monumentos, — tudo, enfim, que recorde o nome, a personalidade, a vida e os actos dèsses heróis, mártires, sábios, estadistas ou santos que, pela fôrça das armas, da inteligência, do raciocínio, do saber ou, mesmo, da abnegação — como aquêles que, na propagação da fé cristã, se deixavam estoicamente trucidar e morrer — não só honraram a Grei a que nos orgulhamos de pertencer, como até a própria espécie.

Portugal, entretanto, quási constitui uma excepção a esta regra geral em todos os povos cultos do mundo. Muitos, muitíssimos nomes que tanto e tanto

lutaram, ilustrando as páginas da história portuguesa, esforçando-se heroicamente para dilatarem a fé e o império não tiveram até hoje, já não dizemos uma consagração condigna, mas, ao menos, algo que os lembre ao respeito e ao exemplo dos vivos e bem assim à admiração dos alienígenas que visitam a nossa terra, e da qual muitos hão-de sair, em face do que deveriam ter visto e não viram, compenetrados de que somos um povo sem História nem Passado que mereçam realce...

Por êste motivo, que é uma razão preponderantíssima, só louvores e aplausos dos mais calorosos merece a idéa lançada pelo ilustre escritor e colonialista, Sr. Professor Gastão Sousa Dias, no prefácio do seu último livro — **RELAÇÕES DE ANGOLA** — para que a memória de Paulo Dias de Novais seja consagrada à altura dos méritos e dos feitos daquêle que, "*à testa de um pu*

nhado de gente luzida e bem armada e já com o título de Governador e capitão-mór conquistador e povoador do reino de Sebastia na conquista da Etiópia ou Guiné inferior, voltára de novo a Angola, onde chega a 20 de Fevereiro de 1575, para encetar uma longa luta contra o poderio do rei do Dongo, luta que só havia de acabar definitivamente em 1671 quando, sob o comando de Luis Lopes de Siqueira, os portugueses forçaram a entrada das Pedras de Pungo-Andongo. (1)

Transcrevamos, porém, que é melhor, as palavras com que o Sr. Capitão Gastão Sousa Dias, historiador dos mais brilhantes da sua geração e que os leitores dêste BOLETIM tanto admiram, defende a sua idéa, que sem reservas e com verdadeiro entusiasmo desejamos aplaudir.

“Há muito que, com piedosa devoção, alguém procura os restos mortais do herói. Não compartilhamos porém das suas esperanças de que tais despojos possam ser encontrados.

“Trasladados, já no estado de cinzas, no govêrno de Bento Banha Cardoso da igreja de Nossa Senhora da Vitória de Massangano, na qual fôra sepultado pelos seus companheiros de armas para Luanda (1609), onde descansão na igreja que foi dos Jesuitas (2), é natural que tenham desaparecido quando o Governador Saldanha da Gama estabeleceu um Cemitério fora da Cidade

(1809) e fez renovar a terra das sepulturas das Igrejas, que se achava incapaz de consumir os Cadáveres, e produzia huma insuportavel infecção (1).

“Mas, se os despojos mortais de Paulo Dias desapareceram, nem por isso se esgotaram os recursos de que é dever lançar mão para o glorificar. Em pedra e em bronze se érguem já na capital de Angola os vultos de Salvador Correia e de Pedro Alexandrino; Diogo Cão, se não tem estátua a lembrar a sua audaciosa façanha, nem por isso deixa de ter o seu nome perpétuado de uma forma imorredora pelos padrões que, desde o Zaire ao Cabo Negro, balizam a costa angolana. Também em honra do primeiro governador, capitão-mór e conquistador de Angola, se improvisou há poucos anos um monumento, procurando saldar para com a sua memória uma dívida em aberto. Há que louvar intento tão patriótico; mas há que dizer também que ao seu primeiro governador continua Angola a dever um monumento condigno, que, em linhas largas e sugestivas, fixe definitivamente o seu vulto heróico.

“E dívidas desta natureza têm de pagar-se. Porque, se no dizer do poeta, é doce e honroso morrer pela Pátria, a esta cumpre por sua vez não esquecer ou ignorar aquêles que por ela derramaram o seu sangue ou imolaram a sua vida.”

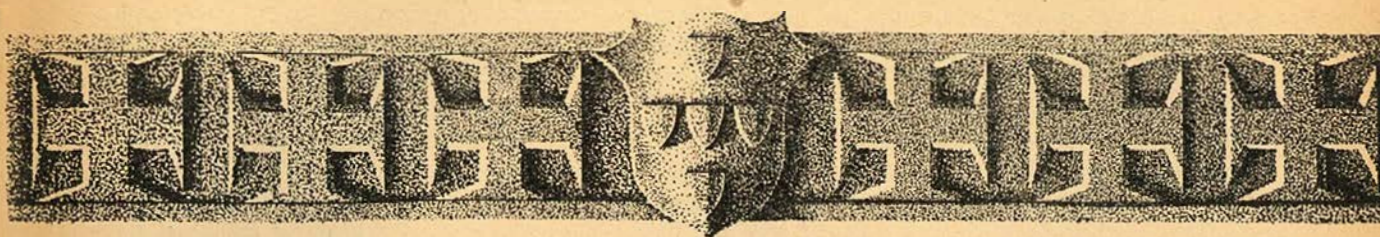
Francisco das Dôres Gonçalves

(1) — Relações de Angola — G. S. Dias

(2) — Memórias de Fêo Cardoso, pág. 136

(1) — Memórias de Fêo Cardoso, pág. 303





GOVERNADORES --- --- COLONIAIS

PELO GENERAL LUÍS AUGUSTO FERREIRA MARTINS

(ESPECIAL.)

DIRECTOR DE "PORTUGAL NA GRANDE GUERRA"



o dia 8 de Janeiro, mais um ano passou — o 33.º — sôbre o suicídio misterioso em que pôs têrmo à existência um Grande Português e um notável colonial do Século XIX: Joaquim Mousinho de Albuquerque.

De modesto capitão de cavalaria, repetidor no Colégio Militar, onde o conheci quando nêste entrei, como aluno, em 1885, Mousinho, dez anos depois, — tendo passado pelo Govêrno de Lourenço Marques em 1891 e comandado o esquadrão que tomou parte em 1895 na campanha de Moçambique — guindou-se às maiores alturas dos heróis, quando praticou o feito de Chaimite que lhe grangeou a mais justa fama mundial.

A acção heróica de Chaimite, em que Mousinho com uns 50 portugueses invadiu o *curral* do Gungunhana e aprisionou o déspota, orgulhoso e insubordinado régulo que vinha zombando impunemente da soberania portuguesa, marca rialmente na história de Portugal o ponto de partida do ressurgimento do prestígio da Nação, como Nação Colonial.

Quer como feito militar, golpe de mão magistral, hâbilmente preparado e executado, quer como acto das mais felizes conseqüências políticas para o país, *Chaimite* representa, sem dúvida, uma das páginas mais brilhantes e mais notáveis da história portuguesa contemporânea. E Mousinho, o seu herói, bem mereceu da Pátria o reconhecimento que na ocasião lhe tributou, como bem mereceu do mundo a admiração e as honras que prôdigamente lhe foram prestadas por estrangeiros.

Como maior prémio de seu feito foi Mousinho promovido a major *por distincção* — recompensa bem rara nêsse tempo — e investido no cargo de Governador Geral de Moçambique, onde pouco depois era elevado a Comissário Régio.

As sua altas virtudes como chefe militar, já bem demonstradas em Chaimite em 1895, veio êle a confirmá-las no outono do ano seguinte, no comando superior que pessoalmente assumiu, das forças com que fez a campanha dos Namarras e na rápida campanha de Gaza em Julho de 1897, igualmente por êle próprio comandada e cujo principal combate, chamado "de Maconténe", é considerado, pelo mestre que foi o General Sebastião Teles, como uma acção militarmente mais notável ainda do que o famoso feito de Chaimite.

Mas, se as suas qualidades de comando se evidenciaram, de facto, nessas campanhas coloniais que constituíram os primeiros passos dos portugueses na ocupação efectiva da Província de Moçambique e na subsequente consolidação da soberania de Portugal nessa grande e valiosa colónia, soberania de que até então escarnciam os indígenas, apoiados — se não incitados — por europeus estrangeiros das colónias convizinhas, não menos notáveis se tornaram as suas aptidões como Governador Geral, faceta segundo a qual menos tem sido encarada a vida colonial do illustre official do exército, de súbito investido em tão altas funções governativas.

E todavia, a sua acção de govêrno, exercida no curto espaço de dois anos, demonstrou à evidência que em Joaquim Mousinho se aliavam — o que raramente sucede — as mais notáveis qualidades militares de comando com as faculdades necessárias para o exercício dum cargo civil particularmente difficil como é o de governador geral de Moçambique.

Desde longa data que os Governadores das Colónias portuguezas são nomeados, por via de regra, não pela sua reconhecida competência para o desempenho de funções de tamanha responsabilidade, mas pelos serviços políticos que prestaram e que o honroso cargo de governador duma Colónia vem premiar no momento em que os da sua grei assumem o poder no Govêrno Central e podem talhar para os seus afilhados as mais grossas fatias. Têm-se visto as nefastas consequências dêste sistema político — instabilidade dos governadores, consequentemente variabilidade freqüente dos planos de govêrno — quando chega a haver um plano — erros grosseiros de administração resultantes da deficiência de conhecimentos especiais, ou da falta de critério na sua aplicação, enfim, todos os inúmeros males derivados da facilidade com que um governador aceita êsse importante cargo, antepondo a sua vaidade ou os seus interêsses pessoais aos interêsses supremos da Nação, quantas vezes com a consciência absoluta de que não tem competência para desempenhar missão tão difficil e de tão grande envergadura.

Dêsse defeituoso sistema de nomeação de governadores resultou e resulta, por necessidade, a restrição das suas atribuições e a consequente centralização da administração colonial, contra a qual se insurgiu o próprio Mousinho de Albuquerque.

“Condenável é o sistema de centralizar em Lisboa a administração colonial — escreveu êle no seu livro “Moçambique” — e condenáveis os ministros, não pelos erros que cometem legislando para países que desconhecem por completo, uns pelo pouco escrúpulo que há em geral na escolha dos governadores, determinada muitas vezes por conveniências de política partidária, empenhos pessoais e outras cousas a que são de todo estranhas a competência e idoneidade do indivíduo escolhido”.

Com Joaquim Mousinho não se deu o caso. Nomeado Governador Geral de Moçambique, não por influências políticas mas como recompensa dos serviços já prestados na Colónia, Mousinho, pelo tacto já revelado no Govêrno do distrito de Gaza que exercia desde que, após o combate de Coolela, êste distrito fôra organizado, dava garantias ou, pelo menos, sérias esperanças de vir a ser um competente e idóneo governador da Província.

Sucedia Mousinho nêste govêrno ao Comissário Régio António Ênes que, tendo usado das largas atribuições que lhe conferia êsse alto cargo, prestou à colónia relevantes serviços, embora algumas das suas medidas de administração não fossem absolutamente isentas de defeitos, que a experiência viria a corrigir.

A sucessão, porém, não se fazia nas mesmas condições. Mousinho fôra apenas com as atribuições restritas que aos governadores gerais eram conferidas pelo *decreto orgânico* de 1869 (!) pelo qual se regulava ainda em 1896 a administração das colónias portuguezas.

Decreto baseado num espírito essencialmente centralizador e no errado critério de generalizar as suas disposições a tôdas as colónias sem ter em consideração as menores diferenças existentes entre estas, na sua maneira de ser, na sua população e na sua constituição social, diferenças profundas que distinguem as colónias

entre si e da metrópole, não podia Mousinho sujeitar-se a governar Moçambique, acorrentada a sua acção às imposições incongruentes e travadoras, dêsse diploma arcaico.

Assim, instou para que lhe fossem dados os poderes de Comissário Régio e obteve-os, de facto, em 27 de Novembro de 1896. “Pode bem dizer-se — afirma êle no seu livro — que comecei então a governar a Província”.

Na verdade, foi desde então que Mousinho, sentindo-se sem peias, começou a decretar as medidas essenciais que exigia a administração da colónia.

“Plano definido e detalhado de govêrno, progrâma administrativo e político, na acepção que se dá em geral a esta palavra, não o tinha e não o podia ter ninguém”. E’ êle próprio quem assim o confessa.

Mas tinha uma orientação e foi dentro dela que governou, usando inteligentemente e com intransigente energia dos poderes quasi *ditatoriais* que lhe tinham conferido.

Assim procurou resolver a questão financeira da colónia, promulgando medidas tendentes a conseguir o indispensável equilíbrio sem recorrer a auxílios da Metrópole.

Sob o ponto de vista económico, não só procurou seguir o caminho já traçado por algumas medidas úteis do seu antecessor António Ênes, como encarou outros problemas importantes que urgia resolver como a questão monetária, — substituindo por moeda portuguesa a moeda inglesa que então corria —, e a nacionalização do comércio e o desenvolvimento agrícola, para que fontes importantes de riqueza não continuassem a ser exploradas apenas por estrangeiros.

Sob o ponto de vista político, e ao mesmo tempo financeiro e económico, preocupou-o desde logo a execução de melhoramentos no pôrto de Lourenço Marques de que dependia não só “o futuro da província, mas até a nossa permanência na sua posse”.

A par dêstes problemas de carácter administrativo, impunha-se efectivar a ocupação sucessiva do território, não só como garantia necessária da ordem, da segurança e do domínio efectivo, mas ainda para que não ficassem inutilizados, por falta de seqüência, os sacrifícios já feitos e o efeito material e moral da gloriosa campanha de 1895.

E paralelamente, cuidou Mousinho de reorganizar alguns, quasi todos os serviços públicos que assim o exigiam, por fórma a melhorar o seu funcionamento, merecendo-lhe especial cuidado e atenção o recrutamento do seu pessoal.

Nêste particular, Mousinho, que tinha estofos bastante para ser um *ditador*, distinguiu-se singularmente de alguns dos famosos ditadores da actualidade.

Assim, enquanto êstes procuram, em regra, cercar-se de colaboradores que, embora menos competentes para os cargos que são chamados a desempenhar, satisfaçam à condição de se subordinarem sem reservas à vontade suprema do ditador e de se integrarem ostensivamente — quer seja por convicção quer por simples interêsse pessoal — na política do chefe, Mousinho, pelo contrário, procurou rodear-se de pessoas escolhidas, acima de tudo, pela competência de que davam garantias para as funções de que eram investidas e pela confiança que inspirava a lialdade do seu carácter. A dedicação e a amizade vinham depois: conquistava-as Mousinho pela maneira como, pelas suas qualidades, se impunha a todos que a seu lado queriam e sabiam trabalhar.

Longe de cortar a iniciativa aos seus colaboradores, dava-lhes, pelo contrário, a máxima liberdade de acção, dentro da orientação que lhes traçava. A par dessa liberdade, exigia-lhes a máxima responsabilidade para com êle próprio, mas cobria-os também, assumindo êle mesmo, perante o Govêrno Central, a responsabilidade dos actos dos seus subordinados sempre que assim era preciso, embora os não tivesse aprovado. E’ esta a grande qualidade dos bons chefes, que Mousinho possuía em alto grau.

Foi assim que do bravo militar, herói de Chaimite, surgiu o insigne Governador que em dois anos soube inteligentemente dar começo à vastíssima obra de transformação da Província de Moçambique, tão necessária, para que esta grande e preciosa colónia passasse a ser de facto, e sob todos os pontos de vista, indiscutivelmente portuguesa.

“Não tive tempo senão para alinhar”, escreveu êle — sabe Deus com que tristeza! — depois de abandonar forçadamente a sua obra, apenas começada com os melhores auspícios e que rapidamente teria sido levada a cabo se a mesma mão de ferro, ao serviço do seu critério inteligente e da sua vontade firme, tivesse podido continuá-la, com o auxílio inestimável dos seus preciosos colaboradores.

Mas não podia *aquecer o lugar* um Comissário Régio da têmpera de Joaquim Mousinho! Homens como êle, com firmeza de carácter, homens cuja espinha se não dobra perante aquêles que pretendem dominá-los escudados numa supremacia efêmera, e, quantas vezes, mal justificada, homens que adoptam uma linha de conduta correcta, consciente e inflexível, de que não se desviam sob a influência das mais fortes pressões, homens assim estão antecipadamente condenados, no nosso meio, a sossobrar, vítimas da intriga e da calúnia, a que insensatamente dão ouvidos aquêles que dispõem do poder necessário para as subjugar pela violência.

Assim caíu Mousinho em Moçambique, como, anos mais tarde, veio a cair Nórton de Matos em Angola, como tantos outros têm sossobrado em circunstâncias semelhantes, embora em campo de acção bem diverso.

“Pensam muitos que passei os meus dois anos de govêrno à cutilada aos pretos — escrevia êle depois —. E’ um engano; a maior e a melhor parte das cutiladas foram assentes nas convenções, nas ficções, no enredo de falsidades com que nos pretendíamos iludir. E como essas cutiladas eram puxadas com alma, como cortavam fundo, até ao osso, partiu-se-me a espada com que as vibrava; só é para admirar que houvesse durado dois anos; é que era de boa têmpera.”

Era, na verdade, bem rija e pena foi que tão cedo se quebrasse!

E’ preciso remontar uns séculos atrás, à época famosa dos mais notáveis vice-reis da India.

Um Pacheco fortíssimo e os temidos
Almeidas, por quem sempre o Tejo chora;
Albuquerque, terribil, Castro forte,
E outros em quem poder não teve a morte,

para encontrarmos Alguém a quem possa assemelhar-se Joaquim Mousinho na altivez oavalleirosa, na energia indómita, no fervoroso patriotismo, de que deu provas nos seus dois anos de govêrno da Africa Oriental Portuguesa.

E ao acentuar essas fortes qualidades do Comissário Régio que, a par da sua inteligência e, digamos, da sua *vocação colonial*, constituíam a poderosa alavanca que fez reviver Moçambique, justo é recordar uma outra que não pouco contribuiu para o seu prestígio e para o êxito da sua obra de govêrno: a nobreza afinal com que Mousinho, secundado gentilmente por sua amantíssima Esposa, a excelsa Senhora D. Maria José Gaivão, recebia, em intimidade, às quinta-feiras, na sua residência da Ponta Vermelha, o que então havia de melhor na primeira sociedade cosmopolita de Lourenço Marques.

De Mousinho bem pode dizer-se que foi, no Govêrno de Moçambique, *the right man in the right place!*

Foi-lhe, por fim, ingrata a Pátria — se pode ser responsável pela ingratitude de um soberano e dos homens do seu govêrno a Nação, que tanto aclamára e honrára o bravo Herói de Chaimite!

Como Duarte Pacheco, o famoso guerreiro da India, o heróico vencedor do *Samorim* de Calicut, recebido em Lisboa debaixo do pάλio pelo rei D. Manuel I,

Mousinho não veio a morrer, como êle, no catre dum hospital, mas veio a procurar, no suicídio, — só êle soube porquê — o termo da vida palaciana a que o forçara a nobre missão de aio dum príncipe, que lhe déra o rei D. Carlos.

No seu precioso livro, Mousinho transcreve a carta em que D. Sebastião, em 1568, dava posse a D. Luís de Ataíde do alto cargo de vice-rei da India. Dizia El-Rei:

“Fazei muita cristandade. Fazei justiça. Conquistai tudo quanto puderdes. Tirai cubiça dos homens e favorecei os que pelejarem. Tende cuidado da minha fazenda. E para tudo isto vos dou meu poder. Se o fizerdes assim, muito bem, far-vos-hei mercê; e se o fizerdes mal mandar-vos-hei castigar. Se alguns Regimentos forem em contrário destas coisas, suponde que me enganaram e por isso não haja nada que vos estorve isto”.

“Separa-nos mais de três séculos — escreveu Mousinho em 1899 — da época em que isto (*a carta de D. Sebastião*) foi escrito, e um abismo profundo medeia entre os hábitos e desígnios da política actual da de então. Mas, feita a indispensável transposição, encontra-se naquelas instruções tão concisas, tão definidas, tão claras e bem pensadas, a explicação de todo o meu proceder no govêrno de Moçambique.”

Mandou (ou consentiu) El-Rei castigá-lo, pois castigo foi a publicação do mal-fadado decreto que provocou o seu pedido de exoneração de Comissário Régio.

Castigado não porque “fizesse mal” mas talvez porque, inspirado nas instruções de D. Sebastião ao seu vice-rei, entendeu que “os Regimentos que eram em contrário” dos poderes que lhe tinham outorgado, não podiam “estorvá-lo” de os exercer como entendia e como mais convinha aos interêsses da Colónia e da Pátria.

Legítimamente ferido no seu orgulho pelo golpe — que demais a mais era dado à traição —, Mousinho preferiu abandonar o cargo que renunciar à continuação da sua obra reformadora, a ter de sujeitar-se às peias que o novo decreto lhe impunha, cortando-lhe a acção e a iniciativa, “passando a Província a ser de novo administrada quasi directamente pela Secretaria de Estado do Ultramar” como êle escreveu na sua mensagem de despedida à colónia que ia deixar.

A arma traiçoeira dum decreto aniquilára assim — para sempre! — a vida colonial de Mousinho, como a sua arma suicida, quatro anos depois, lhe suprimia sem piedade, a existência neste mundo!

E Portugal perdeu um *Homem*, cujo rial valor intelectual e moral só puderam apreciar devidamente aquêles que com êle privaram — e eu tive a fortuna de ser um dêles, durante uns meses — no período culminante da sua acção governativa como Comissário Régio.

Esse homem que, se não tivesse recusado o lugar que lhe foi oferecido na Câmara dos Pares quando no apogeu da sua glória, teria podido, do alto da tribuna parlamentar, demonstrar quanto valiam a sua intelligência e o seu saber, encobertos sob a aparência modesta dum vulgar official de cavalaria, e — quem sabe?! — teria podido modificar profundamente os destinos da Nação, esse homem de tudo abdicou para se dar uma morte banal dentro dum trem de praça às portas de Lisboa, com desoladora surpresa de todos quantos o conheciam e o admiravam, em 8 de Janeiro de 1902.

Passaram-se anos.

Ao liberalismo — de satídosa memória! — da República implantada em 1910, não podia repugnar — antes pelo contrário — o salutar princípio da descentralização administrativa das colónias, pela qual pugnára sempre o espírito lúcido de Joaquim Mousinho.

Moçambique e Angola, as duas grandes colónias, conheceram desde então altos Comissários da República.

A maneira como êles usaram dos largos poderes que lhes foram conferidos está ainda na memória de todos quantos se interessam pelas questões coloniais. Ocioso e inoportuno seria recordá-la aqui.

Sobreveio a ditadura em 1926.

O *Acto Colonial*, publicado em 1930 e remodelado em 1933 em harmonia com a Constituição neste mesmo ano aparecida, consignou no seu art. 26.º o princípio fundamental da “descentralização administrativa”.

Mas, tanto êsse diploma como as “Bases Orgânicas de Administração Colonial” igualmente promulgadas pela ditadura restringem, por tal forma as funções legislativas e executivas dos governadores, e de tal maneira subordinam a acção dêstes à “superintendência e fiscalização” do Govêrno Central, que, praticamente, deve resultar voltarem as colónias a ser governadas de Lisboa... o que hoje é mais fácil que noutros tempos desde que a radiotelephonia veio encurtar as distâncias entre a a Metrópole e o Ultramar.

Prevêem aquelas Bases a nomeação “temporária de altos Commissários” (a que o Acto Colonial nem sequer alude), quando, *em excepcionais casos* o Conselho de Ministros assim o julgar conveniente.

Ao Alto Commissário serão então conferidas, por decreto especial, atribuições correspondentes às do Ministro das Colónias, além das que lhe são próprias como governador, atribuições essas que o Conselho de Ministros poderá ampliar ou restringir “sempre que as circunstâncias se modificarem”.

Não aparecendo os tais casos, que só o Govêrno Central pode classificar de “*excepcionais*”, claro está que os altos Commissários não existem.

E quanto aos governadores, a legislação em vigor, como se vê, não se pôde dizer que seja de molde a estimular-lhes a iniciativa e a facilitar-lhes a acção. E’ certo também que em parte alguma se encontra, nessa legislação, uma palavra sôbre a responsabilidade que lhes possa ser imposta quando prevariquem ou demonstrem manifestamente sua incompetência... E é talvez esta uma razão por que não faltam, em regra, pretendentes aos lugares de governador colonial...

Escreveu em tempo Mousinho no seu citado livro, formidável manancial de ensinamentos, a seguinte verdade incontestável:

“Se, por um lado, das consequências duma má escolha resulta a maior restrição de poderes e atribuições aos governadores, por outro desta mesma restrição resulta também menos escrúpulo na nomeação, o que é bem natural desde que decresce de importância.”

Nesta verdade amarga se podem fundamentar os receios da Nação Portuguesa pelo futuro das suas colónias.

Com sobeja razão escreveu António Ênes, há já perto de quarenta anos, ao terminar as suas interessantes “Memórias” de Commissário Régio:

“Se fôrmos uma Nação tôda a acreditar no futuro das nossas colónias e a querer realizar êsse futuro de prosperidades, Portugal renascerá nelas como renascem os pais nos filhos.”

E’ bem certo o conceito.

Mas para que os filhos medrem é preciso que tenham boas amas. Para que as colónias prosperem é indispensável que lhes dêem *bons governadores!*



A Sociedade Pres. Africana
do Rio de Janeiro
L. 25-2-33 J. Cabral

CORONEL JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE



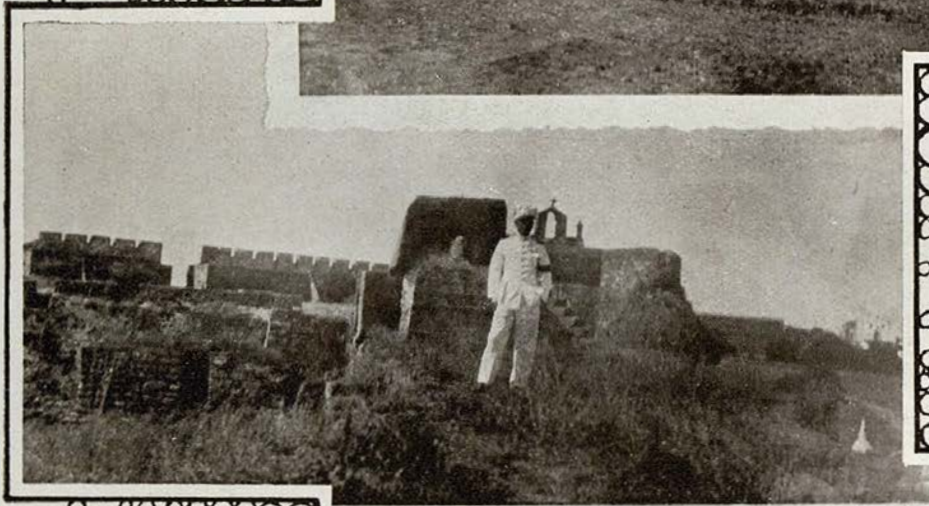
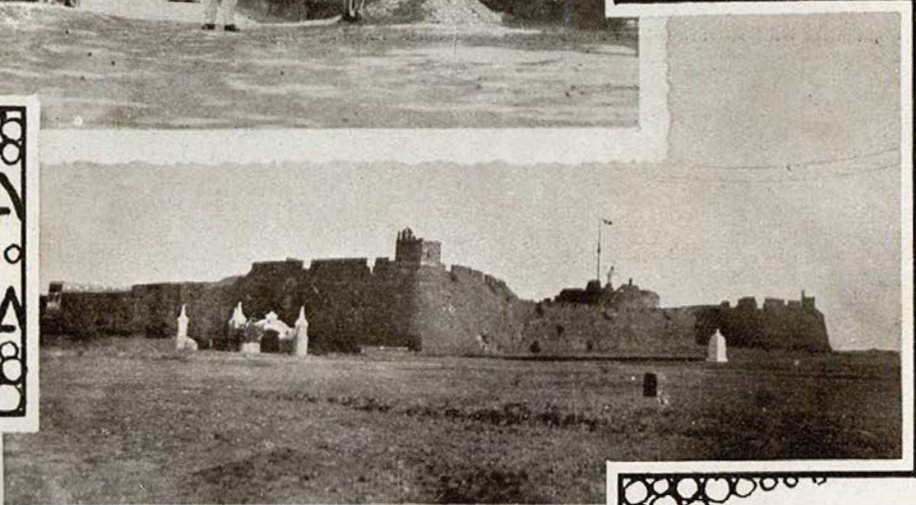
S. TOMÉ.....— Igreja da Sé
BEIRA — Av. da Republica
MOÇAMBIQUE — Mossuril
MACAU.....— Embarcações de Pesca
L. MARQUES .— Rua Araujo





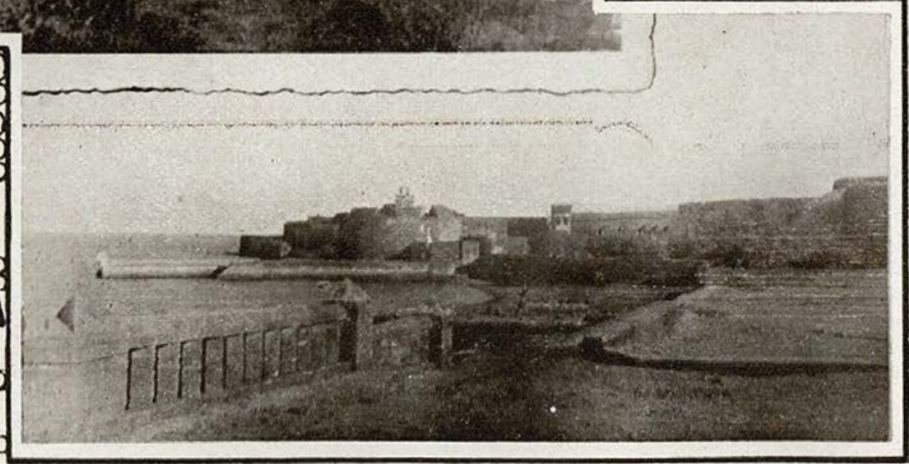
QUATRO
—
ASPECTOS
DA

HISTÓRICA
FORTALEZA

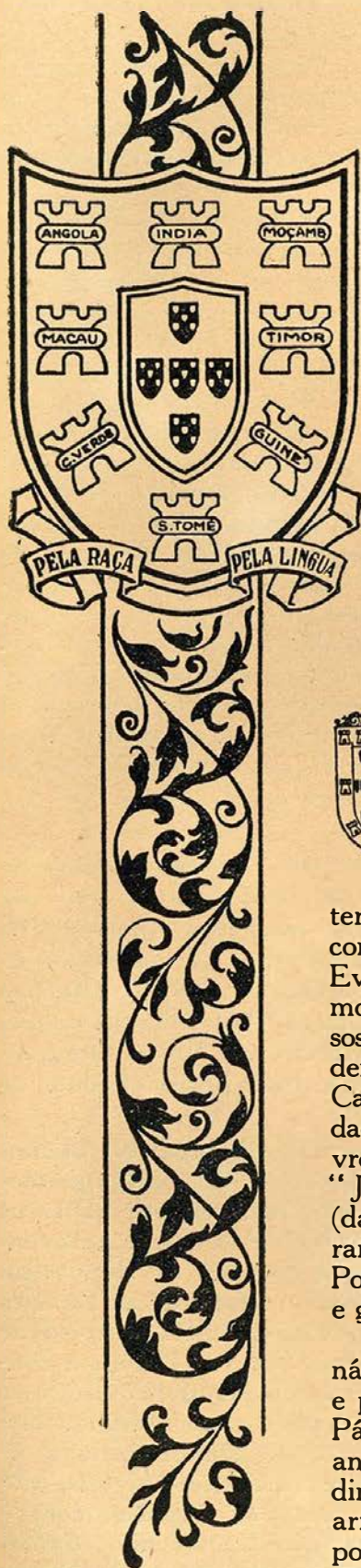


DE
DIU

ÍNDIA
PORTUGUESA



(Fotografias oferecidas pelo Sr. General NÓRTON DE MATOS)



AS MISSÕES RELIGIOSAS ULTRAMARINAS E A LEI RÈPUBLICANA PORTUGUESA

PELO PADRE J. ALVES CORREIA

(DAS MISSÕES DO ESPÍRITO SANTO)

(ESPECIAL.)



EM-SE apregoado muito, nos últimos tempos, o sectarismo dos políticos r̀epublicanos contra as missões religiosas do nosso Ultramar, como se fôra facta assente e inconcusso que só muito recentemente, como a S. Paulo depois do choque fulminante na estrada de Damasco, tivessem caído as escamas dos olhos aos homens públicos da nossa terra, para poderem vêr o desastre que fôra acabar com aquelas missões, deixando campo livre às do Evangelismo estrangeiro. E, contudo, nada há mais clamorosamente desmentido, não só pelos escritos dos nossos coloniais mais em evidência e de r̀epublicanismo e democracia de mais pura água, Alvaro de Castro, Brito Camacho, Nórton de Matos, mas até pela patente clareza dos padrões da nossa legislação. Já em 1925, um livro, que ficou logo clássico nos estudos de Missionologia, o "JUS MISSIONARIUM", do P. Theodorus Grentrup (da Congregação do Verbo Divino), codificando e comparando a legislação de tôdas as nações coloniais, dizia de Portugal: "Nenhum Estado é tão rasgadamente liberal e generoso no sistema legal de auxílio prestado às missões."

E' certo que se perderam muitos anos para os missionários e os homens públicos da R̀epública se entenderem e poderem colaborar para bem da influência espiritual da Pátria. Perdeu-se a organização, que tinha custado muitos anos de trabalho às corporações de missionários e bastante dinheiro ao Erário — que era de nós todos — porque a arrancada heróica de 1910 para novos destinos foi feita por muitas almas nobres, de envolta com outras, que de revolucionário apenas tinham o espírito sectário e de botabaixo brutal. Mas é de justiça elementar reconhe-

O ALGODÃO DE ANGOLA

Intensifica-se, de dia para dia, a cultura do algodão em Angola. Nos distritos de Luanda, Malange, Congo e Benguela — sobretudo o de Luanda, cujo Caminho de Ferro serve a maior zona algodoeira da Província — essa cultura atinge proporções animadoras.

Para se avaliar dêsse desenvolvimento, basta recorreremos às estatísticas de exportação que nos apresentam o seguinte quadro:

1924...	690.246	quilos
1926...	832.718	"
1933...	919.319	"



cer que também da parte dos missionários houve desvairo lamentável e que talvez um bocadinho mais de calma, de perdão, de condescendência fraternal, tivesse permitido aos homens do govêrno impôr-se às paixões dos aliados irrequiêtos e salvar algumas das casas de preparação de missionários e número considerável das próprias missões já existentes no Ultramar.

O Padre José Maria Antunes, um dos mais prestigiosos e venerados personagens da epopéa missionária portuguesa dos modernos tempos, em 1910 procurador geral das missões do Espírito Santo e superior das casas de preparação de missionários na metrópole, confidenciou-me algumas vezes, já por 1922, depois dos felizes entendimentos daquela época com o Poder Público, o pesar, que lhe ficara de 1910 e 1911, de ter interrompido desastrosamente as conferências com Afonso Costa, provocadas pela mediação de António José de Almeida e por um irmão dêste generoso homem de Estado, para a salvação dos colégios missionários. As imposições do Ministro da Justiça—interrupção de relações económicas com as casas francesas da Corporação e obrigatoriedade, para os alunos das Missões, do curso da Escola Colonial — pareciam, à distância de dez anos, tão racionais e tão viáveis ao venerando e saudável missionário, que só pelo nervosismo das transições inesperadas e pela desconfiança instintiva de um homem da Igreja diante de um adversário temível explicava êle a relutância que tivera em admitir tão coezinhas exigências.

Os Franciscanos que, como os Padres do Espírito Santo em Angola, güardaram em Moçambique, com sacrificios heróicos suas Missões, perderam também na Metrópole as fontes de recrutamento de missionários. Também êles, como lho estranhava, em 1919, o Ministro das Colónias João Soares, ao pagar-lhes uma passagem para o Provincial visitar as Missões da Costa Oriental, tinham deixado de aparecer nas repartições oficiais, de dizer da sua justiça.

Poder-se-á contestar que as disposições oficiais estavam bem patentes pela teimosia de criar missões com uma patente laica. Mas será não reflectir sôbre os factos como êles se passaram. Antes de se lançar na aventura daquêle género de missões, o govêrno da República, ou por êle Afonso Costa, seguindo na esteira de Teixeira de Sousa, esperou a reforma, exigida pela autoridade eclesiástica, do Colégio de Sernache. Esteve lá, com a confiança do Ministro da Justiça do Govêrno Provisório, o Cónego Manuel Anaquim a estudá-la e a tentá-la. Enquanto a não realizassem, a Santa Sé não permitia a ordenação de missionários daquêle Instituto. Alguns, durante aquêle compasso, foram para as Missões, com o curso do Colégio completo, mas, não se podendo chamar párcos, figuravam nos documentos oficiais como "equiparados". Isto já vinha dos últimos anos da Monarquia.

Não aceitando a reforma, no sentido que a Igreja, com o apoio do Estado lhe queria dar, o Colégio laicizou-se. Abílio Marçal — que já ali tinha entrada havia muito tempo — com a colaboração de alguns professores, padres laicizados, dirigiu a manobra e conseguiu oferecer ao Estado os tais missionários novos, “do livro e da enxada”. O Estado quis utilizá-los; mas não foi êle que lhes proibiu conservarem, ao pé daquêles dois instrumentos e emblemas, a Bíblia ou o Missal.

O que nunca pensaram os políticos foi que bastassem os missionários laicos para ocupar espiritualmente os vastos territórios de Angola e de Moçambique, que os antigos govêrnos coloniais desejaram ocupados não só com alunos de Sernache, mas ainda com os de corporações missionárias admitidas em Portugal: Franciscanos, Companhia de Jesus e Espírito Santo.

Logo em 1913 (22 de Novembro) apparecia o Decreto 233, que, applicando às Colónias a Lei de Separação, se esforçava por atrair para as Missões Ultramarinas padres das dioceses da Metrópole, propondo-lhes uma equiparação, em vencimentos, aos “*missionários empregados públicos*”, que eram os missionários prôpriamente ditos e officiais, em experiênciã ou antes em preparação.

O Padre José Maria Antunes, principiou desde logo a apparecer pelo Ministério das Colónias e a querer esclarecer, com a sua fecunda experiênciã, os poderes públicos de que seria vão esperar do simples chamariz de um ordenado a transformação em missionários dos padres des-empregados das terras metropolitanas.

Carlos da Maia, o generoso e malgrado herói de 5 de Outubro e sonhador inveterado de uma República larga e humana, enternecido com o trabalho de dedicação maternal, que vira aos Salesianos, enquanto fôra governador de Macau, publicou depois, como Ministro das Colónias, em 8 de Março de 1919, um decreto que autorizava os govêrnos coloniais a conceder subsídios aos Institutos religiosos, que tôdas as nações civilizadas são obrigadas a admitir nas suas colónias, em virtude dos tratados internacionais ratificados por lei de 20 de Julho de 1885, 3 de Julho de 1891 e 24 de Março de 1892. A concessão daquêles subsídios e a consequente nacionalização, ou aproveitamento nacional, da actividade dos Institutos era condicionada aos seguintes preceitos: 1.º submeter à aprovação do govêrno da Colónia os estatutos; 2.º obrigarem-se os missionários do Instituto a ter um director português europeu e a ensinar ou em indígena ou em português; 3.º comprometerem-se os Institutos a receber anualmente um certo número de indígenas em tratamento. . . Depois, obrigarem-se a certos estudos e communicações etnográficas etc.

A 10 de Maio de 1919 apparecia novo decreto. Firmava-o João Soares, Ministro das Colónias, com os outros Ministros, sob a presidência ainda (como o decreto de Carlos da Maia) de João do Canto e Castro. Es-

Sabe-se que os homens que nascerem num país pequeno querem hoje, firmemente, morrer dentro dum império. Mas temos que reconhecer que os resultados alcançados até hoje pela propaganda criaram possivelmente um sentido colonial que um povo cinco vezes centenário como colonizador, precisa de constituir e utilizar para que o todo a que pertence tenha, além de valor sentimental, um valor prático, eficiente e reconhecido.

Há ainda muita gente que pergunta: para que nos servem as colónias? — é que na razão ainda não encontrou, como encontra no sentimento, as poderosas razões que a levem a ter sobre as colónias uma idéa utilitária. Não se tem ensinado bastante ao povo o que são as colónias; não se lhe tem dito que êsses territórios imensos, secularmente portugueses, conquistados, desbravados e valorizados por portugueses, não custam hoje à Metrópole um centavo e lhe rendem, em benefícios de tôda a ordem, moral e materialmente enormes vantagens; não se lhe tem provado, embora a tarefa fôsse simples, na forma simples e impressionante que o povo entende, que estão nas colónias a esperança da nossa grandeza e o motivo mais forte da nossa existência como povo independente na Europa.

DR. ARMINDO MONTEIRO





tabeleciam-se, por êste decreto, as primeiras doze missões laicas saídas prontas de Sernache. Atacava-se, em relatório, o decreto anterior. Desfazia-se muito nas missões católicas. Agradecia-se, ainda assim, *magnânimamente* e... com certa altanaria, uma representação patriótica dos padres de Moçambique àcerca da invasão do protestantismo estrangeiro e renovava-se a faculdade, concedida no decreto de 1913, aos ministros da religião de organizarem missões *ad instar* das laicas, para poderem receber subsídios e vencimentos.

Chegamos assim ao período definitivo da legislação republicana a respeito de Missões. O Comandante Rodrigues Gaspar resolveu como Ministro das Colónias, fazer obra positiva e prática, com os elementos que tínhamos. Conferenciou com os que lidaram sempre com o pessoal missionário de que as nossas colónias dispunham e que a prova de muitos anos garantia. Chamou o P.º Antunes, que representava os missionários do Espírito Santo, portugueses e estrangeiros adaptados, e chamou o P.º Rafael de Assunção (depois prelado de Moçambique), que tinha ficado na Beira e no Território da Companhia de Moçambique com as suas missões franciscanas intactas, apesar da irregularidade da protecção oficial, que por temporadas foi até à eclipsação total.

Das conferências liais do Ministro e dos missionários saíram os dois decretos, n.º 6.322 e n.º 8.351, monumentos de clareza e de espírito positivo, que ficarão fundamentais nas relações do Estado separado e das Missões de uma Igreja livre na sua actividade civilizadora, desenvolvida, essa actividade, à sombra de uma bandeira com responsabilidades de colonização e civilização.

O decreto 6.322, assinado pelo presidente António José de Almeida e pelo Ministro Rodrigues Gaspar em 24 de Dezembro de 1919, ainda abstrai, nos missionários católicos, Seculares, Franciscanos, do Espírito Santo (grupo *a*, *c*, *d*, grupo *b* e grupo *e*) de qualquer relação com a Igreja. O alcãnce definitivo dêste decreto foi assegurar o recrutamento dos missionários na Metrópole dando aos *grupos* a faculdade de deputarem um procurador para abrir casas de estudo adequado e autorizando as Missões a empregarem 20 % da dotação respectiva na formação, na Metrópole, de pessoal português.

O segundo decreto, o n.º 8.351, encarou, enfim os missionários na sua verdadeira posição: só equiparados a funcionários do Estado, utilizados como civilizadores (função de que dariam anualmente contas), mas deixados à Igreja e à sua disciplina de organismo com que o Estado não tem que vêr, isto é deixados ministros da Religião, de que o Estado abstrai.

“Em cada colónia, reza o artigo 2.º, haverá um director de missões, que será (não é preciso elegê-lo...) o *superior hiérquico dos missionários* a quem compete a orientação geral e a orientação superior das Missões,

a nomeação, a colocação, transferência e exoneração de todo o pessoal”.

Que a opinião republicana acolheu bem os decretos vê-se na Imprensa do tempo e viu-se ainda em Maio de 1923, ao discutir-se no Parlamento o aumento de 120 contos ao subsídio de 300 aprovado no ano anterior, por voto de maioria, no Orçamento do Estado e atribuído às casas de preparação metropolitanas de missionários. Se a discussão foi desagradável para as Laicas, não foi por desprimor dos advogados natos dos Católicos — os deputados do Centro com Lino Neto à frente. Citamos, para que isso se veja, o relato de uma das sessões, no jornal “A União”, de 17 de Junho de 1923:

«O deputado sr. Agatão Lança, que já interrompera com àpartes explicativos o discurso do Presidente do Centro, pede a palavra e, principiando por declarar que não era católico nem professava religião alguma, não podia no entanto deixar de prestar culto à verdade.

«Que nas suas viagens pelo Oriente notara sempre o respeito e considerações de que gozavam os padres portugueses em tôda a parte.

«Que os melhores colégios eram dirigidos pelos padres portugueses. Que era enorme a consideração e autoridade de que gozavam perto das autoridades inglesas que jamais se esqueciam de lhes dar o primeiro lugar junto dos cônsules de tôdas as nações.

«Que nomeadamente se recordava do grande valor e alto patriotismo que notara nos dois padres Pinheiros, naturais de Freixo de Espada-à-Cinta e que êle, orador, conhecera de perto em Madrasta.

«Que era tal o conceito em que eram tidos os padres portugueses que em ocasiões de tumulto todos eram obrigados a munir-se de bilhetes de livre-trânsito, com excepção dos padres portugueses, que disso eram dispensados, por ser conhecido o respeito e consideração com que eram tratados por tôda a população.

«Que durante o tempo que estivera em África tivera também ocasião de notar a diferença entre as missões religiosas e as laicas.

«Que estas nada faziam, ou antes faziam cenas escandalosas, algumas das quais o orador conta pormenorizadamente.

«Que outras existiam apenas no papel. Que o preto só conhece três ordens de pessoas: o padre, o comerciante e a autoridade civil.

«Que quando lhe aparece um membro das laicas o querer tratar com êle o preto pergunta:

—Você é padre? Ensina religião?

—Não ensino religião alguma.

—Então é comerciante?

—Também não...

«E o preto, perante as duas negativas, aconselha os outros a que fujam, pois nêsse caso é do govêrno e vem pedir mais contribuições...

«A Câmara ri desta episódio característico e o orador termina afirmando a vantagem das missões religiosas, como factores de levantamento colonial e a falta de valor das missões laicas.

«Fala—diz—pelo que viu e presenciou.

«Foi notável pelo desassombro o incisivo discurso do sr. Agatão Lança...

Esta patriótica Sociedade, que tão altos e desinteressados serviços de propaganda tem prestado e continúa prestando às Colónias Portuguesas, acaba de editar o n.º 9 do seu magnífico Boletim.

Êste número, agora recebido com 165 páginas profusamente ilustradas e 2 hors-textes, é comemorativo da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. Não se impõe somente pelo seu luxuoso e artístico aspecto gráfico, que lhe dá a categoria de um esplêndido album, mas, acima de tudo, pelo valor da sua colaboração, subscripta por alguns dos maiores nomes da nossa elite colonial.

Dêle nos permitiremos transcrever, num dos próximos números deste jornal, um notável artigo do Sr. Coronel Vicente Ferreira, “Alguns aspectos da política indígena de Angola”.

Como lema, o Boletim adopta a frase de Teófilo Braga: “*As idéas não se vendem dão-se*”. E’ distribuído, por isso, gratuitamente e largamente por todos os cantos do mundo onde se fala a língua portuguesa. Exemplo verdadeiramente digno da nossa admiração e do nosso reconhecimento, se nos lembrarmos que nem o próprio Estado mantém nenhuma publicação de propaganda colonial, nem do valor desta, em semelhantes condições.

A’ illustre Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro bem como à brilhante Redacção do seu Boletim dirigimos, pela sua acção notabilíssima, as nossas mais entusiásticas felicitações.

IN-PROVÍNCIA DE ANGOLA

A LÍNGUA PORTUGUESA

“Tôdas as raças, que passaram por êste canto da Península, aqui deixaram a flôr e o ideal da sua alma. Desde a povoação céltica e a colonização grega, até à invasão dos árabes que envolveram tôda a civilização da Península numa etérea poeira de luz e oiro, todos contribuíram à formação desta língua admirável que, sob muitos aspectos, não tem superior no mundo. Serve a tudo: à epopéa e ao idílio, à lamentosa elegia e ao cântico de guerra. Passando pelas cordas de uma lira, é suave e doce como a voz do amor: assoprada na tuba épica, é vibrante, sonora e grandiosa ou terrível segundo os temas que versa, as acções que canta ou os heróis que celebra. O sol doura-a, ilumina-a, aquece-a; e a nossa paisagem, tão variada e linda, tão florida e perfumada, refléte-se nela como na superfície clara dos nossos rios, e nas ondas, de tanta côr, que o mar estende por essas praias. Trasladata ao sul da América, não perdeu aí o carácter grave, nem a tèmpera máscula, nem o tom de funda, indefinível melancolia, que lhe imprimiu a esforçada e trágica aventura dos nossos avós e ainda adquiriu preciosos elementos de encantadora suavidade, e de frouxa, dolente e maviosa ternura!”

António Candido

«A causa missões estava ganha.

«O deputado sr. Abílio Marçal, nervoso e visivelmente incomodado, procurou desfazer ou atenuar as afirmações do sr. Agatão Lança.

«Prometeu trazer um dia documentos à Câmara, para mostrar o valor das laicas.

«A pedido da minoria católica, tinha sido inscrita de novo uma verba de 120 contos para preparação de missões.

«Ninguém podia nesta altura contestar o patriotismo das missões.

«Foi aprovada quási por unanimidade.

«O sectarismo segunda vez ficava vencido e a minoria católica contava na sua vida parlamentar uma página de brilhantismo incontestável.»

Aquêlê aumento no subsídio às casas de preparação dos diferentes grupos missionários, pretendeu depois desviá-lo Abílio Marçal para o seu Instituto e ia-lhe fazendo a vontade, no pagamento dos duodécimos, o Sr. Bulhão Pato, ministro das Colónias no gabinete presidido por Rodrigues Gaspar, quando veio ao poder o ministério esquerdista de José Domingues dos Santos. E foi êste mesmo, pelo seu ministro das Colónias Carlos de Vasconcelos, que indignadamente desfez a infâmiazinha laica e restituiu aos procuradores das missões católicas o que a vontade da Nação, pela voz do Parlamento, lhes tinha dado!

A Rêpública continuava generosa para com os missionários, sem lhes pedir por isso, a abdicção da sua dignidade, nem a traição à disciplina interna da Igreja a que pertenciam.

Nêste concerto de consideração cavalheiresca e de respeito pela independência da Igreja missionária, houve uma breve desafinação: em 22 de Abril de 1924, um missionário influente (paz à sua alma!) propôs ao ministro das Colónias Ernesto Vieira da Rocha, como um inocente e inconseqüente desiderato de todos os grupos missionários, uma coisinha de nada, que era nada menos que a baralhação de tôda a ordem canónica, em que os missionários têm de viver para serem católicos. O decreto 104, sob pretexto de fortalecer o director dos colégios seculares (Tomar, Cocujães, hoje também Sernache) fazia-o procurador geral, com poder de escolher delegados, os quais iriam sobrepôr-se aos directores de missões — bispos, com suas dioceses — nas jurisdições respectivas!

Ao protesto immediato dos dois outros *procuradores* não tardou a vir juntar-se o protesto veemente dos *constituíntes*: o Prelado de Moçambique, o Vigário Capitular de Angola e o Bispo de Macau (êste último como director das Missões de Timor: pois Macau mesmo, como a India, não é terra de Missões, mas sim de Padroado).

O decreto n.º 104, que inflingia carácter cismático e anticanónico às Missões, que impossibilitaria aos missionários civilizadores religiosos continuarem católicos, foi

revogado, como tinha de ser. E pouco depois, o grande ministro João Belo chamou à Metrópole os directores das Missões, para elaborar com êles um código ordenado e quanto possível definitivo das leis missionárias.

Saíu a 13 de Outubro de 1926 o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de Africa e Timor, decreto n.º 12.486, que é um desenvolvimento lógico do 8.351 (segundo de Rodrigues Gaspar). Traz, a mais, ao regíme de missões as colónias africanas que ficaram fóra dêle até então (Cabo Verde, com a Guiné, e as Ilhas de S. Tomé e Príncipe), um aumento, até 1.350\$00, de subsidio às casas de preparação na Metrópole e substituição do serviço missionário ao militar para os alunos das Corporações de Missões.

Estes privilégios, peculiares ao Estatuto e de pura iniciativa do Ministro, são acidentes e ficarão sujeitos a vicissitudes futuras. Da iniciativa de João Belo, igualmente foi, depois, a supressão das missões laicas e a entrega ao Grupo Secular (hoje substituído por uma corporação) do Colégio de Sernache.

O que parece essencial, enquanto o Estado, separado da Igreja, quisér utilizar a actividade de missionários civilizadores eclesiásticos, é o que, no Estatuto, define com precisão e nitidez a posição do missionário, cuja colaboração o Estado utiliza e retribui, cuja preparação, em colégios adequados, subsidia, cujo tempo de serviço paga, cuja acção favorece e prestigia, a cujas obras estabelece dotações, mas sem se lhes imiscuir na sua subordinação hierárquica nem na disciplina interna da sua Igreja. E' o teor do art. 5.º, esclarecido no art. 31.º, definido com vigor matemático no art. 36.º, e esmiuçado no art. 44.º, nas disposições gerais. Poderia resumir-se tudo no art. 2.º, do segundo decreto Rodrigues Gaspar: mas a linguagem do Estatuto é mais popular e mais explicada. Fica-se entendendo que os missionários não são funcionários públicos: é pessoal em serviço peculiar de actividade, nacional e nacionalizadora, de alto interêsse para o Estado.

Não interessa a êste que o Dr. Manuel Alves da Cunha seja um sacerdote da Igreja Católica ou que Monsenhor Luís Keiling, adoptado o fóro português e tendo renunciado ao da França, continúi pertencendo à Congregação do Espírito Santo. O que interessa é o admirável espírito organizador do Dr. Alves da Cunha, director das missões de Angola, que alargou a área de ocupação e intensificou a acção civilizadora das Missões, durante quinze anos de estancamento das fontes missionárias na Metrópole; o que interessa é a actividade de Luís Keiling, infatigável e prodigiosa, que povoou o planalto do Huambo, até ao Congo Belga, e o Sul de Angola, até o extrêmo Cuanhama, de missões com oficinas de todos os mestéres, com pomares e trigais, com escolas de portuguêss, as quais, na irradiação pelo interior sertanejo, se contam, como as da missão do Bailundo, por centenas!

“A nossa missão no Ultramar, tantas vezes o tenho dito, tem por finalidade histórica a implantação naquelas paragens da civilização portuguesa, ou tanto seja a transplantação para aquelas regiões da nossa língua, das nossas casas, dos nossos hábitos e costumes, das nossas instituições familiares, sociais e políticas, da nossa mentalidade enfim. Temos de povoar, de fazer povoamento, como diziam os nossos maiores, na sua preocupação constante de dilatar o império. Fazer povoamento pela fixação, cada vez em maior número, de famílias portuguesas nas nossas províncias da África e do Oriente, pela transformação dos indígenas dessas regiões em povos de civilização portuguesa. Nesta obra ingente, cuja necessidade imperiosa todos sentem, tem o Exército Português de exercer uma alta função”.

General Norton de Matos



BARTHOLOMEU DIAS

“Contra a idéa dos que afirmam que Portugal está morrendo aos poucos deve opôr-se um vigoroso protesto. Se porventura se fala no futuro de Portugal não faltam cepticos que perguntem: mas tem Portugal um futuro? Ora o que devemos responder é que Portugal não só tem um futuro, mas também que êsse futuro é grandioso. A sua posição é de uma nação, que tendo realizado grandes feitos, outros maiores tem para levar a cabo.

E não é, de forma alguma, “un peuple qui s'en va”, é antes “un peuple qui revient”.

In-“*Portugal of Portuguese*”
 Por AUBREY BELL

Em geral, o leitor português é muito singular. Se há intriga, lê. Se há bordoadas de varrer a feira, delira de entusiasmo. Mas se não há intriga nem bordoadas, não lê, põe de parte.”

Homem Cristo



Aí fica a política inteligente, cavalheirosa e firme ao mesmo tempo, com que a República laica soube salvar para bem de Portugal a colaboração da Igreja missionária e apostólica por antonomásia. Sem ferir as susceptibilidades dos acatólicos, que são cidadãos como os crentes, o Estado republicano salvou as únicas missões que podiam actualmente contrapôr acção e influência portuguesa à acção e à influência, crescentes e invasoras das diversas missões protestantes, americanas, inglesas, até suecas e suíças, que penetraram em Angola e em Moçambique como no resto da Africa e do mundo pagão.

Os crentes portugueses não têm, patentemente, sufficiente fôrça, religiosa nem cívica, para encarar e poder com as suas responsabilidades de apostolado no Ultramar português e no mundo de Cristo. Valeu-nos, para não morrerem à míngua as missões portuguesas, que os políticos soubessem pôr de parte sectarismos e fobias e habitassem aquêles dos clérigos que se não obstinam em ser profetas na própria terra a ir desempenhar na herdade espiritual da Pátria a função mais cristã e mais digna de Portugal: ensinar a ser homens os desherdados da Humanidade e da Civilização.

DUARTE COELHO — Descobridor da China

São dois factos sem ligação aparente que aqui e alhures interessam o vasto público: a abdicação do jovem rei siamês desgostoso com a inquietação democrática que presentemente lavra entre os anamitas, e a comemoração no Brasil do quarto centenário da colonização de Pernambuco. Mas ambos êsses acontecimentos, tão distantes no espaço e no tempo, destacam e lembram uma só figura histórica: Duarte Coelho, primeiro colono pernambucano, e também o primeiro ocidental que aparece na história da Indochina. Homem de lá e de cá. Lusíada da Ásia de Diogo do Couto. Fidalgo da raça dos da Guiné e da Índia. Mareante dos do tempo e sangue das viagens de Fernão Mendes Pinho. Que no oriente descobriu a encantadora península trezentos anos depois submetida à influência da França; e na América levantou as paredes mestras da casa pernambucana. Por intermédio de Duarte Coelho, o nome do Sião se insinua nos factos portugueses: e é assim que o pensamento se nos foge, quando celebramos o 4.º século da fundação de Olinda, dos campos de canas do Capiberibe para as torres rendilhadas de pedra de Bangkok. Há, enlaçando Brasil e Anam, o rio invisível de uma velha epopéa, o destino singular de uma grande vida a quem apenas faltou, para ter na memória dos homens o seu alto monumento, outra época (eram tantos os navegadores!), outra língua (que não o mofo vernáculo), e outro fim (diferente do epílogo económico e modesto da carreira aventureira de Duarte Coelho).

Três viagens, pelo menos, empreendeu a Sião Duarte Coelho. Foi a primeira — diz na Década III João de Barros — em companhia de António de Miranda, enviado pelo embaixador de Afonso de Albuquerque. A segunda, já sabendo mui bem as coisas do Sião, em 1518, indo êle com Fernão Peres de Andrade caminho da China, pôde ser considerada a do descobrimento, pois arribando em consequência de um temporal, entrou pelo rio Menam, invernou a trinta léguas da capital do reino Hudiá, e por terra continuou a excursão para o Celeste Império, adquirindo grande intelligência em saber as coisas de lá, nas quais estava muito práctico... Esta razão prevaleceu para o comissionar D. Aleixo de Menezes, em 1517, como embaixador a El-Rei de Sião, afim de obter que alguns dos seus naturais fossem povoar Malacca, em substituição dos pérfidos mouros malaios. Graças às palavras e política de Duarte Coelho entraram os lusos em boa amizade e comunicação com aquela gente pequenina, religiosa e suave que ainda, até hoje, conserva nas suas tradições e no seu vocabulário os traços dêsse comércio.

DR. PEDRO CALMON — in-“A NOITE ILUSTRADA”

OS GRANDES HOMENS

E AS GRANDES IDÉAS

João Belo e a neutralização da pasta das Colónias

PELO DR. BRITO E NASCIMENTO

(RUY SANT'ELMO)

JUIZ DE DIREITO EM LORENÇO MARQUES
ESCRITOR E PUBLICISTA

AO SR. DR. ALBANO DE MONCADA

TODOS nós nos recordamos de ter ouvido dizer, ainda há pouco, quando se falava nas coisas do Ultramar: — João Belo é um grande homem!

No entanto, se nos desfecharem hoje, à queimadura, esta pergunta — quem era, o que fez, o que valia este nosso concidadão? — talvez o não saibamos dizer de pronto.

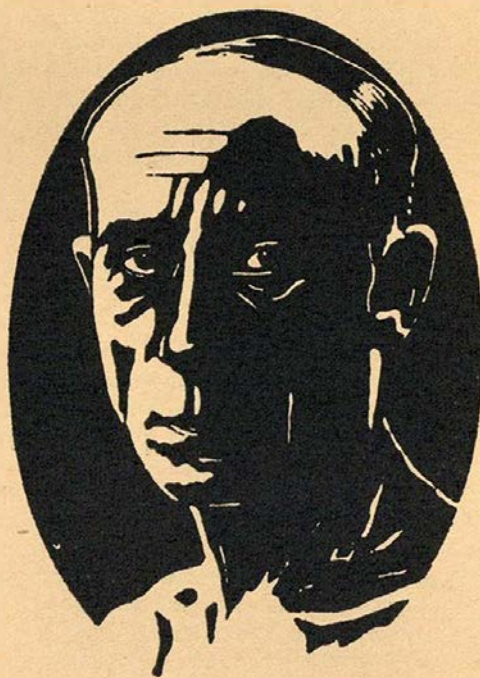
Vindo da burocracia colonial, em que gastou metade da sua vida, surge inesperadamente em 1926 como ministro das Colónias, e morre de súbito em 1928.

E este homem, que passou pouco menos que despercebido no largo decurso da sua vida colonial; que dirigiu por pouquíssimo tempo a pasta das Colónias, aparece-nos, depois de morto — na esplêndida imagem da Oração fúnebre que Alfredo de Magalhães proferiu à beira da sua sepultura — “como as árvores de grande porte que só depois de prostradas revelam a sua altura!”

O seu entêro foi uma grandiosa manifestação de pesar; a multidão acudiu à passagem do féretro, tomada de uma indefinível compunção, partilhando a dor esparsa daquêle ambiente de luto. O Governo de então apressou-se a conceder, como pagamento de uma dívida de gratidão nacional, uma pensão à sua veneranda viúva. O seu nome é dado a uma povoação da África Oriental, e é inscrito no costado de um navio. Os seus amigos pranteiam com sinceridade o seu desaparecimento, e consagram

numa “memória” de mármore e bronze a sua imperecível saúde.

Mas, quem era a-final este homem, o que fez, o que valia, para assim de arranque assumir as cul-



DR. BRITO E NASCIMENTO

minâncias de uma consagração, êle que era apenas até aí conhecido pelo círculo de seus amigos, numa longínqua colónia de Portugal?

—Um grande homem!

No rápido bosquejo que tento fazer, se a tanto me ajudar não só engenho e arte, mas disposição de ânimo e tempo, correspondendo assim à honrosa deferência da amável e prestimosa SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, sôbre os “valores” que

na Administração das Colónias se afirmaram durante o último quartel de século, é já fácil perceber que a prioridade, na ordem das referências, dada ao nome de João Belo, obedece às mais espontâneas predilecções pessoais. A grande ternura, mixto de devoção, em que envolve a memória do querido morto, pode prejudicar a serenidade precisa para analisar a sua personalidade e aquilatar do seu merecimento; mas, não me induz ao quasi sacrilégio de lhe não dar um lugar de honra, como homenagem humílima do último dos seus admiradores, imerecida talvez; mas, na mais absoluta conformidade com o nobilíssimo desinteresse que é de presumir na apreciação de quem já não pode fazer favores...

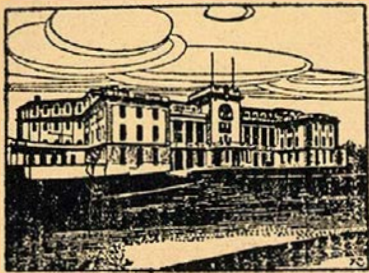
João Belo foi um Grande Homem!

Mas, o que se deve entender, antes de mais, por — Grandes Homens?

Pretendo acaso demonstrar que João Belo foi um grande Homem à maneira dos de Carlyle? Que a sua figura se ergue, como um marco miliário, no último quartel de século, marcando novo rumo à Administração colonial portuguesa? Que a sua influência foi tão necessária e tão decisiva que, sem ela, não seriam possíveis as realizações do presente ou as aspirações do futuro?

Ou foi João Belo um Grande Homem como o conceberam os sociólogos, e, portanto, um mero intérprete das idéas ambientes, um produto enfim do meio em que viveu? Sem obediência a qualquer dos figurinos que os Padres-mestres têm talhado para o tipo do Grande Homem, recorro modestamente à definição feita que melhor se ajusta à minha proposição.

“A única regra talvez segura para decretar um grande homem — diz Eça de Queiroz “in” NOTAS CONTEMPORÂNEAS, pág. 219 — será ainda o entusiasmo da multidão. Não a popularidade — porque então o maior francês do século seria talvez Offenbach! Mas esse entusiasmo inconsciente, quasi religioso, semi-nascido da adivinhação que faz exclamar, sem provas, sem elementos de seguro juízo: — Aquêle é um grande homem! Essa vaga “vox populi”



L. MARQUES — POLANA HOTEL

é talvez o indício certo da presença de Deus. O instinto das turbas foi sempre divinatório: — e só ele pode talvez surpreender bem, através das fraquezas, dos erros e da obra imperfeita, a existência, dentro de certo homem, de qualidades superiores às de todos os homens e que acima de todos o devam elevar, mesmo quando as limitações do tempo e da civilização ambiente, ou as próprias limitações humanas, lhes não permitam o desenvolvimento puro e perfeito”.

João Belo foi um homem assim.

Herói de Plutarco, modelo espartano de civismo, digno de figurar numa antologia de “homens bons” da nossa terra. Serviu a Pátria, com um amor nunca movido de prêmio vil, e sempre no mais puro desejo de ser útil ao seu país. Morreu pobre este trabalhador incansável... Nunca pediu lugares, e recusou alguns que lhe foram oferecidos sob o dissimulado e elegante propósito de o compensar de suas canseiras ou de galardoar seus merecimentos. Esta honestidade inconcussa, que o levava por vezes a escrúpulos que eram exageros formais de casuista, foi o traço mais vincado do seu carácter. A esta regra de inflexível conduta subordinou toda a sua vida pública e privada chegando a praticar actos e a incorrer em omissões que redundavam em pura superstição. A idéa de honestidade era para ele — um tabú!

A par desta obsessão de intransigentemente honesto: juiz severo, quasi deshumano, de si próprio; ele era de uma benevolência extrema para com os outros. Conhecedor profundo dos homens, e de sua frágil natureza, tinha sempre uma palavra para atenuar a culpa dos que prevarica-

vam, uma compunção sincera da dor alheia, um amável sorriso de piedade para as louvaminhas dos impostores, caíçada vil de sabujos, caterva desbragada de ambiciosos, que rondam à volta dos potentados rastejando para subir, ou para escalar situações a que seus merecimentos não dão jus. E, no entanto, foi enérgico quando era preciso, e tomou resoluções que dependiam, além de uma alta compreensão do assunto, senso perfeito da oportunidade e nítida visão das realidades, de coragem moral e firmeza de vontade.

Feria fundo, quando era preciso ferir justo—qualidade eminente do Estadista.

Compreende-se agora como este homem modelar, impecável, singular, infundisse “au premier abord” uma grande confiança, inspirasse uma irresistível simpatia. Lial como uma espada nua; de uma bondade cafr na, humanamente justa; sabendo obedecer para melhor poder mandar; — compreende-se como este homem exercesse uma fascinação impossível de definir sobre os que com ele conviviam de perto, espécie de magnetismo pessoal que os fazia cafr na na hipnose activa de uma obediência quasi involuntária, obrigando-os a esquecer-se de si próprios para os elevar à exaltação sublime dos sacrifícios.

E’ notável como este homem quasi desconhecido, sem uma cultura vasta e profunda, sem um traço vincado na fisionomia que revelasse o — Chefe, conseguiu fazer-se ouvir no seu país, atraíndo a si alguns dos homens públicos da mais heterogénea mentalidade e orientação política, levando-os a colaborar consigo, sincera e disciplinadamente, na obra de administração colonial, sob a invocação do mais alevantado patriotismo.

E se não conseguiu tão completo êxito como desejava, deve-se o fracasso a esse espírito de contradição que nos anima, a essa pecha de recalcitrantes que nos referve no sangue, e torna impossível o entendimento necessário, a congregação de vontades, o sincronismo de esforços indispensável para qualquer realização de carácter colectivo.

Foi tudo isto, e o mais que escapa à análise, essa qualquer coisa imponderável que formava a trama psicológica do seu eu, que o reves-

tiu de um estranho prestígio, impondo-o ao nosso cordial respeito enquanto vivo, e que ao morrer lhe criou essa aura de glória que o consagrou como um — Grande Homem.

Está ainda por fazer a sua biografia, grata tarefa que aos seus amigos cumpre, dívida de gratidão e de justiça ainda por solver, e que o há-de resgatar das apreciações menos benévolas que só a incompreensão de alguns e a má-vontade de outros torna possível. E’ cedo ainda para convencer os que sofreram as conseqüências de algumas das suas medidas que só um alto desejo de bem servir o inspirou, embora nem sempre tivessem sido felizes as sugestões dos seus colaboradores, todo esse trabalho de sapa que os chefes sancionam por vezes na melhor boa-fé, e só o tempo lhes mostra o lôgro em que caíram.

Não completou a sua obra o grande Ministro. Provendo às ocorrências do dia a dia, João Belo foi delineando o esbôço de uma reorganização formidável da maquinaria administrativa.

Fulcro dessa remodelação, idéa “mater” de que ela promana era o que se chamou a — neutralização política da pasta das Colónias.

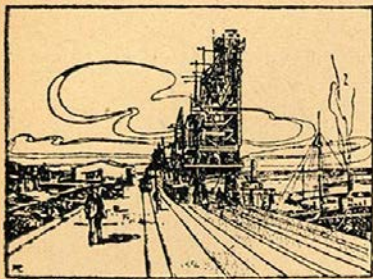
A reorganização política elaborada sobre o princípio da neutralização política da pasta das Colónias, não saiu, porém, da cabeça do Ministro, como Minerva da cabeça de Júpiter, inteiramente armada.

Sem uma forte preparação doutrínaria ele sabia, contudo, que em matéria de governação se não pode improvisar; que há uma lei bio-sociológica que preside ao nascimento, duração e morte das instituições, e que transgredi-la é edificar na areia.

Ele não foi, por isso, essa espécie de “Aprendiz de Bruxo”, como o do notável conto de Goethe.



L. MARQUES — ESTAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO



L. MARQUES — CAIS DO PÔRTO

A neutralização política da pasta das Colónias, que ao tempo seria uma novidade, olhada pouco menos que pura fantasia, inconciliável com o princípio da responsabilidade colectiva do Governo, deslocada no quadro do parlamentarismo clássico, não a apoiou o ministro em qualquer doutrina; mas, nos dados do empirismo histórico da administração colonial portuguesa. Ela resultou do saber da experiência feito, fruto natural e amadurecido da observação, e representará, enfim, a “racionalização” do poder, neste sector privado das Colónias, se quisermos empregar um termo de tecnologia moderna. Não foi, todavia, inspirada como dissemos atrás, pelo Espírito-Santo... De um modo geral, ela germinou no ambiente mental que constituiu o que é de uso chamar-se — a escola de Énes, ínclita geração a que João Belo pertenceu.

Residiu embora num estado de potência, intuição prodigiosa de altas mentalidades, o seu valor para o crítico está em que ela exprime a lei dos factos, e o grande merecimento do Ministro consiste em a ter perfilhado, e ter dado os primeiros passos para a sua realização.

Na verdade, demonstra a experiência que, num largo decurso de séculos, se foi acentuando entre nós a tendência para concentrar nos órgãos da administração a maior soma de poderes, e para subtrair de mais em mais ao Parlamento a função legislativa pelo que respeitava às Colónias. Tal tendência, que é já possível descobrir nas formas primordiais da nossa administração colonial, nas Ordenanças e Regimentos dados a vice-reis e capitães-gerais, pelos quais o rei se desprovia de seu “Poder, Jurisdição e Alçada, sem dano hi appellaçon nem agravo

pera nós”, chega, finalmente, a ser sancionada pela Constituição de 1838, e passou sucessivamente para o decreto de 2 de Maio de 1842, lei de 2 de Maio de 1843, Acto Adicional de 1852, decreto de 23 de Maio de 1907, Constituição da República de 1911, leis da descentralização administrativa de 1914, etc., etc.

Quási tóda a legislação ultramarina foi promulgada sem a intervenção do Parlamento. Os Ministros das Colónias esperavam já de caso pensado, pelo interregno parlamentar para legislar, prevenindo-se destarte contra a incompetência e desinteresse das Câmaras pelas coisas das Colónias, pondo-se, ao mesmo tempo, ao abrigo do obstrucionismo dos partidos, reagindo, por fim, contra a morosidade e mais defeitos inerentes ao fabrico parlamentar das leis.

A realidade política estava em desacôrdo com a realidade constitucional. O Parlamento era a-final, um troçoço um escolho de que os Ministros que queriam fazer obra útil se deviam livrar. Acresce ainda que a representação parlamentar das Colónias, como já o anotara Mérygnac a respeito do seu país, era indesejável, porque se constituia em — *“une sorte de syndicat tout puissant, maître du personnel colonial et des bureaux du Ministère des Colonies, qu’il faut mouvoir à sa guise. Ils paraissent, des personnages indispensables, ballant en brèche l’aulorité des gouverneurs et entravant, à leur profil, la marche régulière de l’administration”*,

Ora se o Ministério das Colónias, já emancipado em 1911 do da Marinha, fazia vida à parte; se as Colónias se regiam por si; se o problema da administração das Colónias é de mais em mais um problema de técnica, — nada melhor indicado do que subtrair o respectivo ministro ao voto, de desconfiança do Parlamento, e defendê-lo contra as *tracasseries* da politiquice dos partidos.

Separada, porém, a pasta das Colónias do bloco governamental; anulada a sua expressão política para a reforçar na sua expressão jurídica, — não era contudo fácil evitar a tendência, que os teóricos do direito constitucional moderno anotam ao estudar as conseqüências do primado do Executivo sôbre o

Legislativo, para o estabelecimento de um tipo de poder pessoal.

Era preciso, pois, alguma coisa mais, que de alguma forma substituisse a função política, exercesse o “contrôle” sôbre a competência legislativa dos governadores, e, por extensão, sôbre a do próprio ministro, sendo, ao mesmo tempo, um corpo de técnicos, que assistisse ao titular das Colónias, com o saber da sua experiência e a isenção do seu patriotismo; que vivesse para as Colónias e não das Colónias, como nefastos parasitas; fôsse enfim, o porta-voz das necessidades e correntes de opinião das Colónias junto do Terreiro do Paço.

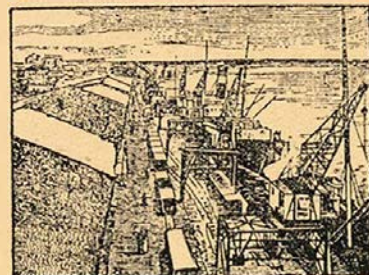
Ainda aqui João Belo não quis meter-se a “Aprendiz de Bruxo”...

Nas tradições da nossa Administração colonial encontrou uma instituição original que servia à maravilha: — o Conselho Superior das Colónias.

Esboçado, nas suas formas embrionárias, em 1642, o Conselho Superior das Colónias sofreu, no largo decurso de quási séculos, vicissitudes de vária ordem na sua composição e competência, chegando mesmo a soluções de continuidade, para retomar o veio da Tradição logo que a necessidade da sua impreterível existência se fazia sentir, como lúcidamente o exprimiu Jervis de Atouguia, em 1852. Seria, pois, bastante dar-lhe uma nova feição para o adequar aos objectivos da projectada organização.

Dafí o decreto 12.210, de 13 de Agosto de 1926, que introduziu naquêle organismo a representação de tódas as Colónias por meio de delegados eleitos por sufrágio directo.

Fiel à ideologia democrática, João Belo via na responsabilidade pessoal e directa do Ministro, e no princípio do sufrágio, a base



L. MARQUES — CAIS DO PÔRTO

do seu sistema. Na organização do Ministério entre mãos na hora em que a morte o surpreendeu, pensava êle em introduzir o preceito da duração certa ao exercício da magistratura ministerial, condições da sua nomeação e destituição, etc., etc.

Não passou, porém, de meros ensaios, medidas parcelares, tentativas apenas de realização de idéas gerais que a sua longa prática de Colónias lhe inspirou, cuja coordenação num corpo de doutrina as naturais deficiências de quem nunca pensou em ocupar tão alto cargo dificultavam um pouco.

Na hora trágica em que uma síncope o fulminou, não estava ainda feita a doutrinação das modernas idéas que inspiraram ao illustre Presidente do actual Ministério, o erudito Professor sr. dr. Oliveira Salazar, a sua fórmula do Estado Novo, expressa na Constituição da República de 1933.

João Belo não estava à *la page*... mas, sem embargo de suas projectadas reformas terem sido decalcadas nos dados do empirismo histórico da nossa administração colonial, parece-nos que êle auscultou a palpação fremente de seiva nova que circula no pensamento moderno, e labora, num mistério de gestação, a nova estrutura económica e política das gentes.

A sua idéa de "Império" não foi, como então se pensou, uma pura megalomania, triste síndrome de delírio senil colectivo. Êle quis apenas significar que todos os retalhos de território português espalhados pelas três partes do globo se devem consubstanciar, não sob uma simples unidade teórica de carácter político, mas para a realização efectiva de um vasto programa de actividade dirigida em ordem a um objectivo final. As iniciativas privadas devem, pois, reduzir-se ou ampliar-se, anulando-as ou fomentando-as, não ao sabor da fantasia de cada um, mas segundo um programa geral de interesse nacional. Não foi na realidade metafísica de Estado político, concepção desacreditada do liberalismo-individualista, que êle moldou a idéa de Império, mas na realidade viva da Nação.

Daí não se atingir o alcance de algumas das suas medidas de larga repercussão nacional, transcendendo o interesse individual para abarcar, numa rede combinada de interesses, a maior porção de bem comum.

Está ainda por fazer o estudo a sério, documentado pormenoriza-

damente, de toda a sua obra. de suas idéas e intenções, trabalho de Hércules que aos seus colaboradores mais competentes cumpre fazer, estudo interessante de exégese para o fim de verificar até que ponto o veio tradicional seguiu, ou se afastou do novo rumo que as idéas em marcha vão levando, pondo em destaque os factores que intervieram no desvio, explicando, enfim, os ressaltos aparentes da história ou a sua continuidade.

Desta guisa se fará obra útil de crítica, cujo aproveitamento nos parece óbvio encarecer.

Se é certo que uma consagração póstuma o ungiu no prestígio de um semi-Deus, é preciso explicar o seu valor humano, dizer sem lisonja nem rancor — atitudes que a História não conhece — o que foi, o que fez, o que valia êste Grande Homem.

Para os seus amigos mais affectuosos, que alimentam em seus corações a lâmpada votiva de uma imperecível saúde, resta a dolorosa conformação com a lei indeclinável do ingrato olvido dos homens: — Tam certo é que — *sic transit gloria mundi*.

Bilhete de encerramento

PALESTRAS RADIOFÓNICAS

Despertaram o mais vivo e lisonjeiro interesse as palestras pan-lusitanas que, sob o patrocínio desta colectividade, foram radiofundidas, até à presente data, por intermédio do microfone da P. R. C. 8. Com igual ansiedade são aguardadas aquelas que, dentro em breve, serão irradiadas através da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro — a brilhante organização cultural das *élites* e para as *élites*.

Até à presente data já foram divulgados valiosos trabalhos, escritos expressamente pelos Srs. General Nórton de Matos, Coronel E. Azambuja Martins, Tte. Coronel J. R. Costa Junior. E em nosso poder se encontram, para igual fim, valiosos trabalhos da Sra. D. Maria Archer e dos Srs. General Ferreira Martins, Almirante Sousa e Faro, Capitão Augusto Casimiro, Tenente Manuel António Ferreira, Coronel Eduardo Ferreira Viana, Dra. Fernanda de Bastos Casimiro, e outros.

Êsses trabalhos, devidamente ordenados, serão, mais tarde, editados em volume, ou em suplemento do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

“O MUNDO PORTUGUÊS”

Temos recebido a visita graciosa de “O Mundo Português”, revista de cultura e propaganda de arte e literatura coloniais, que, sob a direcção atenta do Sr. Dr. Augusto Cunha, se vem apresentando com inalterável e vitorioso modernismo — numa posição de elegante equidistância entre o futurismo pernóstico e o tradicional tom de sebenta das nossas publicações oficiais.

“O Mundo Português” é, na realidade, uma publicação sob qualquer aspecto à altura dos seus propositos e que podemos apresentar sem constrangimento nos círculos de mais alta civilização, porque, do seu confronto com outras revistas do género, de nenhum modo sairemos diminuídos. Se não fôra a nossa repugnância pelos lugares comuns, diríamos que está preenchida, e com grande brilho, uma triste lacuna. Até que enfim! Volta a editar-se na nossa Terra uma revista officiosa, sôbre colónias, que se pode folhear sem luvas...

A VIDA INDÍGENA EM ANGOLA

PRIMEIRA PARTE

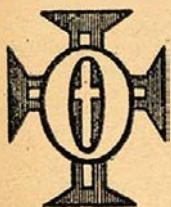
CAPITULO I

ORGANIZAÇÃO SOCIAL — SEU ESTADO ACTUAL — CHEFES GENTÍLICOS — SEU PODER E PRESTÍGIO — SUCESSÃO

PELO TENENTE IVO BENJAMIM CERQUEIRA

ANTIGO DIRECTOR DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS DE ANGOLA

ESPECIAL



s elementos sociais, soldados intimamente pela tradição de uma origem comum, formam um todo a que poderemos ligar a idéa de *nacionalidade*. Todavia, a *nação gentílica*, não ultrapassa o âmbito restricto da *tribu*.

Na comunidade familiar “Bantu”, se baseia o edificio social gentílico, sendo nela que devemos procurar a génese dos actuais agrupamentos e formações: — Agrupam-se famílias formando aldeias (“Quimbos”, “Sanzalas”, etc.), constituindo o seu conjunto um *Sobádo*, cujo chefe é, tradicionalmente, o descendente, por *linha colateral feminina*, do chefe da família inicial, de quem, em regra, o agrupamento conserva o nome.

Grupos de sobádós, nas regiões onde a coesão social menos haja sofrido, formam, por vezes, um *tudo nacional* mais amplo a-dentro da tribo, sob a chefia do mais velho ou conceituado dos Sóbás. Esta entidade é geralmente conhecida nas nossas autoridades pela designação de “Sóba principal” ou “Sóba Grande”.

Ao Sóba, assistido dos seus “Macotas” (ministros, secretários ou conselheiros), compete velar pela conservação e integridade dos usos e costumes tradicionais, administrar a justiça, julgar os pleitos entre os habitantes do povo e as questões vindas de fóra, tratar e resolver todos os magnos assuntos de interesse geral da tribo. Como *senhor das terras*, cumpre-lhe conceder outorga para a ocupação de terrenos a-dentro da área territorial da tribo, cobrar tributos pela caça, pesca e exploração de produtos naturais; exercer, enfim, os *atributos de soberania* que residem em si, por direito próprio, ou por vontade do povo. Como patriarca, é, ainda, o chefe *espiritual*, o mantenedor do culto dos antepassados, dos deuses tutelares e do *fogo* que deve arder permanentemente no lugar público da aldeia, a tal fim destinado.

Os “macotas”, variam de designação de região para região, bem como o seu número e atribuições. Porém, duma maneira geral e em síntese, podem dividir-se em duas categorias: a primeira que constitui como que um conselho permanente de funções consultivas, a cujos membros estão confiadas as mais altas missões de ordem política, dizendo respeito à tribo em geral; a segunda, que se compõe de *executores*, de delegados

ou representantes accidentais do sóba nos povos distantes; de dignatários, afinal, a quem estão confiadas funções secundárias de pormenor e até de méra decoração e lustre do poder *autocrático do chefe*.

Aos primeiros, incumbe orientar a opinião do “sóba” em todos os assuntos correntes de interesse geral, constituir o tribunal para julgamento dos pleitos, manter permanentemente aceso o *fôgo* na aldeia do chefe (“Libata”, “Embala”, “Banza”, etc.), marcar a data das novas culturas e colheitas e do início das queimadas e caçadas oficiais do sóba e, numa palavra, manter a integridade dos usos e costumes tradicionais, mormente no que respeita à *sucessão* do sóba e exercício da sua soberania. Os segundos são os oficiais de justiça, os encarregados da direcção dos trabalhos da comunidade, das queimadas, caçadas e pescas e de manterem a *memória* das questões julgadas, das multas e tributos a cobrar, etc.

Nos casos de excepcional gravidade, é convocada a *assembleia nacional* — chamêmos-lhe assim — composta dos “macotas” e dos “sécúlos” — os chefes de família, os *homens bons da tribo*. À assembleia preside o sóba, assistido do seu conselho, cujo membro mais categorizado — o que deve substituir o sóba no seu impedimento, geralmente um tio materno: — “Bumba”, “Capitango”, “Mene Masse” etc. — começa por fazer um circunstanciado relato do assunto a tratar.

Se as opiniões divergem, se há a considerar o factor sorte, se a assembleia hesita ou os campos se extremam por opiniões igualmente aceitáveis; se enfim, o assunto é de alta transcendência, é ouvido o “N’ Ganga”, o adivinho oficial que, invocando os deuses tutelares da tribo e consultando os *ossos*, profere a última palavra do “milando”. (1)

Outrora, era ilimitado o poder autocrático do sóba que dispunha da vida e bens dos seus súbditos. Todavia, na tradição gentílica, os povos abominam a memória dos tiranos e, não raro, nela encontramos referências à formal opposição, pela voz dos “sécúlos”, contra iniquidades e prepotências, às quais o consenso

(1) “Milando” — “Milandju” — assunto em discussão, causa.

unânime não haja ligado um fim elevado de alto interesse nacional. Por outro lado, conservam os povos a memória carinhosa dos antepassados *justos*, num atávico reconhecimento de justiça e equidade. E' que, de resto, o selvagem, o homem que vive em contacto permanente com a natureza, observando dia a dia a imutável harmonia que a rége, tem mais puro o sentimento da equidade e, portanto, do equilíbrio funcional orgânico da sua comunidade, do que o supercivilizado que, em volta de si, criou um ambiente artificial e complexo de preconceitos e ideologias, mais ou menos vagas, mais ou menos divorciadas do concerto biológico natural.

O prestígio dos sóbas, ao contacto com a nossa soberania, tem diminuído grandemente, até se reduzir hoje, na maior parte dos aglomerados gentílicos, a uma figura virtual mais que apagada.

O *individuo*, sob a acção das nossas autoridades — exercida é certo no sentido progressivo, mas nem sempre conduzida com prudente reserva e inteligente previsão dos fenómenos sociais a que poderia dar lugar — sente desfazerem-se, um a um, os laços que outrora o ligavam, sólidamente, à comunidade familiar, base do seu edifício social, ao *clain*, à tribo; e, assim, *desintegrado*, isolado num terreno de ninguém, se é certo que não sofrerá a *tiranía* do sóba, verdade é também que, de nós, apenas terá recebido um *reconhecimento das liberdades individuais* que, aliás, não pediu, não compreende, e de que não saberá, portanto, dignamente beneficiar.

A *desintegração* do indivíduo da comunidade gentílica, é o primeiro passo da destruição social que está operando, sem que outra ordem, aceitável à mentalidade e índole do indígena, tenha vindo substituí-la com vantagem.

Perdidos ou diluídos a coesão e o espírito colectivo da raça, o respeito pelas leis tradicionais, o *todo orgânico* dissemina-se ou se desconjunta e o Sóba perde, a largos passos, o seu antigo prestígio, porque o *fôgo sagrado da tribo* se vai extinguindo irremediavelmente, ao sópro forte de um *individualismo* deslocado, por incompreendido.

Mal sabem, por vezes, as nossas autoridades, inexperientes em assuntos de política indígena, que assim concorrem para a derrocada do edifício social "Bantu", tanto mais que o vento das "liberdades",

"Mais uma vez carecemos de uma preparação cuidadosa e prudente, toda nossa e só nossa; de passadas largas, mas cautelosas; do esforço de todos, dos recursos inteiros da Nação; da sublimação das qualidades fundamentais da raça: — a perseverança, a heróicidade, o despreocupado sacrifício da saúde ou da vida, a resistência ao infortúnio, o entusiasmo glorioso de realizar."

General Norton de Matos

fenómeno psíquico inexplicável, começa já, embora de uma forma imprecisa, a açoiar as ramarias das florestas africanas!...

Essas autoridades, infelizmente, animadas de uma má visão política e nem sempre na melhor das intenções, desprestigiando os chefes gentílicos, apenas têm dificultado a sua própria missão e concorrido para a ruína da tribo, empobrecida pela pulverização dos seus componentes, empobrecimento de que vem a ressentir-se, por reflexão, a nação dominadora.

Por outro lado, a nossa soberania teve, bastas vezes, necessidade de exercer influência directa na vida política e social do indígena, dissolvendo aglomerados, destituindo ou impondo chefes, conforme pareciam aconselhar as circunstâncias de momento. — Os povos não reconheceram desde logo a autoridade dos chefes impostos; e, por sua vez, os representantes da nossa soberania, lutando com deficiências de toda a ordem — quasi misérias — nem sempre souberam ou puderam garantir àquêles, por uma acção paralela e conveniente, o prestígio que lhes poderia ter emprestado a presença de uma força armada de verdadeiro aspecto militar, correcta, disciplinada e forte, sem violências.

Quasi tão miserável, hoje, como o mais infimo "Ngamba" (1), sem ter, por vezes, quem lhe varra o chão da palhota ou lhe ajunte a lenha para o prato de "fundy" (2) quando, decrépito, lhe falta o mínimo de energia para o "Struggle for life" a que não estava habituado, o Sóba mantém-se, todavia. É necessário que exista parece que, unicamente, para haver alguém sob quem recaiam responsabilidades de desaires que a outrem, mais do que a êle, pertencem...

Melhor do que nós o diz um ilustre Missionário de quem, com a devida vénia, transcrevemos os seguintes e singelos períodos:

"Com o estabelecimento efectivo da autoridade portuguesa, os Sóbas conservaram apenas a sombra do seu antigo poder. — A supressão da escravatura, a aplicação sem desrinça de temperamentos das idéas modernas sobre *liberdade humana*, a descrença progressiva num certo poder sobre-humano em que os Sobas assentavam a sua autoridade, a *pobreza*, enfim, e as *humilhações por que passaram*, foram os factores principais do desaparecimento do seu poder.

A organização da sociedade gentílica não resistiu ao embate duma civilização superior: era fatal! *Urge agora reconstruir*.

O produto dessa desintegração, do indivíduo da comunidade "Bantu", é um sér socialmente híbrido, valor nulo nos quadros da vida social indígena e amorfo no concerto da nossa civilização; é o vulgar "*calcinhas*", o "*deraciné*" sempre pronto a desenhar o nome nas mil "*requerimentas*" em que é fértil, na defesa daquilo a que *nós lhe ensinamos a chamar os seus direitos*, vivendo à margem dos centros urbanos em características e imundas cubatas, sem a noção de obrigações e

(1) "Ngamba" — Carregador

(2) "Fundy" (fundji) — pirão — papas de farinha (fuba) de milho.

devêres e praticando, enfim, num macaquamento infeliz, exactamente os vícios e os maus hábitos que em nós tem observado.

Na comunidade gentílica, tal indivíduo é um elemento de desordem e um gérmen de destruição; fóra dela, dá que fazer a todo o pessoal de uma Administração no tratamento das suas complicadas "Makas" (1) e constituiu a grande população das cadeias públicas, pelos hábitos de vadiagem a que se entrega.

Com o decrescimento do poder dos Sóbás, os grandes aglomerados de outros tempos foram-se disseminando, sendo já hoje raro o chefe gentílico que, sob a sua jurisdição efectiva, abranja um número superior a 100 ou 200 almas, quando, não há muitos anos ainda, o sertanejo encontrava, com frequência, através da Colónia, "Libatas" (2) com 1.000 a 3.000 e mais almas, directamente subordinadas a um chefe.

Hoje, mal poderemos citar, nessas condições, as sóbas Galinatchi no Cuanhama, Inhacatólo no Alto Zambeze e os sóbas de Galangue e Tchitembo nas Ganguelas, Candimba no Bailundo e Bandeira em Caconda, e, mesmo assim, já muito reduzidos do seu poderío e população.

Os antigos sobetas ou simples "Sécúlos" — (chefes de família) — tendem a emancipar-se da tutela dos sóbas, perante a autoridade portuguesa. — De facto, é ainda no aglomerado mais rudimentar, no "clain" ou na família, onde resta, em grau mais sensível, a subordinação e o respeito ao chefe, certamente por se sentirem ali mais próximas as afinidades consanguíneas.

Os Sécúlos, por sua vez, compreendendo que nos grandes aglomerados mais facilmente se quebra e dilui o seu poder, procuram isolar-se com os membros da sua família, de preferência a permanecerem nas grandes adeias dos sóbas; isto explicará, até certo ponto, o facto constatado pela maior parte das nossas autoridades administrativas, de *aumentar, de ano para ano, o número dos pequenos chefes independentes, ao passo que a população diminui ou se mantém estacionária.*

Por outro lado, certas tendências atávicas de nomadismo que existiam latentes no indígena, despertadas certamente por causas estranhas e muitas vezes de carácter ocasional, têm retardado ou prejudicado a fixação integral do homem à terra, primeiro passo a promover, da necessária evolução.

Assistimos ainda — e parece que ultimamente com mais frequência — a movimentos migratórios de pósto para pósto, de Circunscrição para Circunscrição e até, nas regiões fronteiriças, para território estrangeiro, não só de povos de acentuado carácter nómada, como até — e isso se nos afigura de certo modo grave —, de populações de hábitos sedentários, há muito estabelecidas.

Causas várias estão determinando êsses movimentos e crêmos que lhes não será estranha a diversidade de critérios e política administrativa, de uma para outra autoridade regional e até, da mesma autoridade, consoante a orientação e directrizes superiores, no que toca aos assuntos que mais interessam à vida indígena,

tais como: — recrutamento de trabalhadores, lançamento e cobrança do impôsto, demarcações de terrenos e concessões a europeus.

Por outro lado, nas regiões de fronteira, principalmente de Léste e Sul, não será estranha a política de atracção seguida nos territórios vizinhos, tendente à fixação das populações, levada a efeito pela concessão oportuna de isenções e regalias, oferta de salários elevados, etc.

Além do regímen de sobádos a que temos feito referência, existem ainda vestígios de uma ordem superior, embora com a mesma estrutura, nos territórios outrora ocupados por povos congolezes, a Norte do Dande e entre êste rio e o Bengo ou Zenza (Encoge — Dembos).

Em épocas remotas, *chefes fidalgos* do Congo ("Dem-bos"), teriam vindo ocupar, sob a égide do monarca congolês, os territórios septentrionais do vizinho reino de Angola; e, uma vez estabelecidos, dividiram as terras pelos seus sub-chefes, originando assim outros tantos sobádos seus dependentes.

A influência congoleza, trazida a estas regiões pelos "Dembos", foi considerável, e a atestá-lo está a adopção geral dos usos e costumes, nomes e indumentárias dos Grandes do Congo.

Diz a tradição, que é a fonte onde iremos tomar conhecimento dêstes povos, de preferência a lêr o pouco que há escrito e fundamentado, de resto, em hipóteses mais ou menos admissíveis, que, antes da chegada dos *fidalgos congolezes*, a região era dominada por déspotas que oprimiam e tiranizavam as populações. As tribus empenhavam-se em constantes lutas em cujo epílogo os vencedores devoravam os vencidos; e, pelas florestas e densos "muxitos" (1), erravam canibais, cuja ferocidade punha em constante sobressalto os povos estabelecidos.

As coisas modificaram-se, porém, com o estabelecimento dos "Dembos" que, em nome do "Mene Congo" (2), exerceram a justiça, dividiram as terras, garantindo o seu domínio e exploração, lançaram tributos, policiaram a região e, numa palavra, disciplinaram os povos.

Hábeis políticos, souberam os "Dembos" atraír a si os descontentes doutras raças, e, com bonomia, acolheram todos os que viéram abrigar-se ao prestígio e justiça do "Mene Congo".

Muitos foram, no dizer da tradição, os chefes estrangeiros que se avassalaram aos "Dembos"; mas, o mais importante, foi o "Kakulo-Ka'kahenda" (actualmente, por abreviatura, "Kakulo-Ka'henda"), grande potentado de origem "ginga" que dominava em tôda a bacia superior do "Zenza" (terras do Bengo e N'Gonguembo) ao Alto Dande (terras de Quiambole).

Segundo ainda a tradição dêstes povos, êste "Kakulo", após a sua vassalagem, recebera do Rei do Congo o título de "Dembo" e de "O Primeiro dos seus filhos", na acepção de o *mais importante dos seus súbditos* por lisongeira deferência para com chefe estrangeiro de tanto prestígio.

(1) — "Muxitos" — Massiço de árvores.

(2) — "Mene Congo" — "Mani Congo" — Rei do Congo.

(1) "Maka" — questão, causa a julgar — conflito.

(2) "Libata" — povoação gentílica, "Quimbo".

Néste ponto, a tradição gentílica, não está de acôrdo com o que vemos referido em escritos de autoria aliás autorizada: diz-se que o "Dembo" "Kakulo" era de facto o *filho primogénito* do Rei Congolês que promoveu a ocupação, pelos nobres, daquêles territórios, aduzindo-se, para tanto, a razão "Kakulo" designar aquêlo dos gémeos que primeiro é nado, em opposição a "Kabaça" ou "Kalabaça" que designa o último. "Ka-kahenda" (Ka'henda) significará *do amor* (nascido do amor) e assim "Kakulo Ka'henda" o *primeiro filho* em razão do nascimento.

Parece-nos, contudo, que tal argumento é fraco a destruir a tradição, se considerarmos que nos territórios de Léste, entre os povos "Ambacas" ou "Gingas", abundam os "Kabaças" que não se encontram nas regiões do Norte, fóra do caminho percorrido, presumivelmente, por aquêles povos, em suas passadas migrações. — De resto, se da tradição literal do título podemos deduzir a origem congolosa dêste potentado e a sua progenitura, — o que diremos daquêlo grande potentado, émulo do "Samba Kajú" que dominava outróra em tôda a vasta região do Sul de Ambaca — o "Kakulo Kabaça" — cuja memória ainda se conserva nítida na tradição daquêles povos?

Seja, porém, como fôr, o certo é que os "Dembados" foram instituições político-sociais puramente congolosas, recordando até certo ponto o sistema feudal da idade média em que o "Dembo", o *Senhor das Terras*, "Mulumbi", transmittia, aos seus sucessores, o vínculo da família nobre e dominante.

Esta transmissão dava-se, como em todos os ramos da família "Bantu", por linha uterina, se bem que a organização seja aparentemente *patriarcal*.

Em seu critério simplista, êstes povos justificam êste sistema de sucessão, com o seguinte conceito: "O Chefe deve ser *um homem*, mas como da criança que se vê nascer se sabe quem é a mãe e *se não pode garantir* quem seja o pai, por isso o sucessor deve ser o filho da irmã uterina do Chefe porque êsse é, sem dúvida, do seu sangue".

Crêmos, no entanto, que se trata, tão simplesmente, de uma reminiscência do sistema *matriarcal* e da poliandria dos tempos primitivos, agora em franco período de transição evolutiva

Datam de 1615 os primeiros contactos da nossa soberania com êstes chefes fidalgos, tendo sido avassalado sem guerras durante o Governo de Manuel Cerveira Pereira o "Dembo Kakulo", ao tempo o mais poderoso ao Sul do Dande. — Mais tarde, com o aniquilamento do maior potentado ao Norte daquêlo rio, o "Dembo Ambufla", foi o Kakulo reconhecido pelo Governo Português como "O Maior de todos os Dembos" tendo-lhe sido conferida Carta de Confirmação do *Senhorio de suas Terras* pelo Governador e Capitão General dos *Reinos de Angola & suas Conquistas* Francisco de Távora, a quem chamaram o "Menino Prudente" em relação de sua relativa pouca idade e sábio governo.

Entre algumas tribus mais internadas da Lunda e do Moxico existem ainda Sobádos femininos ("fumaquêto") (1); no entanto, o poder é exercido pelo marido ("Mussunda") como seu primeiro ministro ou conselheiro. Nêstes mesmos povos, a mulher Sôba é quem escolhe o homem para seu marido, podendo porém ter outros, não só na aldeia onde reside como também nas aldeias distantes e como seus representantes. Êstes segundos homens são considerados *amantes*, e, como tal, reconhecidos pelo verdadeiro marido.

Pode ser, no entanto, que se trate de êrro de audição e de conceito, tratando-se de *fum' a kiêtu* e não de *fumu' kêtú*: — a particula do genitivo, — *ki* prefixo concordante — *etu* pronome pessoal *nós*.

Fumu a-kiêtu — *fum' a kiêtu* — chefe de nós — o nosso chefe — sem indicação ou designação da qualidade ou género do Chefe.

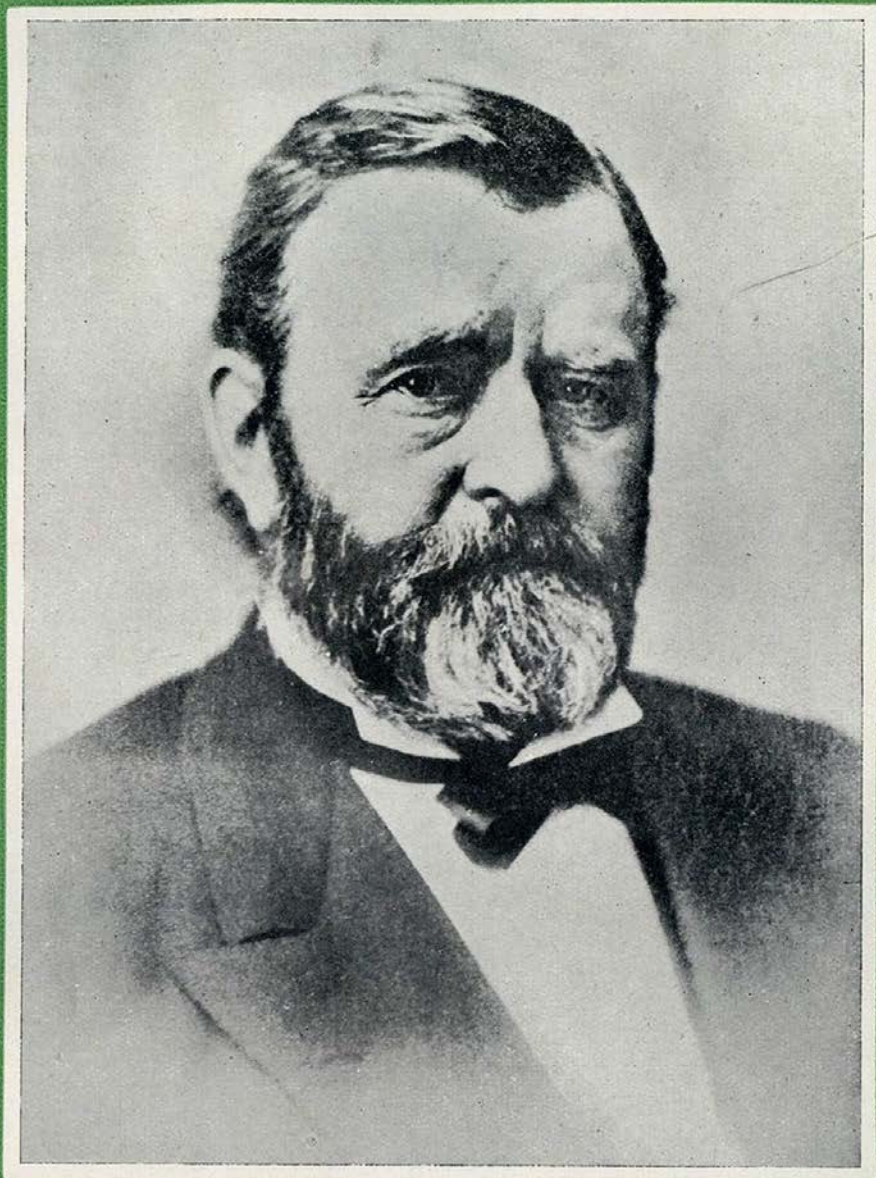
Entre os "Maiacas" (povo do "Muata-Ianvua") existe também a mulher chefe, não podendo, no entanto, exercer a poliandria, prôpriamente dita. Escolhe um marido "Mussunda" com quem vive na aldeia capital, até que dêle tenha dois filhos. Em isto acontecendo, êste primeiro marido é, por assim dizer, reformado, indo reger uma aldeia ou povo distante. A mulher chefe escolhe então novo marido que será, por sua vez, substituído nos mesmos termos. O seu marido não pode exercer a poligamia.

Devemos no entanto salientar que êstes vestígios de poliandria se manifestam também em mulheres não *Sôbas*, mas que, duma maneira geral, vão rareando. Por outro lado, tendem a desaparecer os vestígios da ginecocracia, sendo actualmente muito raros os sobádos femininos.

(1) — "Fumaquetu": — Respeitamos aqui a ortografia usada nas várias informações contidas nos relatórios administrativos, que consultamos.

Nas páginas seguintes, escreveremos, de preferência, "fumu kêtó", por nos parecer que se trata da formação do feminino de *fumu* (*kifumu*, *nfuma*, nas formas arcaicas — plur. *jifumu*, *ifumu*.) com a posposição de *mukêtu* (mulher — fêmea nos dialectos bangala e mussucu — singular. — *akêtu*) cujo prefixo *mu* se illidiu, para evitar o iato; assim: *fumu ketu* que significará *chefe feminino*.

A seguir: A VIDA INDÍGENA EM ANGOLA — Capítulo II: A família sob o ponto de vista social — Casamento — Poligamia — Poliandria — Direitos do tio materno.



GENERAL ULYSSES S. GRANT

ANTIGO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE



Povoá do Varzim - Avenida Mouzinho

PORTUGAL

BRASIL

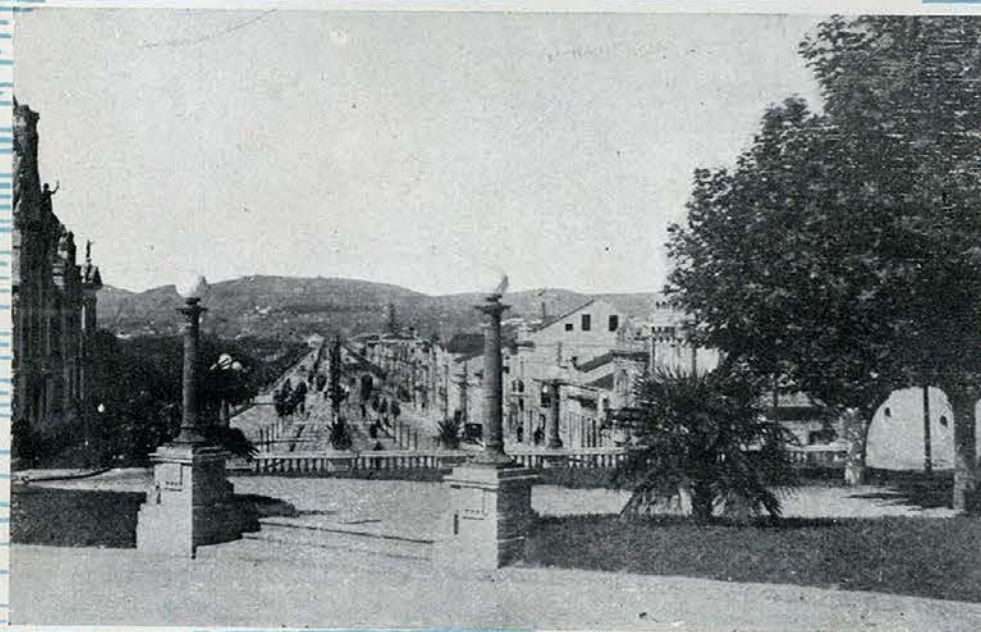


CURITIBA - HOSPITAL DE CARIDADE

**Povoá do Varzim
Tavira
Faro**



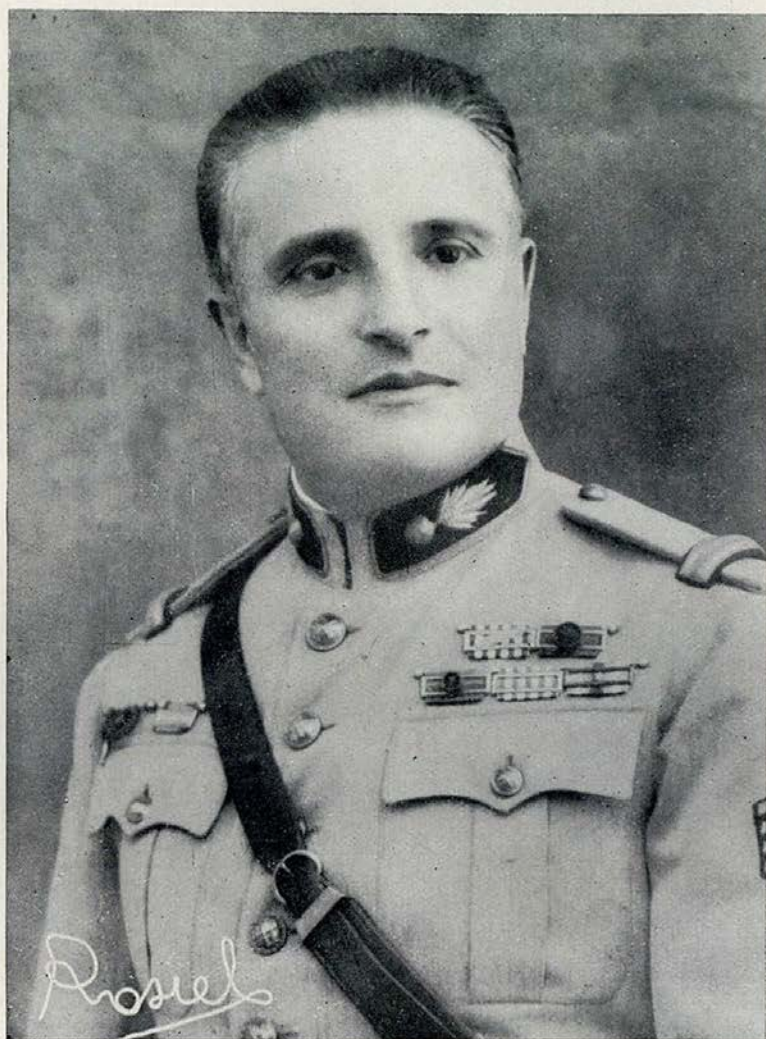
**Curitiba
Porto Alegre
Belo Horizonte**



**Av. Mouzinho
Vista parcial
Vista geral**

**Hosp. de Caridade
Av. João Pessoa
Av. Amazonas**





CAPITÃO RICARDO VAZ MONTEIRO
GOVERNADOR DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O MOMENTO COLONIAL PORTUGUÊS

E A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

PELO CAPITÃO RICARDO VAZ MONTEIRO

GOVERNADOR DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(ESPECIAL.)



EDIU-ME, o Exmo. Sr. Dr. Tomé Agostinho das Neves, correspondente em S. Tomé da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a minha opinião sobre o momento que passa e sobre a acção desta importante e patriótica publicação.

Não tive dúvida em aceder ao seu pedido embora reconheça que a minha opinião outro interesse não pode merecer do que a sinceridade com que a ditei nestas despreziosas palavras:

A transformação política e social da época que a humanidade atravessa em busca de um justo equilíbrio das suas ideologias e da satisfação das necessidades reais da vida colectiva, é de acentuada tendência para os Governos de força e prestígio, e de verdadeiro triunfo para o colectivismo.

O fortalecimento da hierarquia, da disciplina e do poder do Estado, são as exigências actuais que se impõem como mais urgentes para o saneamento e moralização dos serviços públicos.

Os Estados, para bem administrarem, precisam ter a autoridade que resulta da plenitude da sua activa soberania, e o prestígio que provém de prestar aos seus concidadãos, a tempo e horas, rigorosas contas do exercício do seu poder.

A subordinação da actividade individual aos interesses nacionais levam à obrigação do Estado promover a organização corporativa, à formação das corporações morais e económicas como órgãos de interesse colectivo, que contribuirão eficazmente, quando bem dirigidos e orientados, para o estabelecimento da harmonia social.

A nação portuguesa não podia subtraír-se à nova corrente contra o individualismo e o liberalismo, desprendendo-se das envelhecidas idéas do século XIX.

Coube a honra ao Exército, como o primeiro organismo forte e disciplinado, cumprir o mandato imperativo da Nação, impondo um Estado Novo, que restabelecendo a ordem, a disciplina e a autoridade tornasse possível a realização duma obra de reconstrução financeira, económica, social e política.

O movimento militar de 28 de Maio de 1926, foi uma Revolução Nacional que fez renascer Portugal em todos os quadrantes da sua actividade e veio assegurar a seqüência da nossa missão civilizadora.

O General Oscar Fragoso Carmona, é o Chefe de Estado que encarnando as virtudes da raça portuguesa, serve a Nação com inteligência, fino tacto diplomático

e acrisolado patriotismo neste transe sério da vida nacional.

O professor Doutor Oliveira Salazar tomou sobre si o patriótico encargo do ressurgimento do país e da sua reabilitação e engrandecimento perante o Mundo. Reembolsa a dívida flutuante; equilibra triunfalmente sete orçamentos sucessivos; promove a luta contra o desemprego, a reconstrução das estradas, o apetrechamento dos portos, a construção de unidades de marinha de guerra, e desenvolve a agricultura, o comércio e a indústria nacionais; submete a plebiscito a actual Constituição Política da República Portuguesa, que o país aprovou concorrendo às urnas quasi a totalidade dos eleitores recenseados. O ressurgimento nacional estende-se também ao Império Colonial Português. E' ainda a Salazar, o grande Português, a quem se deve o Acto Colonial que orientou e iniciou a nova política colonial portuguesa; e o Decreto N. 17.881 que sistematizou as receitas e as despesas dos orçamentos coloniais e estabeleceu princípios modernos e rigorosos sobre fiscalização e administração financeira ultramarina.

O resultado é evidente no equilíbrio dos orçamentos coloniais e das contas de gerência e exercício, no intercâmbio das colónias entre si e a metrópole, na segurança e método de promover o progresso, valorização e engrandecimento das oito colónias do Império!

O professor Doutor Armindo Monteiro, é o realizador desta obra de seguro ressurgimento do Império Colonial Português.

Com invulgar brilho de inteligência e de são patriotismo tem sabido realçar o valor da nossa acção colonizadora e despertar no Império a esperança na glória do seu destino.

Todos os Diplomas por êle promulgados, Carta Orgânica do Império Colonial Português, Reforma Administrativa Ultramarina e tantos outros são sempre subordinados à concepção superior da Unidade Nacional como base e princípio fundamental do nacionalismo português, do interesse económico da Nação total de aquém e de além mar que o Acto Colonial estatui.

Graças à sábia orientação deste governador do Império, protegendo a agricultura de S. Tomé e Príncipe, esta rica província não succumbiu ao peso esmagador da crise mundial que lhe fez baixar a produção de cacau para 1/3, e as cotações para 1/2.

Esta Colónia justamente considerada "Colónia Modelo" entre todas as nações colonizadoras, constituiu por si só a verdadeira consagração de um povo colonizador por excelência. Os portugueses saberão man-

ter e guardar religiosamente, em suas mãos, a sagrada herança dêste lindo jardim do Equador, impedindo que a tenebrosidade da crise mundial, ou outros malefícios se oponham ao seu progresso e natural desenvolvimento. A Colónia de S. Tomé e Príncipe, secularmente portuguesa, descoberta, desbravada, cultivada e valorizada por portugueses, com capital português, que a transformaram em exuberantes propriedades agrícolas, com estradas, pontes, caminhos de ferro, telefones, abegonarias, nitreiras, armazéns, oficinas, habitações, escolas, farmácias, creches, hospitais, há-de renascer vitoriosa dos escombros desta tenebrosa crise, porque os portugueses assim o querem.

A Colónia tem excepcionais condições de vitalidade que lhe hão-de permitir lutar afoitamente contra a crise económica; assim como modificou a situação financeira à custa de severas economias, trabalha tam-

Causas várias concorrem para a diferenciação da língua nos dois países.

Causas várias actuam em sentido contrário, neutralizando a acção dos primeiros.

De 1500 até hoje nunca deixou de ser intenso o intercâmbio entre Portugal e a sua antiga colónia, mais tarde país independente.

A imigração portuguesa é a mais numerosa que temos; por conseguinte, o elemento lusitanizador do nosso falar não deixa de actuar.

A situação do colono português entre os demais é "sui generis".

Ele não precisa de aprender a língua do país: é dêle próprio.

O colono dos outros países aprende a língua com o sotaque brasileiro. O português nem sequer ao sotaque brasileiro se afeiçoa.

Vive aqui longos anos e, pela falta de esforço de imitação, nunca perde as particularidades de pronúncia que adquiriu na infância.

E isso se dá em todo o Brasil, nuns lugares mais noutros menos. Fiz esta verificação nos dezanove Estados que conheço do nosso país.

A classe inculta é um excelente factor de dialectação.

O combate ao analfabetismo ensinando uma língua padrão, destroi este elemento causador de divergências na língua de várias partes do país.

A universalização de tudo, dia a dia, dá um passo à frente.

São formas políticas, usos sociais, legislações, etc., que se propagam de país a país.

As línguas começam a interpretar-se.

O inglês avassala o cinema, o esporte, muitos termos comerciais, industriais, náuticos são adoptados já universalmente.

Por conseguinte, o movimento geral é de aproximação e não de isolamento e diferenciação. A língua está nos domínios da sociologia e quem não sabe quanto arriscadas são as previsões em assuntos sociológicos?

Os falares das duas nações continuarão sempre a constituir uma língua como hoje constituem?

Algum dia surgirão fenómenos que dêem a cada um a característica de língua à parte?

Tudo indica que mais provável o "statu-quo" o nosso falar sendo uma variante do lusitano.

O velho argumento de que, assim como do latim saíu o português, do português sairá outra língua, não tem valor diante das condições da vida moderna.

O livro impresso, o jornal, o telégrafo, o telefone sem fio, a navegação transatlântica a vapor, o aeroplano, o Zepelin, o rádio e tantas maravilhas da época actual, inexistentes nos tempos da Roma dos Césares, justificam plenamente a impossibilidade da repetição do facto.

Professor Antenor Nascentes

bém afinadamente para modificar a situação económica aumentando a produção à custa de mais sacrifícios com novos recrutamentos de pessoal contratado.

Estas duas ilhas, pérolas do Golfo da Guiné, de luxuriante e odorífica vegetação, que a iniciativa, o esforço perseverante e inteligente dos roceiros portugueses converteram em escola maravilhosa de agricultura e de artes e ofícios, contribuem grandemente para a economia nacional com a exportação dos seus produtos, e para a nossa missão civilizadora com o ensino e educação dos serviçais das outras colónias que para aqui vêm livremente trabalhar em regime de contrato.

Nas roças, propriedades agrícolas da Colónia, civilizam-se e nacionalizam-se milhares e milhares de trabalhadores pretos de outras colónias. Entram na Colónia sob a tutela do Estado devido ao seu atrasado estado de civilização; e são repatriados no fim dos seus contratos, como excelentes trabalhadores rurais e hábeis artistas, recebendo hábitos de trabalho, falando a língua portuguesa e tendo assimilado costumes da nossa civilização.

E assim deixo exposto o que sinceramente penso sobre o momento que passa, e sobre o modo como a geração do sacrifício e do resgate vai preparando melhores dias às gerações vindouras.

* * *

Para cumprir o meu comprometimento, resta-me dizer o que penso acerca da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO e do seu BOLETIM.

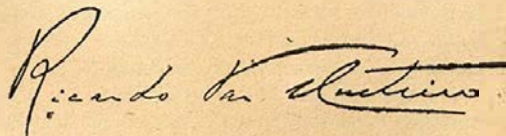
No Brasil, pujante e florescente nação, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO mantém um BOLETIM — órgão independente ao serviço da Grei e da Nação — destinado a erguer à sua altura maior o nome sagrado da Pátria, e a dinamizar esta magnífica arrancada nacionalista pela causa superior do Ultramar Português.

O BOLETIM é um verdadeiro defensor da missão civilizadora do povo de Portugal, fazendo realçar o processo especial e característico como os portugueses suavemente praticam a colonização, com profundo sentimento de humanidade, e de cordial cooperação isenta dos preconceitos de raça.

A publicação do BOLETIM constituiu uma iniciativa de alto interesse nacional pelo estudo e divulgação de questões do nosso Portugal Ultramarino e da obra laboriosa, pertinaz e fecunda que os colonos e o Governo do Estado Novo vêm realizando com aplauso geral.

Honra, pois, à SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a êsse núcleo de patriotas sinceros, animados pelo mais fervoroso nacionalismo, e entusiasmados em contribuir desinteressadamente para o engrandecimento e maior glória de Portugal.

S. Tomé, 8 de Novembro de 1934.



A todos que falam a minha língua, seja qual fôr a sua raça, a sua cor, a sua ideologia, apresento as minhas saudações. Com raras excepções serão êles ou cidadãos da grande República Brasileira ou meus compatriotas. Uns e outros confundido no meu saudar, e a uns e a outros dirijo as poucas palavras que vou proferir.

Existe neste mundo uma Nação que há cinco séculos vem realizando uma grandiosa obra de civilização. E' Portugal. Hoje o seu esforço está principalmente concentrado na África tropical, onde, em pouco mais de meio século, tem erguido formidáveis realizações. E' necessário que Portugal vá até ao fim, que conclua a obra encetada, que ultime a sua missão histórica pelo prolongamento da sua nacionalidade, da civilização portuguesa, às vastíssimas e preciosas regiões de Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Cabo Verde.

Mas para tanto carece Portugal de ser ajudado por toda a família portuguesa. Aquêles que não têm conosco laços de parentesco não temos o direito de pedir auxílio, nem conviria fazê-lo. Mas abertamente o devemos pedir ao povo brasileiro e imperativamente o devemos indicar aos portugueses residentes na América.

Que espécie de auxílio? perguntar-se-á. O auxílio moral acima de todos. Bem fácil é avaliar a força que para Portugal resultaria se, perante o mundo, uma grande nação se erguesse a dizer que não havia direito de perturbar Portugal na realização da sua missão civilizadora em África, e que seria o maior dos crimes tocar no patriotismo sagrado duma glo-



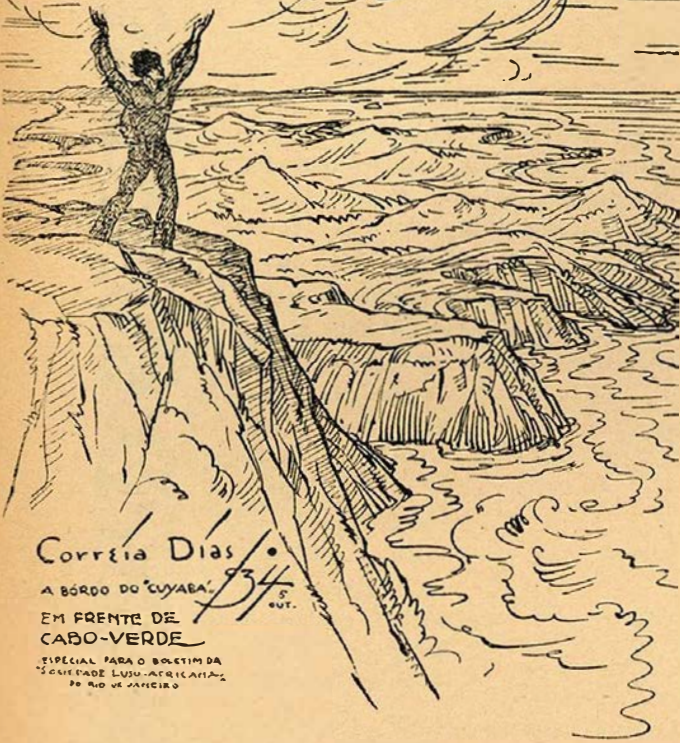
O SR. GENERAL NÓRTON DE MATOS
VISTO PELO CARICATURISTA CADRAL

riosa Nação.

Brasileiros, meus irmãos, é isto que vos pedimos.

Portugueses, que trabalhai no Brasil, peço-vos, meus filhos, que digais isto aos vossos irmãos do Brasil.

MELHOR!



Correia Dias
A BORDO DO "CAYARA"
EM FRENTE DE
CABO-VERDE
ESPECIAL PARA O BOLETIM DA
SOCIEDADE LUSO-AMERICANA
DO RIO DE JANEIRO

(INÉDITO)

Esta ilha é uma prisão. Cercando-a tóda
● mar é um carcereiro. Mas não morre
Aqui o meu Amor, nem se levantam,
Inimigas, à roda,
Invencíveis muralhas. — Ondas cantam...
Aqui sou livre, embora prisioneiro,
Quando ólho o mar do alto da minha tórre!

II

Pérdem-se em névoa os montes, como escolhos
Erguidos sôbre o abismo. Êrgo os meus olhos
E diláta-se em mim, num vôo, a ansiedade
De subir, de pairar!
Sinto mais perto Deus. Sou a Serenidade
Que a Dor exalta, sou a indómita esperança!
— Quem julgou mutilar a minha Liberdade?
Destérrem-me de mim, do que eu sou, do que em mim
Foi, em louvor da Vida, esforço que não cansa,
Fé que não morre e oração que não tem fim?

III

Coube-me em sorte a agrura dos Calvários.
Lamas da Flandres, selvas de África... — o encêrro
Em prisões, a calúnia, o destêrro,
● exílio aos ventos vários.
— Aqui, serêno, do alto dêste escolho
Azul, perdido em mar, no azul atlântico,
— Com a alma tranqüila e de mãos postas, — ólho
Para lá do presente, êrgo a Deus o meu cântico
E dou graças à Vida!
— Pelo que sôfro nesta hora dolorida
— Do mundo e pela paz da minha consciêcia!

IV

Horas da selva, a lama escura da trincheira,
A presença da Morte à nossa beira,
A amargura, a ansiedade,
O amor ausente, a ameaça de outra ausência
Que não tem volta, a accitação da Morte,
A infinita saudade,
— Sinto-as florir em mim nesta Serenidade
Em que há orgulho puro,
Perdão e entendimento,
Nestas alturas em que sopra o vento
Misterioso do Futuro.

V

Em frente do Futuro, evocando o Passado,
Ligo, em meu coração ardente, numa préce,
● poente ensangüentado
E o dia que amanhãé.
— Quiséra,
Apesar dos Calvários,
Acima do tumulto
E sôbre os ventos vários,
— Que a minha voz e o meu gesto, sem pecado,
Conciliando, depurando, resgatando,
Juntássem num só vulto,
Num arranque sagrado,
Fundíssem numa Vida heróica e alta,
A altura, a devoção, a força que me falta,
A corágem perdida em mil rumos dispersos,
A fé que anda a negar-se em arraiais advérsos,
O cego amor que é ódio e o Amor que é só Amor,

— Para que o nosso Amor ao serviço do Mundo,
— O Amor a Portugal, mais unido e fecundo,
— Fôsse maior,
— Melhor!

Cabo Verde,
Ilha Brava — 1934.

Augusto Parini

PORQUE FOMOS PARA O MAR

PELO DR. ARMANDO MARQUES GUEDES

ANTIGO MINISTRO DAS FINANÇAS
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
DIRECTOR DE "O PRIMEIRO DE JANEIRO"
ADVOGADO E JORNALISTA

(ESPECIAL.)



As condições geo-climatéricas do nosso território continental nunca favoreceram a instituição e permanência de uma economia agrícola regular.

Enquanto o pequeno reino, formado nas lutas sangrentas da Reconquista, se limitou ao trato de terra entre os rios Minho e Monde-

go e a sua fronteira do sul avançava ou recuava na fortuna vária da *hoste* e do *fossado* contra o Mouro, ainda a lavoura pôde ser a ocupação quasi exclusiva da grei, porque a abundância e a regularidade das chuvas e a frequência dos cursos de água mantinham a humidade necessária à boa produção agrícola. Assim se foi acumulando no Norte do país uma população muito densa, desde que a *paz romana* consentiu que a gente das *citánias* e *cividades* baixasse dos cabeços dos montes, desbastasse os matos e enxugasse os paúes dos vales e planícies.

Bem cedo houve navegação e comércio mesmo neste torrão favorável à agricultura. Em 1194, já naufragava no Mar do Norte um barco português com carregamento. Em 1258, entravam por Viana mercadorias de França e de terras mouriscas. No século XII, a cidade do Pôrto era já um centro comercial importante para a intensidade da vida económica de então.

Mas, era este ainda um comércio proporcionado aos recursos da vida regional, trocando os produtos naturais pelos artefactos industriais dos países do Norte.

Quando, porém, o reino se completou com as terras de além e de além Tejo, a unidade político-económica assim constituída começa a apresentar o *facies*, que manterá através dos tempos até hoje e que explica cabalmente todos os grandes lances do nosso drama histórico.

Um vasto espaço de terra ocupado por montes e serras estéreis ou de arroteio difícil, senão impraticável; desigualdades aflitivas na distribuição das chuvas com sêcas prolongadas e extrêmas na estiagem; regime torrencioso dos rios; um desequilíbrio quasi permanente entre a humidade e a radiação solar, que faz evaporar rapidamente as águas das camadas superficiais e portanto condena à séde as culturas arvenses, só favorecendo a vegetação de raízes profundas:—tal o quadro das nossas condições geo-climatéricas para a vida agrícola.

Andamos, é certo, com tenacidade louvável, a tentar substituir na "planície heróica" o montado pelo seára. Para isso, criámos regimes legais que permitam a

lavoura fromentária numa terra, que na mesma superfície produz menos pés e menos sementes em cada pé do que nos países de condições favoráveis ao ganho dos cereais.

De "monarquia agrária" classificou um historiador o nosso primeiro ciclo de história (Cf. J. Lúcio de Azevedo — *Épocas de Portugal Económico*).

Mas, "um vasto matagal, entresachado, afóra algumas cidades e vilas, de pequenas povoações, circundadas de breves arroteias, tal devia ser o aspecto do país ao findar a idade-média". (Cf. Costa Lobo — *História da sociedade em Portugal no século XV*).

Tínhamos de ir lá fóra buscar quasi tudo. No século XIII (Afonso IV) importavam-se, para vestuário, panos de Flandres, França, Grã-Bretanha e de Castela, estes os mais inferiores; o melhor de todos era a escarlata inglesa, de que valia o côvado 70 soldos, custando a flamenga 60. A vara de burel, produto nacional, mas pobre, obtinha-se por 2 soldos e a de pano de linho da terra por 3 soldos; o bragal comum custava um soldo (Cf. *Lúcio de Azevedo* — *Ibidem*).

Vinham também de fóra cordões, cintos, objectos vários de adorno, as especiarias, o açafraão e a pimenta (a 15 libras a arroba), o cobre e o estanho (a 12 libras o quintal).

A própria vida agrícola era difícil e cara. Os animais de lavoura atingiam preços altos. Um boi custava três maravedis velhos; um muar importava em 60 libras; um cavalo bom em 50; um burro em 10 maravedis novos.

Os salários eram exíguos. Um abegão vencia 75 soldos por ano, com algum trigo, 12 côvados de burel, 6 varas de bragal e 1 par de sapatos; a um moço apenas se pagavam 30 soldos, roupa e calçado; a uma rapariga 30 soldos, 2 camisas e uma touca.

Sabendo-se que uma libra devia valêr cerca de 133 escudos da nossa moeda de hoje, um soldo 6864 e os dinheiros 355, e que o maravedi andava por 27 libras, pode fazer-se um balanço do que era o padrão de vida da nossa primitiva sociedade rural com a carestia dos seus instrumentos de trabalho e o baixo nível dos salários.

Desde cedo tinha portanto a nossa gente de ir buscar fóra da terra, que a não podia sustentar, o suplemento do *déficit* de subsistência.

Do Pôrto, já há muito iam navios à Flandres; no tempo de Sancho I falava-se dos seus *Pannis navium*. Por decreto de João Sem Terra, desde 1203, iam à Inglaterra os mercadores portugueses. Das Chancelarias de Afonso III consta que o comércio dos povos com a França se fazia do Pôrto ao Algarve.

Grande parte das terras era deixada a monte. Os povos reunidos em côrtes no tempo de Afonso IV queixavam-se de que os bispos, clérigos, mestres, priores e abades tinham muitas herdades por lavrar e muitas vinhas para tratar. Escasseava a mão-de-obra. O êxodo rural, pela atracção das cidades e dos *mesteres* industriais despovoava os campos.

No século XIV, com efeito, começa a acentuar-se a importância política e social das classes comercial e industrial. E com ela apareceu o luxo. Até os filhos dos lavradores perseguiam os pais para se vestirem à "moda da cidade" — de capa, cinto e borzequins. Tôda a gente, sem olhar muitas vezes à inferioridade da

Um dos problemas fundamentais para o estreitamento das relações entre a Metrópole e o Ultramar é evidentemente o das comunicações. E se a vida e a actividade comerciais requerem entre elas comunicações marítimas frequentes, rápidas e económicas, para as relações políticas e morais, passaram a ter especial significação e alcance as comunicações aéreas e radiotelefónicas por possibilitarem um convívio muito mais estreito de ordem espiritual entre populações, até agora, a distâncias materiais que pareciam insuperáveis.

O que há dez anos no Congresso Colonial, Gago Coutinho considerava a vantagem da organização e desenvolvimento da aviação nas nossas colónias, é hoje, avultada e imposta pelos actos, uma necessidade inadiável e premente.

Os outros países coloniais lançam-se em empreendimentos tão ousados como bem-organizados que atribuem à aviação ultramarina uma função civilizadora verdadeiramente primacial. Desde a luta contra os inimigos do homem e das culturas até o transporte a grandes distâncias de correio e carga preciosa, a aviação civil está-se tornando um excepcional instrumento de progresso e prosperidade que o "cruzeiro negro" de Willemin, pela proficiência e certeza da sua realização, pôde dizer-se que definitivamente consagrou para a necessária transformação da África, efectuada pela Europa, incluindo nela, se necessário, o manejo de uma grande acção militar.

Soou, por isso, a hora de justiça plena para a previsão patriótica de Norton de Matos, organizando, há uma dúzia de anos, em Angola, sob inspirações de uma política nacional a aviação do Huambo, destinada a cruzar nos ceus portugueses da África Ocidental, um permanente e vivo sinal de activa soberania e ao mesmo tempo agente infatigável de utilidades económicas: transportes comerciais de passageiros e correio; organização do cadastro; luta contra os gafanhotos, a praga ameaçadora que está sendo o terror do trabalho e da criação agrícola — e de ligação com os países vizinhos e com as outras colónias, quando não de repressão de perturbações internas e de defesa de agressões estranhas.

Dr. Nuno Simões

sua situação social, começou a vestir-se de sêda e brocados. O mal atingiu proporções desabusadas e alarmantes a avaliarmos pela forma cominatória e decisiva por que as leis sumptuárias sucessivas e as próprias Ordenações Afonsinas entenderam dever debelá-lo. Passou-se por elas a regulamentar o luxo, os vestidos e até os pratos, que cada um podia ter a cada refeição.

Nos capítulos das côrtes de Evora, no século seguinte, há um quadro rápido, mas eloquente do estado económico de todo o país. Queixavam-se a êsse tempo os procuradores dos concelhos do exodo rural crescente e do abandono da lavoura pelo comércio e pelas artes. "Então, diziam êles, os filhos dos lavradores criavam-se no hábito da lavoura, e quando vinham a ser homens, casavam com filhas de outros lavradores e continuavam nesta mesma vida, morando nos casais e quintas, que lavravam e semeavam, tirando boas colheitas, com que se sustentavam a si, faziam as sementeiras e lhes ficava ainda para vender ao povo. Se o lavrador não precisava de todos os seus filhos para o ajudarem, dava-os por soldada a outros lavradores, e assim se criavam também na mesma vida, casavam e ficavam lavradores; e dêste modo, cultivavam-se as terras e matos maninhos, e havia no reino abundância de pão. Mas desde trinta anos a cá, tantos que o filho do lavrador se sabe entender, assim por escusar trabalho como pelos trajos e vestidos desordenados e ganhos bem folgados, que se vê nos officios mecânicos, descontenta-se de viver com o pai, parte-se dêle e vai aprender qualquer officio mecânico dos que mais lhe agradam" . . .

Ora, de facto, as principais causas da deserção de lavradores e jornaleiros eram a cancela aleatória do trabalho agrícola num clima incerto, e a exiguidade dos salários, agravada pelas *quebras* sucessivas da moeda, com que os reis pretendiam valer aos maiores apertos do Tesouro. Nas côrtes de Lisboa de 1321, os povos afirmavam claramente que a depreciação da moeda, acusada especialmente no tempo de D. Fernando, que mais que nenhum outro rei a *britou*, tornava dispendiosa e difficil a cultura da terra. Eram mais remuneradores o comércio e as industrias das cidades.

As disposições imperativas, e mesmo assim inoperantes, das leis das sesmarias denunciavam a verdade e extensão da grande evolução burguesa, industrial e mercantil, que se operára entre nós e se afirmára pujante e vitoriosa no reinado de D. Fernando e no Primeiro Interregno.

* * *

Tivemos um plano naval de mercadores; buscavamos, mais que a conquista, o intercâmbio comercial.

Obedecer à impulsão daquêle movimento, daquela revolução político-económica; evitar a exuberância mavortica da nobreza e satisfazer as aspirações da burguesia mercantil e cosmopolita — tais foram os fins com que passámos à África e nos lançamos ao Mar. (Cf. *Lúcio de Azevedo*, *ibidem*, e *Duarte Leite* — *Talent de bien faire* — in-*Revista Portuguesa*, de S. Paulo.)

Mas a nossa ida a Marrocos foi assignalada por um fracasso em tôda a linha. Conquistamos, é certo, as praças principais; povoamo-las de famílias, chamando para ali colonos e soldados por tôdas as formas, até mesmo os recrutando entre uma ralé criminoso e a monte,

às vezes "com morte de homem às costas", a quem se perdoavam as penas com a condição de irem servir em Ceuta (Cf. *Documentos dos Chancelarias Reais relativos a Ceuta, coligidos por Pedro de Azevedo*). Dificilmente ocupamos os alfozes das praças fortes. Os mouros vinham talar e incendiar as scaras, que conseguíamos criar nos estreitos ferregiais, contíguos às muralhas.

Nunca da África nos chegou a vir o trigo, que ali íamos buscar e, pelo contrário, era de cá que tínhamos de exportar os cereais para o sustento da população e guarnições das cidades.

Lançáramo-nos ao mar. Sob Afonso IV redescobrimos as Canárias. Porventura já em tempo de D. Fernando conhecíamos a Madeira (cf. *Livro da marinharia*.)

"Quando o rei de Castela pediu a D. Duarte socorro contra os árabes, estabelecidos há séculos em Granada, o Infante opôs-se a que o atendessem e preferiu concentrar-se sobre Tanger; os sectários de Mafoma que o preocupavam eram os de África e não os de Espanha ou Levante. E' que, como observou Jaime Cortesão, a posse de Tanger era um golpe decisivo nas pretensões de Castela à Tingitania e, juntamente com a de Ceuta, assegurava o projecto do monopólio marítimo." (Duarte Leite, *ibidem*)

O povoamento dos Açores e Madeira, entregues aos donatários é logo acompanhado da transplantação da vinha de Chipre e da cana mélica da Sicília — dos produtos ricos, com que haveríamos de concorrer fortemente, em futuro próximo, aos mercados da Europa Central e Setentrional.

Fizemos depois o périplo de África e, pela sua costa adiante, — Costa do Oiro, do Marfim, da Malagueta, dos Escravos — íamos buscando o trigo, o marfim, o algodão, os metais preciosos, as especiarias, a mão de obra escrava. A Companhia de Lagos, fundada por Lançarote, pagem do Infante, trouxe ao Continente os primeiros escravos e as primeiras riquezas das nossas navegações e descobertas.

O fim utilitário, mercantil da nossa política naval não escapou à observação dos Cronistas. Na sua crónica da Guiné, Gomes Eanes de Azurara mostra bem que queremos ali fazer comércio. O próprio intento de chegar ao reino do Prestes João era mais comercial do que religioso. Bensaúde e Cortesão demonstram que já estávamos em relações com o rei abissínio, que já houvera troca de embaixadas e já sabíamos o que valia o império dos Abexins. Por êle tínhamos melhores notícias do Oriente; estabelecendo com êle relações e amizade, íamos em demanda do oiro, da malagueta, do cravo, do açafraão e outros artigos de luxo, que vinham às feiras de Tombuctú.

Nasceu dêsse contacto a idéa de irmos à Índia pelo Oriente? Ou já tínhamos, antes dêle, tal plano? Há quem opte pela primeira hipótese (Vignaud), assentando-a no silêncio das crónicas e esquecendo que estas eram propositalmente omissas ou foram censuradas ou truncadas.

Seguíamos, na nossa política, uma regra estrita de silêncio e de segredo. O Infante, como Afonso V e João II, excluía dos navios os estrangeiros e exigiam dos seus capitães, pilotos e tripulação juramentos de segredo. Deve presumir-se antes que o périplo de África, para acharmos o caminho marítimo para a Índia, sem-

pre estivera nos nossos planos de navegação. Passagens das crónicas de João de Barros, Fernão Lopes, de Castanheda, Damião de Gois, Rui de Pina, Garcia de Rezende e do "Esmeraldo de situ orbis" (Duarte Pacheco Pereira) deixam perceber que nos tempos anteriores àquêles em que os escreviam, se pensaria no caminho mais fácil para a Índia.

As primeiras naves que lá chegaram, não iam em tom de guerra, mas para comércio pacífico. Quando senhoríamos a rota marítima para o Oriente, os próprios reis de Portugal e dos Algarves, de àquém e de além mar em África, se eram "senhores da conquista" eram-no também e principalmente, "do comércio e navegação da Guiné, da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia"

O plano imperialista só aparece com Afonso de Albuquerque.

O primeiro Vice-Rei D. Francisco de Almeida não era um conquistador. Entendia, pelo contrário, que a nossa força era no mar; que não devíamos apropriar-nos da terra. Combatíamos o Árabe, protegendo o indígena e com êste teríamos depois assegurado o monopólio do comércio no Oriente.

Para isso, limitar-nos-íamos a estabelecer feitorias nas costas.

Esta sua orientação partia duma convicção tão fundamentada e assentava tão sólidamente no sentido utilitário e mercantil da nossa expansão colonial, que Francisco de Almeida reagiu violentamente contra as idéas imperialistas de Albuquerque, chegando a negar-se a cumprir o alvará que lho dava por successor, dizendo não querer "entregar as coisas da Índia a um louco, que as deitaria a perder".

Lutámos depois desesperadamente contra o comércio muçulmano. Planearam-se fortalezas em Socotorá e a tomada de Aden para fechar o mar Vermelho. Chegou a conceber-se, na intuição genial de Albuquerque, a idéa de canalizar o curso do Nilo para aquêles mar, para encurtar a viagem à Índia, ligando o Oceano Indico ao Mediterrâneo.

Estendemos as nossas feitorias a todos os mares e a tôdas as costas do Oriente, pelos golfos de Oman, Pérsico e de Bengala, nas costas da Índia, de Coromandel, do Sião, das ilhas de Java, Bornéu, Sumatra, Solor e Timor, pelas paragens da China e do Japão...

amando os seus filhos

A RIQUEZA APÍCOLA DE ANGOLA EXPORTAÇÃO DE CÉRA, EFECTUADA DE 1923 A 1933

ANOS	TONELADAS
1923	782
1924	871
1925	803
1926	908
1927	895
1928	1.162
1929	1.188
1930	941
1931	1.396
1932	1.136
1933	1.092

MARAVILHA de ruído, encantamento do barulho. Zéperceira, bumba, bumba. Falsetes azucrinam, zombetéam. Viola chora e espinotéa. Melopéa negra, melosa, feiticeira, candomblé. Tudo é instrumento, flautas, violões, récos-récos, saxofones, pandeiros, latas, gaitas e trombetas. Instrumentos sem nome inventados súbitamente no delírio da improvisação, do ímpeto musical. Tudo é canto. Os sons saodem-se, berram, lutam, arreventam no ar sonoro de ventos, vaías, clairs e aços, estrepitosos. Dentro dos sons movem-se as côres, vivas, ardentes, pulando, dançando, desfilarão sob o verde das árvores, em face do azul da baía, no mundo dourado. Dentro dos sons e das côres movem-se os cheiros, cheiro negro, cheiro mulato, cheiro branco, cheiro de todos os matizes, de tôdas as excitações e de tôdas as náuseas. Dentro dos cheiros, o movimento dos tactos violentos, brutais, suaves, lúbricos, meigos, alucinantes. Tactos, sons, côres, cheiros que se fundem em gostos de gengibre, de mendobin, de castanhas, de bananas, de laranjas, de bocas e de mucosas. Libertação dos sentidos, envolventes de massas frenéticas, que maxixam, gritam, tresandam, deslumbram, saboreiam, de Madureira à Gávea, na unidade do prazer desencadeado. Carnaval. Tudo efemina-se. Glória da mulher. Ela, para ela e por ela. Inversão universal. Homens-fêmeas. Mulheres-machos. Retorno ancestral ao culto lunar, ao mistério noturno. Desforra da fêmea. Ressurreição das bacantes, das bruxas, das diabas. Missa negra, tragédia negra, magia negra. Triunfa a negra, triunfa a mulata. Música, fanfarra, préstito, maxixe, samba. No noturno da Praça Onze o negro e

o castanho dominam os vermelhões das caras, das carnes, das máscaras e das vestimentas álcres, vibrantes. Automoveis e bondes faiscam, iluminam, enfeitam. Os ranchos cantadores rompem a massa colorida, esquentada. Os cheiros doidos alvoroçam-se e embriagam. Para matar a sêde dos cantadores, dos berradores, os refrescos de côco, os gelados de limão e abacaxi. Para matar a fome os bolos de negra-mina, pé de moleque, alcaçar, tapioca, mananê. África, Baía, Brasil. Irrupção de bengue-las, congos, carapinhas, beíçolas, ancas, pei-

CARNAVAL



(DESENHO DE CECÍLIA MEIRELES)

tarias. Sobre os corpos pretos a iluminação do ouro, da prata, das contas, das roupas, de onde as côres saltam em delírio, amarelas, vermelhas, azúes, verdes. Música de coreto. Bateria. Cantoria infinita, confusa, das bocas pretas, abismais. Melopéa plangente para palavras canalhas. Fura a imobilidade ondulante um grupo de baianas, dançando, cantando, saracoteando a grossa luxúria negra, farejadas, seguidas por gorilas assanhados de beijos compridos, tocando pandeiros, pulando lascivos. As baianas chei-

ram a cravo, a baunilha e a fêmea. O mondronguinho também fareja, aspira, ententece, empalidece, suspira, exclama:

— Se em Portugal houvesse baianas, eu não saía de lá!

As baianas suspendem as saias rodadas e dançam nos requebros das ancas, no arranco das umbigadas. A sensualidade é religiosa. O ritmo dos ranchos é sacerdotal. E' o drama sacro, grave, profundo. Na base da magia, o culto. O carnaval espiritualiza-se. No seu imenso manancial recebe as correntes das crenças, dos cultos, que se transformam em festas. Também aí desagüam os cantos e as melodias de todo o povo do Brasil.

GRACA ARANHA
DO LIVRO VIAGEM MARAVILHOSA

AGRICULTORES DE MOÇAMBIQUE

LIÇÕES

PELO ENG.º F. MONTEIRO GRILO

DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA
EM QUELIMANE

(ESPECIAL)



SEGUNDO estatísticas publicadas, havia em Moçambique, ao terminar a terceira década do século em curso, meio milhar de agricultores europeus e cerca de centena e meia de sociedades agrícolas, além de numerosos assimilados agricultando, por conta própria. Nos últimos quatro anos, porém, a crise económica mundial, sôbrepondo-se à crise própria da Colónia, restringiu a actividade de muitos daquêles empreendimentos e deu o golpe de misericórdia em bastantes. E' assim muito provável que as iniciativas agrícolas europeas não contem, presentemente, mais de 250 unidades em exercício.

Entre as sociedades avultam grandes companhias, de recursos financeiros muito importantes e cosmopolitas, que se estabeleceram na Província umas há já dezenas de anos e outras mais recentemente, sôbretudo depois da Grande Guerra. A sua administração superior conserva-se fóra da Colónia. Os ramos agrícolas que principalmente exploram são o coqueiro, a cana sacarina e o sisal.

As empresas modestas são na maioria dos casos constituídas por capitais nacionais, ou nacionalizados, e os seus sócios e administradores vivem adentro fronteiras.

Os agricultores que trabalham independentemente, objecto desta notícia, iniciaram as suas fazendas na maior parte no decorrer dos últimos vinte e cinco anos. Uns trouxe-os do velho Reino um objectivo de colonização; outros recrutou-os o Destino "por aí", na variada classe do funcionalismo público, nas fileiras dos empregados agrícolas das grandes companhias, na vida comercial enfim — nos armazens, nas lojas ou nos escritórios — e dispersou-os por todo o território.

Todos êstes neófitos meteram mãos à obra, cheios de optimismo —, mais fé do que

esclarecida previsão, quási só entusiasmo de coração. Ante a floresta frondosa e as ilusões que ela com freqüência cria, não houve hesitação no rumo. De agricultura todos sabem. Em verdade, debalde teriam procurado o Lácio para ouvir Saturno.

Tombaram, pois, a golpe de machado, árvores de tôdas as idades e na crosta recalcada da terra entrou a perturbação irreverente da enxada.

A flora de muitos séculos, equilíbrio espontâneo, foi assim imolada à planta cultivada, primor da civilização.

Aspectos e fases diversas tem oferecido a luta.

A vida agrícola é sempre afanosa; mas é mais árdua, incomparavelmente mais difícil, onde falta a tradição milenária do aproveitamento do solo. Depois o meio africano é um passado de cristalização remota, hostil ao bulício das inovações. Êle tem ao seu serviço adeptos sem conta, que é mistér vencer ou domar para alcançar o êxito.

No momento que passa o temporal económico mundial torna particularmente difícil a actividade do colono rural por tôda a parte. Na prova uns mantêm as posições, resistem; outros cedem-nas e abandonam as suas propriedades. Todavia tal refluir de pioneiros agrícolas é página repetida, farta de ensinamentos, da História da Colonização. Folheia-se nos livros próprios de todos os territórios aonde se estendeu a iniciativa europeia de valorizar o solo. E a cada dia que passa nova lauda se lhes acrescenta.

Entre nós a tempestade tem feito igualmente os seus destroços. Das empresas mais superficialmente radicadas desaparecem os últimos vestígios; há ruínas de empreendimentos que foram prósperos; as organizações mais sólidas subsistem a custo. Na desolação que se pressente alastrar, se o mal não quebra ou morre, há contudo protestos dignos de relêvo,

tentativas tão perseverantes e arraigadas que encerram porventura lição de registrar.

Para o norte do Zambeze dois agregados agrícolas estão nestas condições e sobressaem

A DÍVIDA DE ANGOLA

Temos presente um novo mapa organizado pela Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade, referido a 30 de Junho de 1934, que demonstra um aumento de 89.617 contos sobre o que fez parte integrante do orçamento para 1934-35. Segundo é a dívida de Angola, reduzida a angolares é a seguinte:

	CONTOS
A' Metrópole	708.039
» Caixa Geral dos Depósitos	107.093
» Companhia de Diamantes	61.024
» C.ª das Aguas de Luanda	2.160
» Cabo Verde	1.590
» Junta de Crédito de Angola	19.776
» Banco de Angola	59.862
» Caixa Económica Postal	261
» Dívida do Alcool	349
	<hr/>
	960.154

Nesta cifra o capital recebido pela Província é representado por 854.505 contos mais 74.250 contos do que mencionava o orçamento, e os juros em dívida atingem 105.549, isto é, 15.367 além dos que no mesmo se demonstravam. As dívidas unificada e especial ao tesouro da Metrópole, num total de 611.706 contos, estão já sobre-carregadas com 81.124 contos de juros. Do capital devido à Caixa Geral dos Depósitos uma parte, no total de 14.816, já tem juros contados no valor de 6.662 contos. Também os empréstimos, obtidos da Junta de Crédito de Angola, no valor de 12.250 contos, tem juros contados no valor de 7.224, sendo de notar que em um deles de 2.275 contos, para as águas do Lobito, se contaram até agora juros em valor superior ao capital mutuado: — 2.346 contos, e num outro de 2.314 contos para as águas de Luanda, os juros devidos sobem já a 2.036 contos. Quasi um milhão de libras de juros, que vão aumentando de ano para ano em proporções enormes, representa encargo incomportável e impossível de satisfazer. E' indispensável encarar corajosamente esta situação e solucioná-la de acôrdo com as possibilidades da Província, e com a justiça necessária para o apuramento definitivo das contas entre a Metrópole e a Província.

(In — A PROVINCIA DE ANGOLA)

pela forma de constituição e pela coesão através dos bons e dos máus tempos. Nas terras altas do distrito de Moçambique moureja um deles. O seu fundador começou a vida agrícola em 1912 a cultivar tabaco e algodão no Niassa. Três anos depois do Velho Continente veio o pai associar-se-lhe. Os preços daquêles produtos animavam por essa época e a lida cresceu. Por isso foram depois chegando irmãos, primos e outros parentes. Na região primeiramente escolhida para trabalharem as condições de meio tornaram-se hostís em consequência de regime especial e de circunstâncias desfavoráveis do comércio agrícola mundial. A colónia desceu uns graus mais para o sul e tomou novas posições. Hoje são catorze europeus repartidos por cinco fazendas independentes, enquanto não se tornam possíveis mais emancipações e a imigração de novos elementos.

Apesar da sua vida autónoma há entre tôdas as explorações o laço familiar, o amparo recíproco que a voz do sangue proclama e virtudes preciosas sustentam e cimentam. Assim nas grandes operações comerciais formam frente única. Através de tôdas as vicissitudes o núcleo mantém-se quando não prospêra e vive desembaraçado de credores, mobilizando apenas recursos próprios. São os "Fonsecas", como se nomeiam por tôda a parte. O velhote tem para cima de sessenta anos. Lá no país foi lavrador beirão, amanhou a vinha e ceifou centeio; aqui prossegue a mesma vida agreste: faz brotar o algodão da terra e à hora da sesta emmanoca tabaco, ou vigia a respectiva estufa. Veio há vinte anos e não voltou lá mais.

Descendo para o sul depára-se-nos o outro núcleo no vale do Xire. Modesto trabalhador, temperado no clima rude dos xarais e giestais da Beira Baixa, ensaiado no Brasil e experimentado no meio africano, foi ali escolher terreno para principiar "machamba" em 1910. O segundo ano, porém, foi a seca tão apertada que as sementeiras se perderam, como as sachas e cuidados que tomaram. Exausto o capital de exploração voltou o colono à praça do trabalho a oferecer seu braço. O ensaio da Sorte estampara-se-lhe na frente em sombra indecisa; mas no íntimo do peito, sob fé robusta, guardava um propósito firme. Ao cabo de outro ano de servir tinha alcançado novo pecúlio. Com êle tornou à iniciada fazenda; e ao pisar-lhe o solo para retomar o fio da exploração desta arte o apóstrofou, segun-

do lhe ouvi contar: "Ó Terra! Tu, uma terra tão boazinha... Deitei-te trezentas e cinqüenta libras e não me volveste nada. Vou botar-te mais estas cem. Vê lá agora o que fazes".

"E a lágrima celeste... cafu silenciosa."

E os milharais deitaram espiga, as "nhembas" criaram vagem e os algodoais atalharam de branco, a perder de vista, as aluviões pretas do vale. A faina aumentou e foi preciso meter ajuda. Acudiu irmão tirocinado na vida colonial e que já conhecera também a Terra de Vera Cruz. Mais tarde reuniu-se-lhes outro irmão, o qual, como o anterior, já subsidiava

O PORTUGUÊS

Faz-se mais ou menos geral a opinião de que a língua portuguesa é um túmulo. Devemos convir, entretanto, em que, se isso pode ser verdade, nós, que falamos e escrevemos o português, carregamos a responsabilidade desse sepúlcro.

Fácil é a demonstração. Acaba de se instalar em Paris a Conferência das Línguas Meridionais, o que se pôde traduzir por — mediterrâneas. Tomando a palavra na solenidade, declarou o embaixador do Brasil que, falado presentemente por mais de 70 milhões de indivíduos, o português não é, evidentemente, um instrumento de civilização secundário ou desdenhável.

Dentro de algumas décadas, êsses 70 serão 100 milhões, dos quais mais de metade, talvez, reunidos numa única nação, extensa território e rica de futuro: o Brasil.

Conseqüentemente, é inadmissível que um idioma que progressivamente se distende, mostrando, portanto, seivosa vitalidade, possa assemelhar-se a uma tumba, a menos que os povos por êle vinculados não queiram confessar a sua chapada incapacidade para abrir caminho no mundo, lutando e subsistindo.

Sem dúvida, muitos entraves de vária ordem embaraçam a expansão mundial do português, mas é preciso notar, primeiro, que dos mesmos inconvenientes se queixa o espanhol, e até mesmo o italiano; e segundo, que a progressividade ininterrupta dos quantitativos humanos ligados à expansão idiomática irá por si mesma afastando aquêles empeços, que não são orgânicos ou específicos, mas devidos a circunstâncias perfeitamente combativas, o que é função lenta, mas segura do progresso social.

Não endossemos o pessimismo "tumular". Trabalhem, ao contrário, para que o português seja, no futuro, uma das línguas de maior difusão e maior prestígio na terra.

In-DIÁRIO CARIOCA

a exploração com pequenas economias ganhas a sôlido na Província.

Os mercados convidavam; a terra virgem era laboratório recheado de reservas; a vontade do núcleo incipiente encontrava estímulo na aliança familiar: enfim o orvalho do céu ia quãdrando aos amanhos como se fôra bênção de Deus. Aqui e acolá ergueram-se novas casas para abrigo de outros elementos do mesmo sangue que iam chegando — esposas, filhos, sobrinhos... Em 1923 foram postos a algodão mais de mil hectares. Por isso a desgranação e o enfardamento da fibra exigiram instalação condigna. Lá domina as construções de cobertura de côlmo o edifício de alvenaria e a zinco da fábrica, com a sua chaminé bem alta a elevar-se para as alturas.

Para alargar a cultura criaram-se novas estações. Há dois anos a sociedade LOPES & IRMÃOS colheu e exportou mais de 1.600 fardos de algodão e lançou no mercado interno milho e meio de toneladas de cereais e legumes. O ano corrente, apesar da crise, viu semear para lá de 3.000 hectares com a preciosa malvãcea.

A colônia possui actualmente dúzia e meia de europeus no trabalho, dos quais apenas três não estão integrados na família.

Na labuta dêstes dois grupos mantem-se inalterável a fina tẽmpera antiga da gente portuguesa. Trabalham por sistemas diferentes, de resultados porventura similares no tempo; mas iniciativa, adaptabilidade, sobriedade, perseverança e solidariedade são predicados postos à prova nos dois casos, alicerces inestimáveis da Colonização, embora nem sempre suficientes.

Possam Lopes e Fonsecas perpẽtuar-se em Moçambique para proveito seu e da Nação, no qual a lição dos seus exemplos não é de menor valia.

Novembro - 934

Flam. Luiz



N

ESTE seu novo livro, Osório de Oliveira, jovem mas já ilustre escritor no conceito de todos os admiradores

PSICOLOGIA DE PORTUGAL E OUTROS ENSAIOS

do seu talento, como, com a autoridade do seu nome, escreveu êsse mestre insigne das letras e do pensamento lustada que é Carlos Malheiros Dias, reuniu *três espécies de ensaios*: a dos que pretendem ensinar Portugal aos brasileiros, a dos que procuram definir o que o Brasil deve ser para os portugueses, e a dos que tentam revelar a portugueses e brasileiros, a alma de Cabo Verde.

E não só os seus propósitos são os mais nobres, e patrióticos; também dignos de louvor e admiração, pela parte que nos tóca, caçados por mil e muitos bufarinheiros que do Tejo têm aportado às plagas guanabarinhas na doce miragem de deslumbrarem pacóvios e encherem sem tardança a cantarinha com o produto das suas barganhas literárias ou artísticas, géneros *made in Germany* ou bazar dos *Três Vintens*, são os recursos intelectuais de que Osório de Oliveira dispõe para realizar os seus planos, — longa e difícil travessia, tão arrojada e perigosa que se contam os naufrágios pelas tentativas. . . (Que não lhe faltam credenciais para atingir a meta desejada, vencendo, para isso, as dificuldades normais decorrentes do prélio, é ponto indiscutível. Mas não basta, neste caso como em tantos outros, a perícia de um Lindbergh, é mistér, simultâneamente, o companheiro tutelar do *Spirit of S. Louis*: o factor sorte...)

Enquanto não fôr desfeita e pulverizada a lenda, gerada propositadamente por alguns escritores brasileiros, com o intuito, bem claro, de rebaixarem o nível da nossa vida literária, de que o Sr. Julio Dantas é a estrela polar da literatura portuguesa, ou seja o sucessor dos inconfundíveis e altíssimos talentos de Eça, tôdas as tentativas de aproximação luso-brasileira serão estéreis, embora, não raras vezes, a pirotécnia das palavras lhes empreste algum luzimento. . .

Pelo facto de ter convivido intimamente com numerosos filhos dêste país admirável, quando, menino e moço, frequentou, em São Paulo, uma escola pública, Osório de Oliveira, pôde vêr, desde logo, como era mivediço o caminho seguido pelos paladinos da aproximação luso-brasileira, — cavaleiros da triste figura que ainda hoje nos fazem rir a bom rir quando se lembram de nos dar um ar da sua presença. . .

Em *Psicologia de Portugal e outros ensaios* há algo de novo, de espontâneo e de sincero, há uma afirmação

ACTUALIDADE COLONIAL

Dirigida pelo Sr. João de Almeida Junior, espírito empreendedor cujo dinamismo se está afirmando com a publicação em fascículos do “Álbum das Colónias Portuguesas” essa obra de vulto que se impôs desde a primeira hora pela excelência do texto e esmêro gráfico, acaba de aparecer em Lisboa uma nova revista mensal, sob o título “Actualidade Colonial”, que a imprensa e os círculos coloniais acolheram com vivas provas de simpatia, e à qual, agradecidos pela permuta, desejamos as maiores prosperidades.



OSÓRIO DE OLIVEIRA

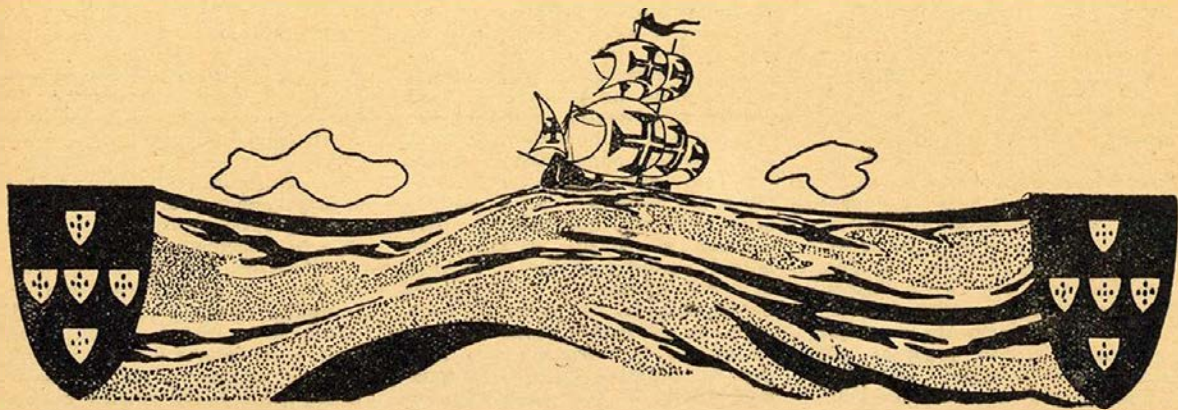
cheia de dignidade e um propósito elevado e nobre de sentir o Brasil sem ter sacrificado o espírito crítico, dizendo a verdade sobre Portugal, sem ter faltado ao dever patriótico.

Interpretando a admiração e o entusiasmo da nova geração portuguesa pelo Brasil e pela opulência cada vez mais extraordinária da inteligência dos seus homens, nas artes, nas letras, nas ciências, como em todos os demais sectores da actividade humana, Osório de Oliveira soube erguer-se às responsabilidades de que se investira, — e falar cara à cara, olhos nos olhos, de Portugal ao Brasil sem as curvaturas dos *profiteurs* e dos conferencistas a tanto por cabeça. . .

Voltamos a insistir: é preciso, como prólogo à desejada aproximação intelectual luso-brasileira, mostrar e provar que temos autênticos valores, que possuímos uma aristocracia de pensamento digna de todo o respeito, que não há caminhos do espírito que não sejam perulustrados pela inteligência lusitana — que não há, enfim, fronteiras para as nossas actividades culturais. Se não vamos além, vamos, pelo menos, até onde chegam os mais intrépidos.

Isto o diz o autor de *Psicologia de Portugal*, isto mesmo o temos buscado provar com o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, imprimindo-lhe uma feição arrojadamente dilatada, rasgadamente pan-lusitana, e conservando-o, através de tôdas as vicissitudes, limpo da mácula desprezível dos sectarismos. . .

ANTÓNIO DE BALDRIFA



OBREIROS DA UNIDADE PORTUGUESA



QUANDO há quatro anos estive no Brasil, fui procurado por alguns compatriotas nossos, então empenhados em fundar a Sociedade Luso-Africana.

Solicitavam a minha cooperação para um organismo que se propunha ser um agente esforçado de pan-lusitanismo, dentro desse pensamento servindo as relações de todos os núcleos de portugueses espalhados pelo mundo, em território nosso ou alheio. O que eles pretendiam afinal, consagrando-se à difusão da propaganda no Brasil da idéia e da obra colonial portuguesa e devotando-se à aproximação entre os dois países de língua portuguesa era quasi o mesmo que, em um projecto do Instituto das Relações Coloniais, cujo programa o comandante João Belo perfilhou, no seu notável e inesquecível discurso da Sociedade de Geografia, eu sugerira e pretendia que se fizesse, três anos antes.

Dei, pois, de bom grado, aos fundadores da Sociedade Luso-Africana a minha adesão e prometi-lhes a minha cooperação mais dedicada que, louvado Deus, ela tem larga e brilhantemente justificado só lastimando eu que a sua obra patriótica não correspondam devidamente todos os que, em nossa terra, de qualquer modo podem contribuir para a criação, enaltecimento e consolidação do único ideal verdadeiramente superior e profundamente nacional que ainda logrará unir todos os portugueses, acima de divergências de idéas e de dissídios de homens: a lusitanidade.

Quatro anos passados sobre o convite tão honroso que me foi

dirigido, é já possível e para mim considero-o um dever, pôr ante os olhos dos portugueses de Portugal e até de muitos portugueses do Brasil que infelizmente o ignoram tanto como os primeiros, um balanço magnífico da obra realizada pela Sociedade Luso-Africana que, como tive ocasião de escrever, conquistou, em pouco tempo, por elevação de pensamento, eloquência de palavras e indiscutível utilidade de obras, o mais justo e justificado apreço da opinião esclarecida dos portugueses do Brasil, dos brasileiros e de muitos portugueses de Portugal.

Essa obra tem um aspecto culminante: o da publicação do seu excelente "Boletim" que vai já no 8.º número e em que têm colaborado muitos dos nomes mais ilustres do colonialismo português.

Ilustrado com muitas e belas fotografias que documentam a obra dos portugueses em todos os pontos do mundo, é o "Boletim", que tem uma tiragem de 3.000 exemplares, gratuitamente distribuídos por todas as escolas e núcleos de ensino e de cultura, em todo o Brasil; pelas associações portuguesas existentes na Nação irmã; pela imprensa brasileira e pelas personalidades mais eminentes na política e na vida intelectual, tanto do Brasil como de Portugal e das nossas colónias de território e de população.

Tem a Sociedade promovido, além disso, a realização, na sede de vários organismos importantes, tanto portugueses como brasileiros, do Rio, de dezenas de conferências sobre a história e a geografia económica das nossas colónias cujas possibilidades e recursos de toda a ordem têm sido postos em relêvo. Essas conferências estão-se alargando a outras grandes centros do Brasil, para onde a influência da Luso-Africana está irradiando.

Centenas de artigos e milhares de comunicados aos jornais brasileiros e portugueses têm sido publicados sobre Portugal e a sua acção colonial, por iniciativa da Sociedade que, para todos os pontos das nossas colónias, manda ainda jortais brasileiros divulgando idéas ou ensinamentos úteis para a formação de uma mentalidade económica progressiva e construtiva dos colonos portugueses.

Nenhum grande facto de verdadeira significação nacional na nossa história deixa, de resto, a Luso-Africana de celebrar e recordar, todos os pretextos lhe servindo e aos seus cooperadores para a exaltação raciocinada e consciente da obra civilizadora dos portugueses no mundo e para afirmar a necessidade e a vantagem de entre Portugal e Brasil se fazer uma aproximação cada vez maior, mais íntima e mais eficaz que concretize nos interesses mais vastos, os sentimentos tão amplos de verdadeira fraternidade que únem os dois países da mesma raça e da mesma língua.

Mas todo este admirável activo de civismo eficiente o têm realizado a Luso-Africana, sem que para si próprios individualmente reivindicem os seus dirigentes qualquer parcela de glória, empenhados todos, com sinceridade e com fé, na obra colectiva a que se votaram como idealistas sinceros, apaixonados e isentos que sempre se têm mostrado. E não é dos menores esse título à nossa admiração e ao nosso reconhecimento.

Abriu a Exposição Colonial do Porto um ciclo propício à revelação e à exaltação de toda a nossa obra colonial.

Há que lembrar, ao tratar-se desta, todos os que, por pensamentos, palavras e obras, a têm servido: Entre os que, nos últimos tempos, se votaram a esse alto

objectivo a Sociedade Luso-Africana tem um lugar primacial.

Vivem as pequenas nações continentais européas que são grandes no mundo um momento difícil. Voltam-se para os domínios de Portugal atenções suspeitas e cubiças que já não sabem dissimular-se. Precisamos, como nunca de fortalecer a consciência do nosso destino histórico e de demonstrar o sentido profundo e indestrutível da nossa unidade moral, política, e económica, A isso vem a Exposição colonial. A isso visa a acção da Sociedade Luso-Africana que precisamos de não esquecer que exerce a sua actividade admirável em um país de 42 milhões de habitantes que falam a nossa língua e que justamente reivindicam a sua hegemonia moral e política na América do Sul.

Bastaria que a Sociedade Luso-Africana procurasse dar aos setecentos mil portugueses do Brasil, a noção da nossa obra colonizadora e a consciência da nossa finalidade histórica, pondo-os em comunicação espiritual com os milhões de portugueses do nosso Ultramar, para que a sua acção bem merecesse ser apreciada, no momento em que justamente homenageamos os obreiros da nossa expansão ultramarina. Mas esse objectivo amplia-se, cresce e engrandece-se quando vemos a

Sociedade procurar atrair ao conhecimento e à consciência exacta da nossa obra progressiva e das nossas realizações e possibilidades presentes de nação colonial, uma grande nação dentro em pouco certamente das maiores da terra pela sua extensão, população e riqueza.

Tem sido esse o alto e infatigável esforço da Sociedade Luso-Africana: contribuir para elucidar o Brasil, criando, não já nos portugueses que lá residem mas nos quarenta e dois milhões de brasileiros, a perfeita compreensão da perpétuidade da nossa missão histórica de povo criador de nações e da nossa capacidade para a sua realização integral, através de todos os sacrificios, pelo aproveitamento definitivo dos vastos territórios que constituem ainda hoje, a nossa projecção nas três partes do mundo e pelo enaltecimento moral e social das raças que as povoam.

Obra ingente para o pequeno núcleo de portugueses que a Luso-Africana agrega?

Sem dúvida. Mas obra de que a Luso-Africana e os seus quinhentos sócios não pretendem senão ser os iniciadores, pois terá de ser obra de todos os portugueses do Brasil e de todos os portugueses de Portugal, até que nela venham a cooperar também todos os brasileiros, aos quais fácil será adqui-

rir e fortalecer a consciência do nosso destino e dos meios por que o temos realizado, para o que lhes bastará debruçarem-se sobre as tradições comuns dos dois povos atlânticos, renovadas e vivificadas, ainda agora, pela contribuição sagrada que representa para a estrutura social da nação brasileira, o sangue português que, pela emigração, nela continua a misturar-se e permanentemente circula.

Essa consciência nos garantirá no concerto internacional um testemunho directo, autorizado, eloquente e ao mesmo tempo o mais vivo e desinteressado de quantos poderão afirmar-se em defesa da nossa acção de ontem e de hoje, como nação colonizadora. E esse testemunho não o fará o Brasil apenas servindo a fraternidade que nos une, quando pensar que no litoral do Atlântico Sul, fronteira à sua grandeza e prosperidade, fica uma das porções maiores, mais ricas, mais povoadas e mais portuguesas do nosso Ultramar e que não pode ser-lhe indiferente que nela vivam e se perpetuem povos da mesma origem comum, com a mesma missão civilizadora e pacífica e com o mesmo fraterno anseio de engrandecimento moral da raça e da humanidade.

NUNO SIMÕES

In-O PRIMEIRO DE JANEIRO

HIGIENE MORAL

Ao dobrar a derradeira página do elegante opúsculo em que foi dada à estampa a conferência por todos os títulos brilhante que o Sr. Dr. Cândido da Cruz realizou, subordinada àquele tema e por iniciativa da benemérita Liga Portuguesa de Profilaxia Social, no salão nobre da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 24 de Maio de 1930, e que só agora e por nímia e honrosa gentileza do ilustre conferencista nos chegou às mãos, sentimos um assomo de indignação contra o acanhado ambiente provinciano, que tantos talentos atrofia, ou quando não atrofia, como no caso do Sr. Dr. Cândido da Cruz, consente que se estiolem e percam inutilmente inteligências e capacidades destinadas a levar avante obras de vulto e alto alcance social, se outro fôra o *clima* em que respiram e o círculo em que se movimentam. Mas faltam ao ambiente provinciano as *calorias* realizadoras das grandes *urbs*, o dinamismo cáldo e vertiginoso dos centros populosos, o *rush* impetuoso e vertical das metrópoles modernas, e, por isso, nêle tudo é vagaroso e se processa com a lentidão bíblica dos carros arrastados por pacíficos bovinos. . .

Sim, confessámo-lo mais uma vez, ficamos entristecido com esse meio em que se perdeu durante largos anos de clínica sedentária, um médico que em qualquer outra parte teria sido, além do profissional acatadíssimo que sempre foi, porque da profissão fez um nobre e exemplar sacerdócio, um professor e um higienista de renome, pois não lhe faltavam, antes lhe sobejam o talento e a cultura, servidos por um estilo literário primoroso e atraentíssimo.

O simples facto, tantas vezes repetido pelas mais prestigiosas associações médicas do país, de ter sido o Sr. Dr. Candido da Cruz arrancado à tebafda em que modestamente se encerrou, para ocupar um posto de destaque na obra empreendida pela vitoriosa e benemérita Liga Portuguesa de Profilaxia Social, diz, mais de que tôdas as nossas palavras, dos seus méritos e da sua grande envergadura, quer como clínico, quer como conferencista.

Todo este recente trabalho do Sr. Dr. Candido da Cruz é um filão de altos pensamentos e um campo florido de ideias nobres e claras.

Não é mister, portanto, ser hábil garimpeiro para apanhar inumeras e preciosas joias: basta estender as mãos e colher a êsmo. Aqui vai formoso diamante, primorosamente lapidado.

“Todo aquê que entrar na vida social com um corpo são e uma inteligência cultivada e sobretudo, com um carácter de boa tèmpera, sem dúvida que afirmará a sua *personalidade* e, apenas escudado no próprio mérito marcará o seu lugar na sociedade, dando-lhe pleno rendimento do capital que individualmente representa. Todo o homem é um valor social positivo, por mais apagado que seja o seu rasto na vida, por mais modesta e obscura que pareça a sua acção dentro da colectividade em que se integrou, o seu esforço não se perde, como forma alguma de energia.

“Não é somente de homens representativos cujo nome a história regista que se alimenta o caudal da civilização, mas também de miríades de actividades anónimas”.



PANORAMA

GENERAL U. S. GRANT

A iniciativa da população e do governo da Guiné Portuguesa, no sentido de erigirem um monumento ao antigo Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte, General Ulysses Simpson Grant, é daqueles empreendimentos fadados desde logo ao maior êxito, porque se tornam credores de apoio e aplausos unânimes.

Não se cogita, como se vai ver, de levantar em praça pública mais um monumento inexpressivo e de mau gosto artístico. Trata-se muito pelo contrário, de homenagear a memória de quem soube sêr juiz correcto e imparcial na questão submetida à sua arbitragem pelos governos de Portugal e da Inglaterra, acêrca dos direitos de soberania sôbre a ilha de Bolama, — direitos êsses que o governo britânico nos contestava pelo facto de lá se ter estabelecido, em 1792, uma colónia inglesa.

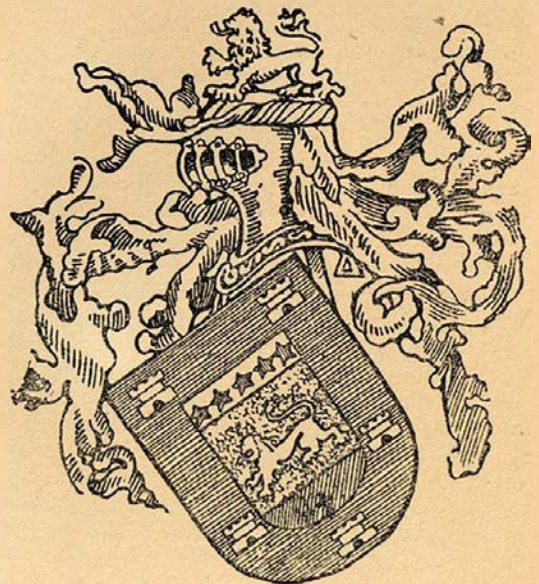
A ilha de Bolama, — na qual se encontra situada a cidade do mesmo nome e capital da província da Guiné Portuguesa —, foi descoberta no Século XV pelos portugueses. Mas como só tomamos posse do seu território, com as solenidades da praxe em tais circunstâncias, em 1753, e levamos a efeito a sua ocupação militar muito mais tarde, aí pelas alturas de 1830, a Inglaterra, invocando direitos precários e até então desconhecidos, reclamou contra a nossa attitude, que era, aliás, a única consentânea com a nossa prioridade, quer de descobrimento, histórica, portanto, quer, até, de posse, efectiva e natural, por consequência. Mas, ainda por cima, a Inglaterra, não se limitou a reclamar pelas vias diplomáticas competentes, como era de esperar entre nações aliadas e tradicionalmente amigas. Foi muito mais longe nas suas ambições, não trepidando em usar de violência nem recuando perante desacatos, que atingiram graves proporções no ano de 1868 e que ameaçavam degenerar em perigoso conflito se tão periclitante estado de coisas se mantivesse por mais tempo. Foi, então, que, para atalhar a semelhante qui-pró-quó, os governos dos dois países acordaram em submeter à arbitragem do General Ulysses Simpson Grant, que ao tempo ocupava a “Casa Branca”, em Washington, a solução

da pendência. Em face da exaustiva documentação apresentada pela chancelaria portuguesa, em 1870, o Presidente da República dos Estados Unidos da America do Norte declarou provados e estabelecidos os direitos de Portugal à ilha de Bolama, — veredictum que a Inglaterra nobremente aceitou e respeitou, o que é de inteira justiça assinalar.

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, desejando associar-se ao preito de homenagem que os portugueses da Guiné projectam à memória do General Ulysses Simpson Grant, insere em lugar de honra o retrato do falecido estadista e militar, gentilmente enviado de Washington pela “União Pan-Americana”, a pedido do “Latin American Center”, de Nova York, colectividades estas às quais daqui reitera os seus melhores agradecimentos.

CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Pernambuco, — êsse galhardo rincão setentrional do Brasil — acaba de festejar com verdadeira ufania e alto espirito cívico, o 4.º centenário da chegada àquelas plagas de Duarte Coelho, acompanhado da esposa, parentes, amigos e farta criadagem. Aportou o valente capitão munido da competente carta de doação fei-



OS BRASÕES DE DUARTE COELHO

ta a seu favor, com a data de 10 de Março de 1534, por D. João III, da respectiva capitania, que, nesse tempo, não passava de uma feitoria insignificante, quasi sem gente (de 1527 a 1528 a sua população ascendia apenas a 300 cristãos e seus filhos; e o número de europeus, em 1532, era, de 6, quando os franceses do barão de Saint Blancard ali desembarcaram) e cujas principais povoações eram, por ordem decrescente, a aldeia de

CAMÕES

“Descobri Camões. O sublime poeta, entre bárbaros, desdobrava ao meu espírito encantado essa formidável riqueza de sentimento, que mais tarde eu poderia avaliar como ultrapassando a do próprio Dante. Decorei mais de cem sonetos dêle, duma edição reles que, com a justiça divinatória dos não eruditos, atribuía a Camões até joias alheias, como o “Formoso Tejo meu”... E vieram depois os *Lusíadas*, de que cheguei a decorar centenas de estrófes e tôdas as passagens célebres. Que claridade vertiginosa de vogais, que força eterna de expressão, e principalmente que ritmo de conquistador! Eu caravelava mar em fóra, berrando com estridência e algum cuidado para não me golpear, num ritmo de onda, de conquista e de dilúvios que assombravam o universo.

Grande, enorme Camões! Não eram as acentuações de segunda e sexta que lhe tornavam heróico o verbo lusíada, mas o heroísmo, não pressupondo invejas, desta nossa cabeçuda raça audaz e portuguesa que, sem saúde, ávida de comércio e aventura, concebeu a Terra. Foi em Camões, e não na História, que eu pela primeira vez admirei Portugal, o amei e compreendi, numa posse que não pára de crescer. Um dia, não sei que praga mais horrenda, fez parar de chôfre a sublime arrancada portuguesa. Mas se ela cessou além-mar, reabriu-se dêste lado do oceano, connôco, brasileiros, que somos os portugueses da América brasileira. E o que os portugueses de Portugal fizeram nos mares, nós, portugueses do Brasil, principiamos a fazer no continente. E foi a igualmente incrível arrancada, a audácia lusíada com que os brasileiros ávidos de comércio, aventuras, riquezas, terras, civilização, recriaram na América o heróico ritmo camoneano, por três séculos. São os baianos pelo caminho do S. Francisco, são os paroáras do Acre, são os mineiros do ouro no Centro, o açúcar no Nordeste, a borracha no Norte, o boi no Sul. Rondon! Mas nós, lusíadas, para que não cêsse o novo ritmo camoneano, temos de vencer ainda a praga horrenda que pésa sobre a nossa raça, mandando que dentro dela não prevaleçam os úteis sobre os interessantes.”

MÁRIO DE ANDRAD F

Marim, crismada em Olinda, e Cosmos, também conhecida por Vila de Igarassú.

Mas, graças à fortuna de Duarte Coelho, — e principalmente à extensão do território da capitania conjugada com o valor dos homens que até ali haviam chegado a cumprir uma alta missão civilizadora, convictamente animados do sagrado propósito de dilatarem a *Jé e o império*, Pernambuco progrediu rapidamente, cresceu e medrou tão depressa que, em Portugal, causou admiração e espanto pela distância a que deixava ficar as outras capitanias. E desde então até à nossa época, o “Lião do Norte” mantém orgulhosamente as suas tradições progressistas, conservando durante quatro séculos o mesmo *elan* criador e vitorioso, sem a menor solução de continuidade e com um desejo e uma vontade — que são o timbre dos pernambucanos, assinalados em todos os passos da História do Brasil, notadamente na luta contra os Holandeses e na defesa das liberdades públicas — cada vez mais firmes e inquebrantáveis de valorizar a sua terra, de fortalecer o seu já robusto organismo económico e de contribuir grandiosamente para a felicidade e riqueza do Brasil.

Animados por este elevado e fecundante pensamento, os actuais descendentes de Duarte Coelho e de seus homens, seguindo e honrando as tradições de bravura e patriotismo dos seus antepassados, deram um nobre exemplo de esclarecido e respeitoso civismo, voltando-se por instantes para a sua remota origem, que por ser modesta não deixa de ser a célula-mater de um centro cultural, industrial, comercial e agrícola dos mais adiantados, e bem assim dessa risonha e encantadora Veneza americana, — Recife —, ante a qual se ofuscou a velha e colonial cidade de Olinda, a primitiva aldeia Marim...

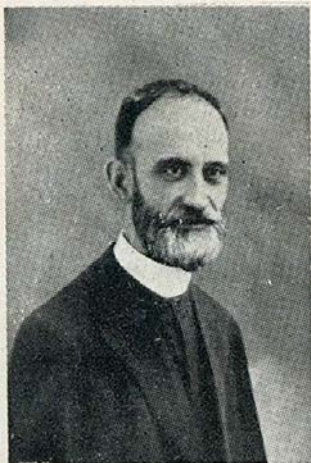
Uma outra glória de Pernambuco merece aqui registro: o título de senhor do decano dos jornais do Brasil, que é, simultaneamente, o segundo da imprensa de tôda a América do Sul.

DIOGO CAÃO

A obra que o Sr. Padre Manuel Ruela Pombo está a realizar com a publicação da revista ilustrada de assunto históricos angolanos, intitulada *Diogo-Caão*, revela, a par de um grande interesse pela vida pretérita da nossa maior província ultramarina, um patriotismo dos mais clarividentes e louváveis, porque de verdadeiramente patriótica se pode considerar a acção benemerita dêsse ilustrado sacerdote, não apenas por tornar conhecida dos seus inumeros leitores grande cópia de documentos, uns meio devorados, outros na iminência de total destruição pela terrível *salalé*, mas por igual vertendo para o vernáculo muitos outros, que dizem respeito a Angola e que em linguas estranhas correm mundo ou se acham cuidadosamente guardados em bibliotecas ou arquivos estrangeiros.

E’ pois um trabalho do mais notável alcãce aquêlo que patrioticamente, beneditinamente, o Sr. Padre Pombo vai realizando, com um afan que é muito amor e muita dedicação pela terra portuguesíssima de Angola.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO felicita o Sr. Padre Ruela pela sua obra de autêntica erudição e agradece-lhe de veras reconhecida, os números até hoje ofertados à sua biblioteca.



EM CIMA

A' Esquerda: P.º José Maria Antunes
Ao Centro: P.º J. Alves Correia
A' Direita: Dr. Manoel Alves da Cunha

EM BAIXO

A' Esquerda: T.º Ivo B. Cerqueira
A' Direita: Dr. A. Marques Guedes





India

Mozambique
Angola

St. Tome
Guine



Timor
Macau

Carros simbólicos das províncias ultramarinas que desfilaram no cortejo realizado por ocasião do encerramento da

C. Verde



LICEU NACIONAL DA HUÍLA

DE 1921 a 1929 verificou-se no planalto da Huíla, como reflexo do progresso ocorrido em toda a Província de Angola, um grande incremento na frequência das suas escolas primárias. Cerca de 1.500 crianças brancas acodem às escolas do Distrito, justificando desta forma criação de um estabelecimento de ensino secundário.

Por isso em 6 de Abril de 1929, a Escola Primária Superior "Artur de Paiva", que havia sido fundada em 1920 na cidade de Sá da Bandeira, foi transformada em Liceu Nacional, ficando dessa forma satisfeita a aspiração dos colónos da Huíla e salvo um esforço de muitos anos, realizado naquela Escola em volta da necessidade de criar aos numerosos filhos desses colónos a possibilidade de, por meio do ensino, melhor se integrarem na vida da Nação.

Hoje o Liceu é por sua vez um poderoso agente de colonização, porque não só os funcionários vindos da Metrópole, como também os representantes de todas as actividades locais, encontram assegurada na Huíla a educação para os seus filhos, pois que, pelo Decreto n.º 23 340 de 23 de Março de 1933, o Liceu da Huíla foi equiparado aos estabelecimentos congêneres da Metrópole para efeitos pedagógicos e nomeadamente para o da equivalência das habilitações nêles conferidas. A sua organização e regimen de ensino são os vigentes na Metrópole. E assim a obra cujos alicerces, foram lançados em 1920, com a criação da Escola Primária Superior "Artur de Paiva", recebeu treze anos depois a sua coroação definitiva.

A matrícula do Liceu fechou no ano lectivo de 1934-35 com 146 alunos, nas 5 classes do 1.º e 2.º ciclos nêle professadas.

Funcionam no Liceu como organismos de assistência escolar, uma "Caixa Auxiliar", que facilita a frequência aos alunos pobres e uma Cantina, que lhes fornece gratuitamente alimentação.

Espera-se que em breve sejam anexados no Liceu "cursos anexos de comércio, administração civil" e outros de carácter acentuadamente prático.

O edifício destinado ao Liceu, que até hoje tem funcionado na Câmara Municipal, encontra-se em activa construção, devendo estabelecer-se junto dêle um "internato", ligado administrativamente aos organismos de assistência do Liceu.

Em funcionamento, o Liceu conta ainda com uma "Biblioteca", que dia a dia enriquece, e os alunos dêste estabelecimento de ensino constituem um "grupo de escoteiros", que os agrêga numa íntima camaradagem de vida sãdia e activa.

Por isso o Liceu da Huíla, reunindo uma população escolar branca, na sua grande maioria filha do Planalto, é considerado em toda a Província de Angola como a consagração vitoriosa do esforço dos primitivos colónos, em hora propícia instalados nas risonhas terras da Huíla.

Já o nome dado à própria cidade onde se acha instalado o Liceu—Sá da Bandeira—representava a gratidão para com o enorme vulto da história colonial portuguesa, que visionou criar nas terras altas da Huíla um verdadeiro rincão de Portugal.

Mas o Liceu ali estabelecido, com a sua centena e meia de crianças brancas, é a confirmação mais gloriosa de que essa visão não era um sonho, mas sim a presciência duma feliz realidade.



Grupo de Professores e alunos do Liceu Nacional da Huíla

DA ESQUERDA PARA A DIREITA — SENTADOS AO CENTRO: CAPITÃO JOSÉ DURÃO PAIAS — DR. JOAQUIM DOS SANTOS — CAPITÃO GASTÃO SOUSA DIAS, SÓCIO-CORRESPONDENTE DA *Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* — DR. CARLOS SOTO MAYOR NEGRÃO (REITOR) — DR. BRILHANTE DE PAIVA — CAPITÃO JOÃO DOS SANTOS PERES — LUÍS TORRES FEVEREIRO — TENENTE NASCIMENTO VIEIRA.

NOTICIÁRIO

MOSTRA DE TURISMO

Por intermédio desta colectividade, e sem auxilio official de nenhuma espécie, as províncias ultramarinas de Portugal vão aparecer, representadas por fotografias e outros elementos de propaganda, no certame internacional, intitulado *Mostra de Turismo*, a realizar-se de 20 de Abril a 6 de Maio vindouro, por iniciativa e patrocínio do Departamento de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal, sob a competente direcção do Exmo. Senhor Dr. Lourival Fontes.

Nunca as nossas províncias de além-mar figuraram em qualquer exposição realizada no Brasil, e tal facto constitui uma primazia de que legitimamente se vai orgulhar a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Isso a leva a pensar na organização, para o próximo ano e em comemoração do seu 6.º aniversário, de uma realização semelhante, mas exclusivamente do Ultramar Português.

Boa vontade e desejo de servir não faltam. Basta, portanto, que nos não falem com os elementos de que necessitamos — e a que temos direito.

CASA DO MINHO

Prosseguindo no deliberado propósito de enlazar e estreitar relações com todas as colectividades portuguesas — células vivas de amor pátrio; matrizes onde se guardam e conservam religiosamente o culto e as tradições natais — a Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, representada pela maioria dos seus membros e na companhia da illustre presidente da Assembleia Geral, Exma Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, visitou no dia 27 de Fevereiro a Casa do Minho. Aguardados no saguão do edificio em que se acha instalada essa prestante colectividade de filantropia, pelos Srs. presidente e secretário da directoria, e encaminhados em seguida à sala das sessões onde se achavam reunidos muitos outros dos seus membros, foram os visitantes de novo cumprimentados pelo respectivo presidente e, em seguida, saudados nos termos mais amáveis e de forma mui brilhante pelo Sr. Ilídio Nunes, que proferiu um formosíssimo discurso, não apenas quanto à forma, de harmonioso recorte literário, mas também recheado de substanciosos e oportunos conceitos, quer com relação ao valor do património ultramarino de Portugal, quer, ainda, a respeito da missão que a todos os portugueses compete, de se interessarem pelo desenvolvimento e consequente florescimento, nas *terras viciosas de África e de Ásia*, da civilização e da cultura portuguesa. É uma grande, uma alta e larga missão imposta à Nação Portuguesa por superiores e imperiosos desígnios, mas que para ser executada requer que todos os por-

tugueses dela se compenetrem e nela se integrem por palavras e obras, de corpo e alma.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, pela elevação dos seus propósitos, constância do seu agir e clarividente nacionalismo, tem contribuído eficazmente para a consecussão de tão nobre ideal — deixar antever a todos os portugueses e a milhares de brasileiros, o futuro do nosso ultramar, que será o que nós quisermos, e que será grandioso porque todos os portugueses, a uma só voz e afinando pelo mesmo diapasão, assim o desejam, mais, assim o querem.

Salientou ainda o Sr. Ilídio Nunes, como traço de união entre as duas colectividades e facto demonstrativo da estima fraternal que as mesmas se votam mutuamente, a coincidência de serem por assim dizer os nomes tutelares da *Casa do Minho* os mesmos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO. Queria referir-se, como já todos haviam compreendido, aos Srs. General Norton de Matos e Dr. Nuno Simões, o primeiro um nome que a Europa inteira admira, o segundo um economista estudioso, infatigável e abalizado, — tanto e tanto que não se pode abstrair do nome prestigioso e honrando do Sr. Dr. Nuno Simões sempre que se discuta ou venha a balhar qualquer problema relacionado com a economia portuguesa.

E rematando tão justas palavras quanto à forte envergadura dessas illustres figuras da aristocracia mental da Nossa Terra, o orador disse do contentamento de que se achava possuída a *Casa do Minho*, por se achar ali a Exma. Senhora Doutora Fernando de Bastos Casimiro, por muitas razões a mais alta representante, em terras brasileiras, da intelectualidade feminina de Portugal.

Coube, então, a vez ao presidente desta agremiação, Sr. Francisco das Dores Gonçalves, de dizer das finalidades de semelhantes visitas promovidas pela SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, dos propósitos que a animavam e de agradecer por fim a maneira gentil e cativante como tinham sido recebidos — ele e seus companheiros.

A seguir usou da palavra a Exma. Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro para agradecer as palavras que em nome da *Casa do Minho* lhe haviam sido dirigidas e oferecer à mesma colectividade tudo quanto coubesse na órbita dos seus préstimos.

GENERAL NORTON DE MATOS

A Liga dos Combatentes Portugueses da Grande Guerra inaugurou recentemente, com grande brilho e solenidade, o retrato, em sua séde social, de S. Exia. o Senhor General Norton de Matos, nosso illustre sócio honorário e eminente colonialista.

Desta forma, digna de todos os louvores, a Liga dos Combatentes Portugueses da Grande Guerra, ou com maior propriedade, a sua Agência nesta capital, resgatou uma dívida que se achava em aberto desde a sua fundação, e que avultou, e se tornou mais reparada, depois que por lá passaram a figurar determinadas effgies...

Ao Sr. General Nórton de Matos, assim como à memória de outro insígne português que a morte já arrebatou — o falecido Comandante Leote do Rego — a Liga dos Combatentes Portugueses da Grande Guerra tem o dever de tributar as homenagens que estiverem ao seu alcance, porque sem os inauditos esforços dessas duas altas figuras de patriotas, difficilmente teríamos tomado parte activa na luta desencadeada nos campos da Flandres e nas *chanas* de África, e conseqüentemente vingado as afrontas estupidas e criminosas de Náulila, Cuangar e Maziúia, sem recordarmos, já em época anterior, a brutalidade de Quionga? Mas o que era isto, que significavam estes clamorosos e bárbaros atentados aos mais elementares direitos das gentes, senão *café pequeno*, ante o ódio e o facciosismo dos germanófilos declarados ou ocultos, muitos dos quais andam agora por aí fantasiados de *nacionalistas*?

Feçhamos, porém, êste parêntesis que nos levaria longe, porque muito teríamos que dizer, e limitemo-nos a registar com o mais vivo contentamento o preito de gratidão que a Liga dos Combatentes acaba de tributar ao Sr. General Nórton de Matos, êsse grande português, quiçá a nossa mais completa e perfeita organização de chefe, a quem, como asseverou no *Almanaque de Ponte do Lima* o Sr. Dr. Francisco Veloso, o CURTO COMPASSO DA "INVIDIOSA MEDIOCRITAS" NACIONAL TEIMA EM NÃO MEDIR A VERDADEIRA ESTATURA.

COLABORADORES ARTÍSTICOS

E' com verdadeiro desvanecimento que a Comissão directiva do Boletim reitera por esta forma os seus agradecimentos a Correia Dias, Rodolfo Moulin e Mário de Sousa Soares, pelo valor e espontaneidade da sua colaboração artística, que valoriza 100 %, applicando um termo tanto em voga, a apresentação gráfica desta revista.



CAFÉ PAULISTA
TORREFAÇÃO E MOAGEM
Soares Pinheiro & Comp.
RUA DA CONSTITUIÇÃO 23A - Telef. 2-0836
RIO DE JANEIRO

**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

De Correia Dias, nome consagrado, que chegou ao Brasil, não como simples emigrante, mas com aquêl alto prestígio que em Portugal conquistara, como *leader* de uma renovação de formas artísticas, e inspirador, com Cerveira Pinto e Luis Felipe, daquelas arrojadas tentativas de inovações estéticas que, em Coimbra, há vinte e tantos anos, encontraram nas revistas *A Farça*, *A Rajada* e *Dionisios*, órgãos magníficos, e que poderíamos dizer que não seja do conhecimento de todo o mundo cultural das duas pátrias atlânticas — Portugal e Brasil?

Contentemo-nos, pois, em celebrar, os talentos dos outros dois artistas — e assim se podem classificar porque o são de facto — Mário de Sousa Soares e Rodolfo Moulin. O primeiro, desenhista por diletantismo, a quem sobejam predicados, é o autor da capa do BOLETIM dedicado à Exposição Colonial, admiravelmente concebida e realizada, assim como da actual, que muitos artistas de renome sem dúvida assinariam. Ao segundo pertencem vários dos excellentes desenhos com que habitualmente ilustramos esta publicação. E' um artista novo, com um futuro cheio de luminosas perspectivas, se, em verdade, se dedicar, como deve e merece o seu talento.

LIVRO DE OIRO

As difficuldades de tóda a sorte com que lutam para viver com dignidade as instituições de carácter mais ou menos cultural, desde que não têm a amparrá-las a bolsa farta e pródiga de um Mecenas ou lhes faltam as lentilhas officiais servidas no prato trivial das *verbas secretas*, não podia ser estranha a existência da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, e nisso consiste, ainda que pareça verdadeiramente paradoxal, dado o sórdido epicurismo desta nova era mediavel que se vai atravessando, o segredo do entusiasmo e a razão mór do zelo patriótico de quantos, directa ou indirectamente, sem preocupação de nomes nem de figuras e muito menos de titulos e de fitinhas de cores várias que tamanha influencia exercem sobre as mentalidades primitivas ou gentílicas, tem concorrido para que esta colectividade não fosse mais uma instituição com a mesa e a campainha da praxe, um corpo inérme, sem função nem destino, mas, pelo contrário, um núcleo exuberante de energias actuaes e adolescentemente tropicais, apto, a realizar na mais alta e lata acepção do vocábulo, a sua grande missão — a exortação consciente e luminosa do pan-lusitanismo, mas sem jamais afastar do espirito estas verdades de Fidelino de Figueredo, extraídas das suas "Notas para um Idearium Português", os *momentos mais allos da nossa criação foram os de mais estreita solidariedade com o mundo e o território nacional mais não foi do que um cáis de embarque para, camoneamente, repartir a alma em pedaços pelo mundo.*

Não é, portanto, de estranhar, que procuremos por esta forma consignar os melhores agradecimentos àqueles dos nossos compatriotas que, dando provas de uma clarividência que muito os dignifica, concorrem para que a Tesouraria da colectividade possa ir enfrentando os seus compromissos cada vez mais pesados, subscrevendo no *Livro de Oiro*, destinado a angariar fundos à margem da receita ordinária das mensalidades.

Foram os seguintes os generosos subscritores:

Francisco das Dores Gonçalves, Antonio de Sousa Amorim, Alamiro Andrade, Abel Moreira Neves, António Dias, Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, Henrique E. N. Santos, Antero de Faria, Francisco Fernandes Costa, Alfredo Alves Freixo, Mario de Sousa Soares, Marcel Augusto de Almeida, Domingos José Veloso, António Ferreira Tavares, Adelino Domingues Maia, Joaquim Monteiro, Luis Franco, Duarte Costa, M. Santos Bartolo, Licínio J. G. Pereira da Costa, Carlos Leite de Sousa, Manuel Perreira, Manuel Carneiro das Neves, José Alves Pereira, Antonio Cepas, José Ignez Felix, Franklin B. Cepas, João B. Cepas, António da Silva Duarte, Artur Moreira Neves, Lindolfo Francisco Moreira, Adelino Joaquim Rodrigues Leandro, Manuel Gregorio, Manuel Joaquim Rodrigues Leandro, Abel de Barros e João Monteiro Ferreira.

SOCIO CORRESPONDENTE

A Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO teve o prazer de nomear, depois de ter sido aceito o respectivo convite, seu sócio correspondente em Espozende, o Sr. Dr. Mário Gonçalves Viana, distinto caudiceiro e brilhante escritor que, a começar do próximo numero, fará parte do quadro dos nossos colaboradores!

O Dr. Gonçalves Viana, a despeito da sua mocidade — abias uma mocidade vitoriosa — é um nome já feito no jornalismo da grande e da pequena imprensa portuguesa onde pontifica com assiduidade e saber ao serviço dos melhores anhelos patrióticos. E' um pan-lusitanista às direitas, e temos dito tudo do novo ilustre membro desta colectividade.

NOVOS SOCIOS

Durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março a que se refere este Boletim, foram admitidos os seguintes sócios:

ACTIVOS

LEONARDO S. V. REAL, e

FRANCISCO REIS DE MAGALHÃES, propostos por Antero de Faria.

CESAR ALHAIS e

ANTONIO DE SOUSA LEMOS, propostos por Viriato Nunes. JAIME RIBEIRO VIANA, proposto por Antonio Fernandes. MIGUEL DE BRITO, proposto por J. Nascimento Ribeiro.

POMPEU TEIXEIRA PINTO, proposto por Adelino Domingues Maia.

ALVARO DE MATOS, proposto por Serafim Rodrigues Pinheiro.

ANTONIO DE MATOS CRUZ, proposto por Armando Garcia Leite Ferreira.

MARIO SANTOS, proposto por Alamiro Andrade.

JOAQUIM DIAS CARDOSO, proposto por Afonso de Melo Botelho.

PROTETORES

JOSÉ ELISIO FIGUEIREDO SOBRINHO, Benguela,

SALUSTIANO MALDONADO, Benguela, e

AMÉRICO GATA GONÇALVES, Benguela, propostos por Manuel Quintans de Lima Braga.

VITOR COELHO LOMBA VIANA, Lourenço Marques, ANTONIO RODRIGUES JUNIOR, Lourenço Marques e CESAR REBELO DE SOUSA, Lourenço Marques, propostos por Bruno Pereira Cardoso.

TANCREDO DAS NEVES, Luanda e

ANTONIO MENDES DOS SANTOS, Luanda, propostos por Virgilio Saraiva.

MANUEL BAPTISTA, Luanda, proposto por Antonio de Sousa Amorim.

Quadro demonstrativo do movimento de sócios durante os mezes de Janeiro a Março

CATEGORIAS	Exist. em 31-3-34	Admittidos	Eliminados	Demittidos	Exist. em 31-7-34
Activos.....	371	11	6	6	372
Auxiliares.....	4	0	0	0	4
Bemfeitores.....	0	0	0	0	0
Beneméritos.....	0	0	0	0	0
Delegados.....	1	0	0	0	1
Cooperadores.....	10	0	0	0	10
Correspondentes...	36	2	0	0	38
Honorários.....	6	0	0	0	6
Protectores.....	100	9	3	3	103
Remidos.....	0	1	0	0	1
Total em 31-12-934.	528	Total em 31-3-935		535	

LISBOA - TIMOR - LISBOA

O empreendimento aviático, levado corajosamente, e modestamente, de princípio a fim, sem apelos nem implorações lamentosas ás tubas da fama e das glórias vãs, a bordo do minúsculo *Dili* — esse irmão caprichoso mas liliputeano do *Brasilan Clipper*, do *Croix du Sud* e outros gigantes dos ares — constitui, sem dúvida, uma das mais brilhantes realizações da aeronautica portuguesa e vale, sobretudo, porque serviu para honrar, mais uma vez, a já famosa divisa da nossa gente, — aquela que sempre nos guiou através de todos os tempos: *Muito com pouco!*

A SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, cujo escopo de tôdas as horas é realçar as excelências da Grei, não poderia quedar-se indiferente ante o feito magnifico de Humberto Cruz e Lobato, resolvendo por esse facto, a sua Directoria, dirigir a se-

IRMÃOS AMARAL NOGUEIRA MADEIRAS E MATERIAIS

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas, sempre em stock.

Tacos, Frisos, Forros, de madeiras nacionais, aparelhadas e para tôdas as applicações.

Rua do Riachuelo, 201-Tel. 22-4728
RIO DE JANEIRO

guinte mensagem ao Exm.^o Senhor Ministro das Colónias, que podemos adiantar, vai ser subscripta pela quasi totalidade das associações desta capital:

Ilm.^o e Exm.^o Sr.

As sociedades, abaixo assinadas, vêm respeitosamente à presença de V. Ex.^a, impulsionados por dois sentimentos dos mais poderosos.

Um — o culto da Justiça.

Outro — o Grande e Profundo amor à Pátria.

Separados da Terra-Mãe, olham-na com o mesmo carinho e affecto dos que têm a felicidade de pisar seu bendito solo. Orgulham-se de seus triunfos! Vângloriam-se de suas vitórias!

O feito sublime dos arrojados e intrépidos pilotos do "DILI" ecoou profundamente entre nós.

A fôrça maravilhosa de sua persistência e vontade, encheu-nos de admirativo respeito.

Mas, as demonstrações de admiração, não são o suficiente.

HUMBERTO CRUZ e LOBATO são valores a quem as melhores e maiores simpatias não bastam, para os homenagear.

Assim, rendendo culto à Justiça ousamos pedir a V. Ex.^a, que interceda junto de quem de direito para a promoção aos postos imediatos desses dois illustres portugueses.

"Que se libertaram da Lei da Morte".

Colaboração para os próximos numeros:

IMAGEM-FÔRÇA, pelo DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO

PRÓ-COLÓNIAS, pelo DR. FERREIRA DINIZ

TERRAS DE GAZA, por DELFIM COSTA

O ESPÍRITO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, pelo CAPITÃO GASTÃO SOUSA DIAS

PARA A EXPANÇÃO DA CULTURA PORTUGUESA, pelo PROF. JOSÉ DE MACEDO

MISSÕES DO ESPÍRITO SANTO DO CONGO E ANGOLA, pelo P.^o ARTUR ARNALDO BATISTA

FILOSOFIA DE MARFIM, pelo DR. HIPÓLITO RAPOSO

COLONOS PORTUGUESES — COLONOS DE ANGOLA, pelo DR. MÁRIO GONÇALVES VIANA

COLONIZAR, pelo MAJOR NASCIMENTO DE MOURA

NEGROS DE ANGOLA, por D. MARIA ARCHER

HISTÓRIA MILITAR E POLÍTICA DOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE, pelo C.^{el} E. AZAMBUJA MARTINS

AS CAUSAS DAS NAVEGAÇÕES, por CARLOS COIMBRA

ATRÁVÉS DA AFRICA EQUATORIAL FRANCESA, por NORBERTO GONZAGA

ORGANISMOS ANGOLANOS, por ANTÓNIO AUGUSTO DIAS

OS GRANDES DA PÁTRIA, por ERNESTO CORREIA DE MATOS

ESTRADAS — CAMINHOS DE FERRO EM ANGOLA, pelo DR. LUÍS DA FONSECA

O TERCEIRO IMPÉRIO, pelo DR. ARMANDO MARQUES GUEDES

O 1.^o CONGRESSO MILITAR COLONIAL, pelo C.^{el} HENRIQUE PIRES MONTEIRO

DIU E OS SEUS MEMORÁVEIS CÊRCOS, pelo T.^{te} MANUEL ANTÓNIO FERREIRA

OS HOMENS DOS BOSQUES, por D. MARIA ARCHER

O RAJAH DE CABELOS DE OIRO, pelo T.^{te} MANUEL ANTÓNIO FERREIRA

A VIDA INDÍGENA EM ANGOLA, pelo T.^{te} Ivo B. CERQUEIRA
COMO PRETENDI POVOAR ANGOLA, pelo G.^{al} NÓRTON DE MATOS

USOS E COSTUMES DOS ACHIKUNDAS, por D. MARIA AMÉLIA RODRIGUES

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE MOÇAMBIQUE, pelo DR. MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO

BOLETIM

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO aceita e antecipadamente agradece tôda colaboração que lhe fôr remetida e a qual será publicada em seu BOLETIM — órgão independente ao serviço da Grei e da Nação — desde que se trate de trabalhos originaes enquadrados nos altos objectivos do pan-lisitanismo.

*

A crítica literaria far-se-á, unicamente, quando da mesma obra recebermos dois exemplares. De contrário, será feito apenas o respectivo registo na secção bibliográfica.

*

Fiel ao seu progrâma de inatacável independência, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA assegura aos illustres colaboradores dêste BOLETIM plena liberdade de pensamento. Por tal facto, faltaria à mais elementar verdade quem lhe attribuisse o endosso daquelas doutrinas aqui expendidas que, por excepcional acaso, se não filiem de modo directo nos objectivos que presidem e orientam os seus fins — a expansão do lusitanismo em todos os seus elevados e múltiplos aspectos: economicos, políticos, culturais e sociais.

*

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA compra exemplares dos numeros I, III, IV e V do BOLETIM.

CARTONAGENS FINAS

PARA

QUALQUER INDUSTRIA

só

Alves Freixo & Cia.

Rua do Lavradio, 101

Telefone : 22-0893

RIO DE JANEIRO

Quadro da divisão e sub-divisão administrativa de Angola

Províncias	Distritos	Concelhos e Circunscrições	Postos administrativos		
LUANDA: Séde: Cidade de Luanda.....	LUANDA:	LUANDA (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Luanda.....	Cacuaco		
		DANDE (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Caxito.....	Barra do Dande		
		AMBRIZ (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Ambriz.....	Quimbombe Nambuagongo Quissenzel		
		ICOLO e BENGO (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Catete.....	Cabire Cassoneca Bom Jesus Calumbo		
		QUISSAMA (circunscrição): Séde: Muxima.....	Demba Chio Mumbondo Quichinje		
		DEMBOS (circunscrição): Séde: Quibaxe.....	Pango Aluquém Bula Atumba Castendo Danje		
	CUANZA-NORTE: Séde: Vila de Dalatando.....	CUANZA-NORTE:	CAZENGO (concelho, 1.ª classe): Séde: Vila de Dalatando.....	Lucaia Pungo Andongo Golungo Gonguembo	
			CAMBAMBE (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila do Dondo.....	Cassualala Danje-ia-Menha	
			AMBACA (circunscrição): Séde: Cambatela.....	Caculo Cabassa Samba Cajú Calandula Dimuca Quiteche	
		LUANDA: Séde — Cidade de Luanda.....	CONGO: Séde: Vila Maquela do Zombo	ZOMBO (concelho, 1.ª classe): Séde: Vila de Maquela do Zombo.....	Béu Cuilo Futa Quibocolo
				BEMBE (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Uje.....	Bembe Songo
				DAMBA (circunscrição): Séde: Damba.....	31 de Janeiro Bungo Camalambo
	S. SALVADOR DO CONGO (circunscrição): Séde: S. Salvador do Congo.....			Luvo Cuimba Madimba Buela	
	POMBO (circunscrição): Séde: Sanza Pombo.....			Alto Cauale Buenga-Sul Uamba Mucocola Púri	
	CUANGO (circunscrição): Séde: Cuango.....			Ícoca Quimbele Macolo Sacandica	
	ZAIRE: Séde: Vila de Santo António do Zaire.....	ZAIRE:	SANTO ANTÓNIO DO ZAIRE (conc., 1.ª classe): Séde: Vila de Santo António do Zaire.....	Emílio de Carvalho Pôrto Rico Quelo	
			AMBRIZETE (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Ambrizete.....	Bessa Monteiro Tomboco Quinzau	
			NÓQUI (circunscrição): Séde: Nóqui.....	Lufico	
CABINDA: Séde: Vila de Cabinda.....		CABINDA:	CABINDA (concelho, 2.ª classe): Séde: Vila de Cabinda.....	Tando Zinze	
			CACONGO (circunscrição): Séde: Lândana.....	Lcla Massabe	
			MAIOMBE (circunscrição): Séde: Cuto.....	Belize Buco Zau Miconje	

Provincias	Distritos	Concelhos e Circunscricões	Postos administrativos
MALANJE: Séde — Cidade de Malanje.....	MALANJE: Séde: Cidade de Malanje....	MALANJE (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Malanje.....	Xissa Cangandala Lombe Cacuso
		DUQUE DE BRAGANÇA (circunscricão): Séde: Duque de Bragança.....	Brito Godins Cateco Cangola Cuale
		SONGO (circunscricão): Séde: Nova Gaia.....	Quirima Santar Quitapa Quimbango
		BONDO e BÂNGALA (circunscricão): Séde: Quela.....	Lúí 5 de Outubro
		CAMBO (circunscricão): Séde: Marimba.....	Forte República Tembo Aluma
		SAURIMO (concelho, 1.ª classe): Séde: Vila Henrique de Carvalho.....	Mona Quimbundo Dala Xá Cassau
		CAMACHILO (circunscricão): Séde: Camachilo.....	Mabete Luremo Cuango Cuilo Lubalo Caluango
		CASSAI-NORTE (circunscricão): Séde: Vila Verissimo Sarmiento.....	Sombo Capaia Luia Cachimo
		CASSAI-SUL (circunscricão) Séde: Nova Chaves.....	Chiluaje Chíúmbe Cazaje Cassai
		MINUNGO (circunscricão): Séde: Trás-os-Montes (Cucumbe).....	Capenda Camulemba Alto Cusfo Xassengue Alto Chicapa
	CHITATO (circunscricão): Séde: Portugália.....	Canzar Lóvua Cambulo	
	LUNDA: Séde: Vila Henrique de Carvalho.....	BENGUELA (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Benguela.....	Dombe Grande Catengue
		LOBITO (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Lobito.....	Catumbela Ejito Bocóio
		GANDA (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila da Ganda.....	Quinjenje Ebanga Hanha Chicuma
		NOVO REDONDO (concelho, 1.ª classe): Séde: Vila de Novo Redondo.....	Gungo
		PÔRTO AMBOIM (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Porto Amboim.....	Capolo
		AMBOIM (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila da Gabela.....	Ebo Cela Condé Quilenda Quirimbo Assango
		LIBOLO (circunscricão): Séde: Calulo.....	Cabuta Dala Cachiba Munenga Quissongo
		BENGUELA: Séde — Cidade de Benguela.....	
	CUANZA-SUL: Séde: Vila de Novo Redondo..		

Províncias	Distritos	Concelhos e Circunscrições	Postos administrativos
BENGUELA: Séde — Cidade de Benguela.....	CUANZA-SUL: Séde: Vila de Novo Redondo...	QUIBALA (circunscrição): Séde: Quibala.....	Aco Mussende Cariango Sanga Chiengue
		SELES (circunscrição): Séde: Vila Nova do Seles.....	Cassongue Conda Botera Amboiva
	HUAMBO: Séde: Cidade de Nova Lisboa	HUAMBO (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Nova Lisboa.....	Vila Nova Sambo Quipeio
		BAILUNDO (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila Teixeira da Silva.....	Luimbale Balombo Chiúmbé Mungo Lunje Bimbe
		LÉPI (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila do Lépi.....	Cuíma Cuma Caala
	BIE'	BIÉ (concelho, 1.ª classe): Séde: Vila Silva Pôrto.....	Chinguar Catabola Camacupa Neves Ferreira Gando Umpulo
			ANDULO (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila do Andulo.....
		ALTO CUANZA (circunscrição): Séde: Chitembo.....	Cachingues Catota Mutumbo Cucho
		MENONGUE (circunscrição): Séde: Vila Serpa Pinto.....	Cuíto Cuanavale Lupire Longa Baixo Longa
		BAIXO CUBANGO (circunscrição): Séde: Cuangar.....	Caiundo Dirico Mucusso
BIÉ: Séde — Vila Silva Pôrto.....	MOXICO (concelho, 1.ª classe): Séde: Vila Luso.....	Lucusse Cachipoque Camanongue Muangai	
		LUCHAZES (circunscrição): Séde: Vila Cangamba.....	Muíé Alto Cuíto Sessa Cangombe Cassamba
	DILOLO (circunscrição): Séde: Vila Teixeira de Sousa.....	Dilolo Cameia	
	ALTO ZAMBEZE (circunscrição): Séde: Cazombo.....	Caianda Calunda Lumbala Nana Candundo Macondo	
	BUNDAS (circunscrição): Séde: Vila Gago Coutinho.....	Chiúme Ninda Mussuma Lutembo Lumai	
MOXICO: Séde: Vila Luso.....	CUANDO (circunscrição): Séde: Nriquinha.....	Luiana Mavinga Dima	

Provincias	Distritos	Concelhos e Circunscricões	Postos administrativos
HUÍLA: Séde — Cidade de Sá da Bandeira..	HUÍLA: Séde: Cidade de Sá da Bandeira	LUBANGO (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Sá da Bandeira	Huíla Humpata Hoque
		CHIBIA (concelho, 2.ª classe): Séde: Vila da Chibia	Jau
		CACONDA (concelho, 3.ª classe): Séde: Vila de Caconda	Caluquembo Chicomba
		QUILENGUES (circunscricão): Séde: Quilengues	Dinde Chingorói Impulo Angola
		GANGUELAS (circunscricão): Séde: Vila da Ponte	Galangue Dongo Cassinga
		GAMBOS (circunscricão): Séde: Chivemba	Caama Pocolo Ochinjau Humbe Donguena Mucope Chitado
		ALTO CUNENE (circunscricão): Séde: Quipungo	Capelongo Mulondo
		BAIXO CUNENE (circunscricão): Séde: Vila Pereira d'Eça	Cuamato Evale Cafima Namacunde Môngua Naulila Melunga
		MOSSÂMEDES (concelho, 1.ª classe): Séde: Cidade de Mossâmedes	Capangoinbe Cainde Lucira Baía dos Tigres
		PORTO ALEXANDRE (concelho, 3.ª classe): Séde: Pôrto Alexandre	Foz do Cunene
		BIBALA (circunscricão): Séde: Vila Arriaga	Camuquio Lola Caitou



Gravador Pastor

R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095

RIO DE JANEIRO

CLICHÉS
EM ZINCO E CORRE
TRICROMIAS
DOUBLES
CRAVURAS e ZINCO
GRAFIAS E.T.C.

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 28-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

DA AFAMADA FÁBRICA

MICHAEL HUBER

de MUNICH (Alemanha)

Depositários

CAPPUCCINI & C.

R. ALFANDEGA, 172—RIO DE JANEIRO

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

MICHAEL HUBER

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 22-6894

RIO DE JANEIRO

CALÇADO
FOX
O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo

